



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

A Gestão do Financiamento para o Desenvolvimento- o caso da Agenda 2030

Ana Clara Pedrosa da Costa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:

Prof. Doutor Fernando Jorge Cardoso,
Professor Associado com Agregação
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

A Gestão do Financiamento para o Desenvolvimento- o caso da Agenda 2030

Ana Clara Pedrosa da Costa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:

Prof. Doutor Fernando Jorge Cardoso,
Professor Associado com Agregação
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018

“Será que o relativo malogro do auxílio ou, pelo menos, o nosso desapontamento com a eficácia do auxílio terá alguma coisa que ver com a nossa filosofia materialista que nos torna propensos a passar por alto as condições prévias mais importantes do êxito, as quais são geralmente invisíveis? Ou, quando não as passemos inteiramente por alto, tendemos a considerá-las precisamente como consideramos as coisas materiais- aquelas coisas que se pode projetar, ordenar e comprar com dinheiro, de harmonia com qualquer grande plano de desenvolvimento que abranja tudo. Por outras palavras, tendemos a pensar no desenvolvimento, não em termos de evolução, mas em termos de criação”.

Ernst Schumacher (1980, p. 139), *Small is beautiful: um estudo de economia em que as pessoas também contam*

Agradecimentos

Ao professor Fernando Jorge Cardoso, meu orientador de dissertação, pelo apoio, orientação, disponibilidade que demonstra desde o princípio e pela liberdade dada em traçar o meu próprio caminho.

Aos meus pais e irmã, pelos sacrifícios, infindável apoio e confiança.

À minha família e amigos, em especial à Daniela, à Patrícia e à Rute, pela sua presença na minha vida desde o início.

Aos meus amigos e colegas que me acompanham durante o percurso académico, em particular ao Fred, à Stefania, à Rita e à Melanie, por me ensinarem tanto e transformarem a minha forma de ver o mundo. Um especial agradecimento à Márcia por toda a paciência, compreensão e ajuda ao longo destes últimos anos e por acreditar sempre em mim.

Por fim, um agradecimento geral a todos aqueles que acreditam e lutam por um mundo mais justo e por me inspirarem de alguma forma.

O meu sincero obrigada.

Resumo

A disponibilidade de capital é tradicionalmente considerada como um dos elementos cruciais para o desenvolvimento dos países. A cooperação entre países torna-se no elemento fundamental para garantir o financiamento para o desenvolvimento dos países mais pobres e com poucas capacidades de mobilizarem os capitais necessários. Entretanto, esta arquitetura tradicional de cooperação tem vindo a evoluir rapidamente. Novos atores, novas dimensões de desenvolvimento, novas modalidades e mecanismos de ajuda, e novos quadros regulatórios para a sua eficácia e eficiência vão surgindo. O capital gasto é constantemente considerado insuficiente e os resultados vão teimando em não surgir. Na construção do mais recente quadro de referência para o desenvolvimento pós-2015, a mobilização dos recursos e a eficácia da sua alocação surgem novamente como aspetos cruciais.

Neste cenário, esta dissertação procura avaliar o papel que os mecanismos e práticas de financiamento, estabelecidos no quadro de desenvolvimento pós-2015, podem possuir na evolução paradigmática da cooperação para o desenvolvimento. Através de uma metodologia qualitativa, são abordados os principais aspetos sobre a indústria do desenvolvimento, desde o final da década de 1940, de forma sucinta e crítica. Por outro lado, a análise foca-se na forma como os recursos e mecanismos são geridos para alcançarem os objetivos traçados e no seu valor acrescentado para o desenvolvimento.

O futuro da indústria do desenvolvimento passa pela sua renovação e inovação face aos seus constantes fracassos, sob o risco de ser ultrapassada. O cenário de financiamento para o desenvolvimento estabelecido para o pós-2015 procura ser a solução crucial para alcançar finalmente o tão desejado desenvolvimento.

Palavras-chaves: desenvolvimento; cooperação para o desenvolvimento; objetivos de desenvolvimento sustentável; financiamento para o desenvolvimento.

Classificação de acordo com as categorias definidas pelo Journal of Economics Literature (JEL Classification Systems): 020; Y40.

Abstract

The availability of capital is traditionally considered as one of the crucial elements for countries development. Cooperation between countries has become the key element in securing financing for the development of the poorest countries with little capacity to mobilize the needed capital. However, this traditional architecture of development cooperation has evolved rapidly. New actors, new dimensions of development, new modalities and aid mechanisms, and new regulatory frameworks for their effectiveness and efficiency are emerging. The expended capital is consistently considered insufficient and the results keep on not emerging. In the process of building the latest framework for post 2015 development, the mobilization of resources and the effectiveness of their allocation appears again as crucial aspects.

In this context, this dissertation tries to evaluate the role that financing mechanisms and practices, established in the new post 2015 development framework, can have in the paradigmatic evolution of development cooperation. Through a qualitative methodology, the main aspects about the development industry, from the end of the 1940s, are approached in a succinct and critical way. On the other hand, the analysis focuses on how the resources and mechanisms are managed to help the achievement of the outlined goals and in their added value for development.

The future of the development industry goes through its renewal and innovation in the face of its constant failures, under the risk of being outdated. The post-2015 development financing scenario looks to be the crucial solution to finally achieve the much-desired development.

Key-words: development; cooperation; sustainable development goals; financing for development.

Classification according to the categories defined by Journal of Economics Literature (JEL Classification Systems): 020; Y40.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice	iv
Lista de acrónimos	vi

Introdução 1

Enquadramento do tema	1
Problemática, questões e objetivos de investigação	3
Enunciação de propósito e contribuição do estudo	4
Metodologia	4
Estrutura do Estudo	5

Capítulo 1- Conceptualização e Enquadramento Teórico 7

1.1. O desenvolvimento	7
1.2. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	9
1.3. As múltiplas faces da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	10
1.3.1. Os doadores e recetores de ajuda	13
1.3.2. Motivações dos doadores e dos recetores	15
1.3.3. A eficácia da ajuda	16
1.3.4. Os motivos do falhanço da ajuda	18

Capítulo 2- A criação de uma indústria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento 21

2.1. Marcos inaugurais das décadas de 1940 e 1950	22
2.2. Os anos de 1960 como a <i>primeira década do desenvolvimento</i>	23

2.3. Os anos de 1970 e a reorientação do foco da ajuda para a pobreza e ambiente	25
2.4. Os anos de 1980 como a <i>década perdida para o desenvolvimento</i>	27
2.5. Os anos de 1990 e a questão da boa governança	29
2.6. Os primeiros 15 anos do novo milénio	32
Capítulo 3- O papel da gestão do financiamento para o desenvolvimento da Agenda 2030	37
3.1. O cenário do desenvolvimento pós-2015	37
3.1.1. A avaliação das necessidades de financiamento	40
3.2. O novo quadro do Financiamento para o Desenvolvimento	42
3.2.1. O financiamento doméstico para o desenvolvimento	42
3.2.2. O financiamento internacional para o desenvolvimento	46
3.2.3. As formas inovadoras de financiamento para o desenvolvimento	53
Considerações finais	57
Referências bibliográficas	61
Anexos	I
Anexo A- Níveis de ajuda e de crescimento económico por grupos de países, 1960-2015	I
Anexo B- Distribuição dos países por níveis de ajuda e crescimento económico, 1960-2015	VI
Anexo C- Fluxos APD por doador, 1960-2015	VII
Anexo D- Sistema tradicional de alocação de ajuda	VII
Anexo E- O novo sistema de alocação de ajuda	VIII
Anexo F- Principais características da cooperação para o desenvolvimento, 1940-2015	VIII
Anexo G- Receitas fiscais em percentagem do PIB por grupo de países, 1900-2014	IX
Anexo H- Fluxos de capitais internacionais para os PED, 2016	IX
Anexo I- Fluxos privados para os PED e economias em transição, 2007-2015	X

Lista de acrónimos

AAAA- Agenda de Ação Addis Abeba

AMC- Advance Market Commitment

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BIRD- Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BM- Banco Mundial

CAD- Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CID- Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CSS- Cooperação Sul-Sul

EUA- Estados Unidos da América

FIB- Felicidade Interna Bruta

FID- Financiamento Inovador para o Desenvolvimento

FMI- Fundo Monetário Internacional

FpD- Financiamento para o Desenvolvimento

IDE- Investimento Direto Estrangeiro

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IMP- Índice Multidimensional de Pobreza

IPAD- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

NOEI- Nova Ordem Económica Internacional

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG- Organizações Não-Governamentais

ONGD- Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento

ONU- Organização das Nações Unidas

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSC- Organizações da Sociedade Civil

OWG- Open Working Group on Sustainable Development Goals

PAE- Programas de Ajustamento Estrutural

PD- Países Desenvolvidos

PED- Países em Desenvolvimento

PERP- Planos Estratégicos de Redução da Pobreza

PMD- Países Menos Desenvolvidos

PIB- Produto Interno Bruto

PNB- Produto Nacional Bruto

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPAE- Países Pobres Altamente Endividados

RNB- Rendimento Nacional Bruto

TOSSD- Total Official Support for Sustainable Development

UE- União Europeia

UNCTAD- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Introdução

Enquadramento do tema

Em setembro de 2015, os líderes de governo e de Estado de 193 países renovam os seus compromissos no que se refere ao futuro do desenvolvimento global. A nova ambiciosa *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo, consiste numa declaração de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico, social e ambiental. São estas as metas e prioridades traçadas que guiam a ação internacional nos próximos quinze anos. Novamente, vários governos, organismos de cooperação, fundações privadas, filantropos e figuras do mundo mediático apelam a uma mobilização de recursos igualmente ambiciosa como um dos requisitos fundamentais para transformar o mundo *não deixando ninguém para trás*¹.

A disponibilidade de capital é tradicionalmente considerada como um dos recursos cruciais para o desenvolvimento dos países (Rosenstein-Rodan, 1943, p. 208; Rostow, 1956, p. 40). Uma vez que a maioria dos Países em Desenvolvimento (PED) não possuem o capital necessário para estimular o seu crescimento, o financiamento externo surge como uma modalidade muito defendida e propagandeada para permitir preencher essas lacunas de recursos domésticos e consequentemente acelerar a progresso desses países rumo ao desenvolvimento (Chenery e Strout, 1966, p. 5; Hirano e Otsubo, 2014, p. 19). A clássica narrativa do desenvolvimento é que os países capturados em armadilhas de pobreza necessitam de um *grande impulso (big push)* na forma de auxílios e investimentos externos, guiando estes países a uma *descolagem (take-off)* do seu crescimento e ao incentivo de bons comportamentos políticos e institucionais, que a longo prazo os permite alcançar um desenvolvimento autossustentado (Rosenstein-Rodan, 1943, p. 203; Rostow, 1956, p. 25).

A importância da ajuda externa para o desenvolvimento entretanto expande-se até se tornar numa grande e complexa indústria profissionalizada de atores e dinâmicas, com repercussões em todo o globo e numa das principais componentes das relações internacionais contemporâneas (Riddell, 2007, p. 1). A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) torna-se no elemento fundamental e mais eficiente para garantir o financiamento dos países mais pobres. Todos os países vão se tornando doadores ou recetores dessa ajuda, e ainda um número significativo de países vai se encaixando em ambas as categorias, dando ou recebendo em simultâneo. Novos atores surgem e vão expandindo as suas atividades, desde instituições financeiras e novos doadores cada vez mais influentes e poderosos como a China até inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONG), Organizações da Sociedade Civil

¹ *Não deixar ninguém para trás* é um imperativo e um compromisso assumido no preâmbulo da Agenda 2030 (ONU, 2005, p. 1) que reconhece a importância do indivíduo, independentemente de qualquer característica que possa ser discriminatória (e.g. o rendimento, o género, a etnia, a raça, a localização geográfica) e prioriza a inclusão daqueles que têm sido esquecidos do progresso dos países mais desenvolvidos nos últimos anos.

(OSC), fundações privadas, vários filantropos e figuras mediáticas. Novas modalidades e mecanismos de ajuda para o desenvolvimento vêm sendo amplamente discutidos e defendidos.

Tal evolução torna este sistema mais complexo e fragmentado e evidencia a sua ineficácia. A atribuição de vastos recursos sem resultados visíveis é um dos predominantes efeitos que conduz a um desgaste e desilusão em relação à arquitetura de cooperação para o desenvolvimento. Esta relação entre a eficácia dos recursos externos na criação de desenvolvimento nos países recetores tem sido uma das questões mais duradoras e predominantes na literatura sobre o desenvolvimento. Apesar de este debate já durar há mais de seis décadas, nenhum consenso foi ainda alcançado.

De facto, nas últimas três décadas, o desenvolvimento no mundo tem sido considerado impressionante: o facto de as pessoas viverem mais tempo, de um maior número de crianças frequentar a escola, da mortalidade ter decrescido e de o acesso a bens essenciais ter incrementado são algumas das evidências da melhoria da vida das pessoas. Vários estudos evidenciam o papel crucial que os recursos externos possuem neste desenvolvimento económico e humano em vários países. Por exemplo, em países como Libéria, a Mauritânia, Marrocos e o Brasil no passado, e a Etiópia, a Indonésia e a China mais recentemente, quantidades significativas de financiamento fornecido coincidiram com períodos de grande crescimento económico (anexo A).

No entanto, o desenvolvimento permanece desigual, as privações humanas ainda persistem e grandes quantidades de ajuda para o desenvolvimento não possuem um impacto significativo, sistémico ou sustentável a longo prazo. A esta conjuntura alia-se o surgimento de novos desafios como as alterações climáticas, os desastres naturais, as epidemias, novas formas de mal-estar social, os conflitos e a violência extremista que se difundem sem fronteiras pelos países e para os quais ainda não existe nenhuma resposta concertada e eficaz. O argumento que a ajuda é uma condição necessária para o desenvolvimento torna-se assim duvidoso. Há estudos que demonstram que a atribuição de vastos recursos não possui resultados visíveis, apenas explica algumas variações não influenciando o desenvolvimento a longo prazo em comparação a outros fatores. Até porque, nos últimos cinco anos, níveis reduzidos de pobreza ocorrem também em países onde a disponibilidade de ajuda externa para o desenvolvimento é reduzida, como o Nepal e o Butão (anexo A)

A consciência de que os resultados não alcançam as expectativas e dos crescentes pedidos de satisfação provenientes da opinião pública e até mesmo das populações alvo, suscita a necessidade de melhorar a estratégia de intervenção da comunidade internacional. Desde o início do novo milénio, a expressão “mais e melhor ajuda” torna-se um desígnio no léxico do sistema da CID (Glennie, 2008, p. 89), visível através dos princípios aprovados em iniciativas como a Declaração do Milénio de 2000, o Consenso de Monterrey para o Financiamento do Desenvolvimento de 2003, a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda de 2005 (e a subsequente Agenda de Ação de Acra de 2008), a Declaração de Doha para o Financiamento do Desenvolvimento de 2009 e a Parceria Global de Busan de 2011. Não obstante

o efeito destas reformas na arquitetura do sistema da CID, enormes desafios continuam a persistir no esforço comum entre doadores e beneficiários.

Se a ajuda para o desenvolvimento é de facto eficaz, o apelo pelo incremento dos seus fluxos é legítimo. Mas, se este auxílio não funciona, então o argumento de muitos, de que não há motivo para disponibilizar ajuda e que esta deve ser retirada, é também válido. A realidade é que a contínua falta de resultados do sistema e de consensos encoraja ceticismos em redor das persistentes propostas de mobilização de crescentes volumes de recursos externos.

No contexto desta recente agenda ambiciosa e dos novos apelos ao incremento da mobilização dos volumes de ajuda, este debate ganha novamente importância e notoriedade. A reflexão sobre o valor acrescentado da ajuda ao desenvolvimento, a forma como os novos recursos e mecanismos são geridos para poderem ajudar a alcançar os objetivos estabelecidos e a forma como o desenvolvimento pode ser financiado de forma mais eficaz é, desta forma, uma questão novamente imperativa.

Problemática, questões e objetivos de investigação

A presente dissertação tem como finalidade desenvolver uma reflexão sobre a questão do Financiamento para o Desenvolvimento (FpD) no novo quadro de referência para o desenvolvimento até 2030. Procura centrar-se na análise das novas formas de financiamento e das melhores práticas de concessão desta ajuda advogadas pela Agenda 2030 e até que ponto a sua nova abordagem significa um progresso rumo a um novo paradigma da ajuda².

Desta forma, o trabalho possui dois objetivos principais. Em primeiro lugar, identificar entre os anos de 1950 até 2015 as principais linhas orientadoras e evidências atualizadas e completas sobre o contexto no qual a indústria da CID opera. Em segundo lugar, centrar-se nos recursos e mecanismos de financiamento, incluindo os que existem fora do âmbito da CID, e nas melhores práticas estabelecidas para alcançar a concretização dos ODS, e analisar o seu papel nas evoluções recentes. Não se trata de avaliar a possível eficácia deste tipo de instrumentos e práticas na perspetiva do cumprimento dos ODS, mas trata-se sobretudo de analisar o processo que caracteriza a gestão e a implementação dos objetivos e até que ponto pode significar uma evolução em relação a iniciativas do passado.

Tendo em conta os objetivos, este trabalho pretende contribuir para aumentar o conhecimento sobre as seguintes questões de partida:

² A expressão frequentemente invocada de paradigma da ajuda é aqui entendida à semelhança da definição de Renard (2006, pp. 5-6), como uma visão coerente entre a comunidade de doadores sobre a finalidade da ajuda, o modo como o seu uso é legitimado, a forma como é fornecida e o reconhecimento comum dos principais constrangimentos à sua eficácia e a definição dos principais contornos sobre como deve ser fornecida.

- Qual o poder transformador que o novo quadro de desenvolvimento pós-2015 possui em relação a iniciativas do passado?
- Como é que este novo quadro de desenvolvimento pretende mobilizar os recursos e abordar as questões sistémicas subjacentes para assegurar a sua concretização?
- A arquitetura do FpD no novo quadro pós-2015 influencia paradigmaticamente a história da indústria da CID?

Enunciação de propósito e contribuição do estudo

A escolha da temática sobre o CID e sobre o papel do FpD no quadro de referência do desenvolvimento pós-2015 surge como uma consequência de um interesse de ordem pessoal por questões de desenvolvimento e da sua renovada atualidade e importância a nível mundial.

Pretende-se que esta dissertação seja abrangente, explicativa e, especialmente, crítica dos principais temas da indústria para o desenvolvimento. A sua literatura é bastante fragmentada, sendo que a maioria dos estudos enfatiza uma determinada variável ou aspeto, não havendo assim a compreensão e evidências sólidas sobre o impacto de diferentes variáveis e as suas interações. Neste sentido, o maior contributo da dissertação ao debate científico e ao mundo do desenvolvimento reside na tentativa de apresentação atualizada e articulação coerente de vários dos temas mais debatidos sobre esta temática. Por um lado, aborda de forma geral questões relacionadas com a CID. Por outro lado, procura focar-se na problemática do FpD, nomeadamente na sua conceptualização no novo quadro de referência para o desenvolvimento pós-2015 e o seu possível papel na evolução paradigmática da CID.

Além disso, abordar aspetos sobre a indústria do desenvolvimento e a sua atuação nos diferentes países e contextos vem sendo sempre um assunto atual que suscita interesse e debate no seio da comunidade académica, entre os próprios atores que atuam dentro desse sistema e entre o público em geral. Por isso, pretende-se também que esta dissertação possa ser uma contribuição na reflexão e aprofundar do conhecimento dentro desse contexto. Para além de constituir um exercício académico de pesquisa, pretende ser um contributo na criação de informação disponível em língua portuguesa e que desperte interesse para futuras investigações sobre esta temática.

Metodologia

A presente dissertação é elaborada através de uma metodologia qualitativa, pretendendo descrever e compreender de forma ampla o fenómeno em estudo. Recorre essencialmente à pesquisa e revisão bibliográfica e à análise estatística como técnicas de recolha e análise de dados.

No primeiro caso, procede-se à identificação e análise da literatura relevante para a problematização dos conceitos e teorias apresentadas no quadro teórico, que servem de alicerce a todo o trabalho. Para tal recorre-se a livros, trabalhos académicos, artigos especializados, revistas e a relatórios produzidos por entidades internacionais (como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Banco Mundial (BM)). Esta literatura resulta da pesquisa focada em palavras-chave como desenvolvimento, cooperação para o desenvolvimento, eficácia e coerência, políticas e quadros regulatórios, mecanismos de financiamento, entre outros temas relacionados.

No segundo caso, a análise de dados estatísticos tem como objetivo principal perceber a dimensão e importância dos níveis dos fluxos de ajuda para o desenvolvimento ao longo da história da CID e no contexto mais específico dos mecanismos de financiamento estabelecidos pela nova agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo os que se encontram fora do âmbito da CID. Procura essencialmente verificar a coerência entre os objetivos traçados e as necessidades projetadas. Esta análise de dados estatísticos resulta da recolha e compilação de dados de instituições, como a OCDE, o BM, e o Fundo Monetário Internacional (FMI), dando origem às adendas que se encontram nos anexos A, B, C, G e I.

Estrutura do estudo

A estrutura da presente dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo 1, procede-se ao estudo dos principais instrumentos teóricos e conceptuais da ajuda internacional para o desenvolvimento. Procura-se aqui explicar os principais conceitos e identificar alguns dos principais temas que emergem em estudos anteriores sobre esta temática. Esta análise centra-se mais especificamente em questões sobre os atores, instrumentos, motivações, caracterização dos fluxos, possíveis constrangimentos e as principais contradições sobre a eficácia da ajuda.

No capítulo 2, pretende-se fazer uma breve exposição da evolução histórica da cooperação para o desenvolvimento, desde os finais da Segunda Guerra Mundial até aos primeiros quinze anos do novo século, dando ênfase às suas principais características e inovações.

Tendo em conta o contexto traçado nos capítulos anteriores, o capítulo 3 investiga a importância dos mecanismos de financiamento, incluindo aqueles que existem fora do âmbito da CID e das melhores práticas estabelecidas à sua distribuição para a prossecução eficaz dos objetivos de desenvolvimento traçados em 2015. Aqui é feita uma breve análise dos principais marcos da nova era de desenvolvimento pós-2015, da sua organização e estrutura. É também feito um estudo sobre os instrumentos de FpD estabelecidos no novo quadro de desenvolvimento pós-2015 e as contribuições das suas inovações e

práticas estabelecidas para a eficácia e coerência da arquitetura da CID. Por último, vão sendo traçados os principais constrangimentos e desafios que se colocam ao futuro desses mecanismos.

Capítulo 1- Conceptualização e enquadramento teórico

1.1. O desenvolvimento

O desenvolvimento é essencialmente uma ideologia e uma prática com um carácter normativo, muitas vezes utilizado como um sinónimo de melhoria e de progresso (Seers, 1969, p. 2). A identificação de noções como pobreza, desigualdade, crescimento populacional, estagnação económica e decadência ambiental enquanto questões de desenvolvimento derivam e envolvem juízos subjetivos de valor sobre o que é considerado bom e desejável ou não (Todaro e Smith, 2011, p. 14). O seu discurso é determinado pelas relações de poder entre os principais atores- o que possuir um poder alargado detém uma maior influência sobre o seu discurso e, conseqüentemente, sobre as suas estratégias e práticas (Knutsson, 2009, p. 3).

Por outro lado, trata-se de um processo de mudança dinâmico e envolvendo etapas sociais, económicas e institucionais que, apesar de não serem iguais para todos os países e sociedades, têm como objetivo principal o crescimento económico e a melhoria do bem-estar das populações. De acordo com Todaro e Smith (2011, p. 18), o desenvolvimento deve representar “toda a gama de mudanças pelas quais todo um sistema social, sintonizado com as diversas necessidades básicas e aspirações em evolução de indivíduos e grupos sociais dentro desse sistema, se afasta de uma condição de vida amplamente percebida como insatisfatória em direção a uma situação ou condição de vida reconhecida como materialmente e espiritualmente melhor”.

É também comum este termo ser utilizado não só para descrever o processo como também o estado ou resultados desse processo- noção de que um país não industrializado e pobre é considerado subdesenvolvido, mas que tem de preencher um conjunto de condições e percorrer uma série de etapas para alcançar o estágio de evolução dos países industrializados e ricos, podendo assim ser reconhecido como tal (Cardoso, 2017, p. 16).

No entanto, o desenvolvimento é um conceito extremamente multidisciplinar e multifacetado, contendo um grau de complexidade elevado e um significado lato e dependente do contexto em que é utilizado. Ainda em 1969, Seers (1969, pp. 1-2) reconhece que o desenvolvimento é um processo extremamente complexo e difícil de se definir, chamando a atenção para a necessidade de uma reapreciação da sua doutrina de acordo com os atributos e restrições de cada país.

Esta complexidade tem, entretanto, vindo a crescer. O conceito tem vindo a sofrer um enriquecimento desde a sua origem, especialmente nos últimos trinta anos, englobando novas perspetivas, estratégias e atores, por vezes até contraditórios entre si. Segundo Knutsson (2009, p. 2), “ponderar o desenvolvimento é uma tarefa sem fim”. Conforme este autor, o desenvolvimento deve ser concetualizado de acordo com o modo como a sociedade contempla e pretende lidar com os seus problemas. Como este modo se altera com o decorrer da história, com as alterações das relações de

poder entre os atores e com o surgimento de novos desafios, o desenvolvimento é um processo em constante mudança, não podendo por isso existir uma definição fixa e definitiva (*Ibid.*).

A ideia de desenvolvimento possui raízes antigas³, mas o início da sua origem como uma disciplina académica e como uma indústria institucionalizada datam desde a Segunda Guerra Mundial. Desde então, a noção de desenvolvimento adquire como referência, para o seu conteúdo e intervenção, a experiência histórica dos países ocidentais considerados industrializados e desenvolvidos e a centralidade do crescimento económico (Amaro, 2003, p. 42). Este paradigma tradicional de desenvolvimento é baseado em fórmulas de crescimento económico, de acumulação de capital, de investimento intensivo, de alto estímulo ao consumo, e de uma forte industrialização e modernização⁴. Como consequência, são utilizados sistematicamente indicadores de crescimento económico, sendo o Produto Interno Bruto (PIB) o principal, para aferir o nível de desenvolvimento dos países e, por outro lado, este crescimento económico é visto como condição necessária e suficiente para um desenvolvimento holístico e de que dependem as melhorias do bem-estar da população a todos os níveis (*Ibid.*, pp. 47-48).

É com o final da década de 1960 e início da década de 1970 que, face às crises e fracassos do desenvolvimento e aos primeiros sinais dos limites ao crescimento económico, vão surgindo cada vez mais críticas das mais variadas áreas académicas, denunciando o carácter reducionista, desumano, imperialista e preconceituoso do sistema tradicional de desenvolvimento, sendo visto como um pretexto para a intervenção e intromissão em outros países considerados mais fracos⁵. Vão emergindo novas linhas de pensamento que lutam por uma abordagem alternativa ao desenvolvimento e algumas mais radicais defendem mesmo o fim da era do desenvolvimento, o abandono desse conceito, e a entrada numa nova era pós-desenvolvimento e com um novo paradigma (*Ibid.*, p. 64). É o caso das formulações do desenvolvimento que foram surgindo como o *desenvolvimento comunitário*⁶, as *necessidades*

³ Para uma leitura sobre estas origens históricas sugere-se a consulta de Rist (2008, pp. 28-68).

⁴ Os autores mais citados que defendem estes postulados são, entre outros, Paul Rosenstein-Rodan (1943) e a sua teoria do *grande impulso*, Whitman Rostow (1964) e a sua teoria da *descolagem para um crescimento autossustentado*, Chenery e Strout (1966) e seu *modelo de dois défices* (*two gap model*).

⁵ É nomeadamente o caso das abordagens do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* de Andre Gunder Frank (1967, *apud* Chew e Denmark, 1996) e do *desenvolvimento na dependência* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1973).

⁶ M^a Manuela Silva (1963) é uma autora com um vasto trabalho neste âmbito.

*básicas*⁷, o *desenvolvimento sustentável*⁸, o *desenvolvimento humano*⁹, o *desenvolvimento participativo*¹⁰, o *desenvolvimento como liberdade*¹¹ ou abordagens mais radicais como o *pós-desenvolvimento*¹² e o *decrescimento*¹³. O desenvolvimento deixa de ser um termo de aplicação restringida a países não industrializado do Terceiro Mundo e passa a envolver todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento (Cardoso, 2017, p. 29). Torna-se num modelo humanista que incorpora outros domínios para além do económico (e.g. vertente social, ambiental, política e cultural) e que tem em consideração as especificidades da região e do país em questão. Em simultâneo, cada vez mais instrumentos de avaliação alternativos vão sendo criados como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) ou o da Felicidade Interna Bruta (FIB).

Contudo, apesar deste debate e outros contributos em torno desta temática, o novo modelo acaba por ser muitas vezes rotulado como utópico e inalcançável, mantendo-se indissociável da experiência dos países ocidentais, da dicotomia Norte-Sul e do crescimento económico. A fórmula simplista tradicional possui ainda um papel predominante na determinação da maioria das ideais, ações e políticas dos Estados, organizações, instituições, empresas e indivíduos.

1.2. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A CID não possuiu uma única e definitiva definição consensual empregue a todos os contextos e espaços temporais, uma vez que o seu conteúdo tem vindo a depender ao longo das décadas do contexto político e socioeconómico dominante e das prioridades de desenvolvimento que vão sendo ditadas.

De acordo com M^a Manuela Afonso (1995, p. 13), a cooperação é “a criação de mecanismos e o estabelecimento de laços de solidariedade, para compensar o fosso cada vez maior, entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento”. Mais recentemente, Alonso e Glennie (2015, p. 1) definem CID como uma atividade que cumpra os seguintes quatro critérios: “1) visa explicitamente apoiar as prioridades nacionais ou internacionais de desenvolvimento; 2) não é motivada pelo lucro; 3)

⁷ A ideia de que o principal objetivo de desenvolvimento deve ser a satisfação das necessidades básicas é introduzida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no relatório *Emprego, Crescimento e Necessidades básicas* em 1976, resultante da Conferência de Genebra do mesmo ano.

⁸ Este conceito é apresentado pela primeira vez em 1987 no Relatório de Brundtland, intitulado de *Nosso Futuro Comum*, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

⁹ Este conceito é formulado pela primeira vez no *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD em 1990.

¹⁰ Esta abordagem está amplamente ligada ao trabalho de John Friedmann (1992).

¹¹ O autor de referência para uma formulação mais aprofundada deste conceito é Amartya Sen (1999).

¹² Arturo Escobar (1997) é um dos exemplos de autores muito citados no âmbito desta abordagem.

¹³ A abordagem do *decrescimento* nasce com o trabalho de Serge Latouche (2011).

discrimina em favor dos países em desenvolvimento; e 4) baseia-se em relações de cooperação que visam aumentar a apropriação por parte dos países em desenvolvimento”.

De modo geral, pode-se afirmar que a CID é um processo dinâmico e evolutivo que se tornou num mecanismo e numa ferramenta estratégica internacional para promover o diálogo e o desenvolvimento entre os Países Desenvolvidos (PD) e aqueles em vias de desenvolvimento. Trata-se de um auxílio que exige um trabalho em comum para um fim em comum (Afonso, 1995, p. 13). Surge, principalmente a partir da segunda metade do século XX, da necessidade da ação concertada e coordenada dos Estados de modo a combater de forma mais eficaz e duradoura os desafios comuns à paz, à convivência pacífica e ao crescimento económico. No entanto, o conceito torna-se muito mais do que a ausência de confrontação entre Estados ou o acumular de capital. Atualmente a cooperação é compreendida como uma forma de relacionamento preferencial entre atores estatais, não-governamentais ou privados que tem vindo a abarcar cada vez mais dimensões inerentes à vida individual, nacional, regional e internacional. No entanto, a cooperação nem sempre tem sido apenas um instrumento altruísta e de índole humanitária em prol do desenvolvimento holístico e sustentável, como também tem sido uma ferramenta de maximização de ganhos individuais, de dominação e de cariz egoísta e realista. Dependendo dos atores dominantes, do conjunto de lógicas de pensamento e do período sob o qual observamos o conceito, a CID vai apresentando diferentes dimensões, funções, motivações e mecanismos de implementação.

O facto irrefutável é que a CID se tem revelado cada vez mais fundamental no mundo de hoje. Os últimos anos com os seus novos compromissos e iniciativas colocam esta temática e questões como a eficácia, a harmonização, a sustentabilidade e os mecanismos de FpD no centro das relações entre os atores de desenvolvimento. Estes progressos colocam a tónica na vontade que a comunidade internacional possui na convergência das políticas e responsabilidades e na necessidade da canalização dos esforços, sob a forma de uma parceira global inclusiva a uma maior variedade de atores e constituída por uma maior diversidade de mecanismos de FpD, para responder aos principais desafios de forma sustentável e eficaz. O quadro recente de atuação do desenvolvimento pós-2015 inclusivo, sustentável e holístico pode assim representar um novo período paradigmático na história da CID.

1.3. As múltiplas faces da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A CID compreende a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e outras ajudas externas que possuam como objetivo o desenvolvimento dos países recetores e sejam orientadas por critérios

idênticos aos da APD, i.e. donativos ou empréstimos com um carácter concessional¹⁴ possuindo um elemento de doação de pelo menos 25% (e.g. a ajuda de ONG, de fundações, de algumas empresas ou de outros organismos privados).

A APD tornou-se numa das componentes dos fluxos de FpD mais amplamente reconhecida e num padrão comum de medição e avaliação do contributo que os PD dão para apoiar o desenvolvimento dos PED em relação aos restantes fluxos (Ferreira, 2014, p. 2). Não só os fluxos provenientes da APD têm vindo continuamente a se expandir nos últimos 60 anos (anexo C), como também se têm tornado num elemento central da arquitetura das relações internacionais à medida que mais países se tornam doadores e recetores e a sua referência em conferências e documentos internacionais oficiais se torna crescente. O termo APD foi criado em 1969 no quadro do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. De acordo com a definição estabelecida pelo CAD em 1972, que é a mais precisa e que ainda hoje se mantém, a APD corresponde ao conjunto de recursos – sejam créditos, donativos ou transações de capital – que sejam 1) de origem pública, ou seja, prestada por organismos estatais ou territoriais e instituições multilaterais; 2) tenham como destinatário os PED que constem da lista de países recetores elaborada pelo CAD; 3) tenham como principal objetivo a promoção do desenvolvimento económico e o bem-estar desses países; e 4) contenham uma componente de gratuidade ou doação de pelo menos 25% (OCDE, 2010, p. 11).

Esta definição abrange apenas os fundos canalizados pelo sector público, não incluindo, por isso, entre outros exemplos, os fluxos privados (e.g. investimento direto, empréstimos bancários e créditos privados à exportação), os donativos de ONGs, fundações privadas e filantrópicas, as transferências financeiras das diásporas, e as transferências de recursos para países que não são classificados pelo DAC como recetores, como o caso da Rússia ou Israel (Ferreira, 2014, p. 2). Por outro lado, a APD que foi abrangendo também, ao longo do tempo, várias despesas públicas- como os custos administrativos das agências doadoras, as operações de reescalonamento e perdão de dívida e as pensões pagas a antigos funcionários coloniais- acaba por não refletir a transferência concreta de recursos para o crescimento de facto dos PED (*Ibid.*).

Afonso e Fernandes (2005, p. 15) afirmam que a CID é catalogada em função da sua origem, dos seus canais de execução e dos seus instrumentos de implementação. Segundo a sua origem, pode ser pública (e.g. administração central, regional e local) ou privada (e.g. ONG, fundações, associações, empresas), desde que tenha o desenvolvimento como objetivo e cumpra o critério da APD já mencionado.

¹⁴ A ajuda concessional trata do apoio prestado em subvenções ou em empréstimos subsidiados que podem ir dos 100% a taxas melhores que aquelas praticadas no mercado, ou algures entre as duas formas. Por outro lado, a ajuda não-concessional é prestada dentro das condições de mercado.

Tendo em conta os canais de execução, a cooperação pode ser bilateral, multilateral ou descentralizada. A cooperação bilateral é quando a ajuda é prestada diretamente pelos doadores aos recetores, sejam estes governos ou outras organizações, enquanto a multilateral é quando a ajuda é fornecida aos destinatários através de organizações e/ou instituições internacionais. Embora a ajuda bilateral tenha maior importância em termos de fluxos globais, a ajuda multilateral tem sido crescentemente favorecida. De acordo com as estatísticas da OCDE (2015, p. 23), o volume de utilização do sistema multilateral incrementou de 28% para 41% no total da APD no período entre 2000 a 2013. Entre outras vantagens, a ajuda multilateral é vista como um veículo apolítico e mais propenso a ser canalizado para os seus destinatários com base na necessidade e com menos condições anexadas (Riddell, 2007, p. 77); como um meio de fornecimento de conhecimentos técnicos de grande valor garantindo uma maior mobilização de fundos e uma maior eficácia dos projetos (Fengler e Kharas, 2011, p. 2); e como um contributo para um maior diálogo político e uma maior coordenação entre doadores e recetores (Cassen, 1985, p. 282). A cooperação descentralizada é prestada por entidades sub-estatais que não fazem parte da administração central do Estado. Trata-se de uma nova abordagem da cooperação caracterizada pela “descentralização das iniciativas e da relação com os países em desenvolvimento, pela inclusão de uma grande variedade de novos atores da sociedade civil e por uma verdadeira participação dos atores dos países beneficiários no seu próprio desenvolvimento” (Afonso e Fernandes, 2005, pp. 15-16).

Por fim, quanto aos instrumentos de implementação, existe uma ampla diversidade- a assistência técnica¹⁵; a assistência financeira¹⁶; a ajuda alimentar¹⁷; a ajuda humanitária¹⁸; o apoio a projetos¹⁹; o

¹⁵ A assistência técnica trata-se de um apoio técnico que pode envolver recursos humanos, e transferência de competências, aptidões e tecnologias (IPAD, 2002, p. 52),

¹⁶ A assistência financeira consiste em transferências canalizadas sob a forma de recursos financeiros e incluem três tipos- as subvenções e créditos através de projetos e programas; a ajuda em bens necessários para o desenvolvimento do país recetor que não possui condições de os importar; e o financiamento de reformas estruturais (e.g. apoios ao ajustamento estrutural e a anulação/reescalonamento da dívida) (*Ibid.*, p. 50).

¹⁷ A ajuda alimentar corresponde à transferência de recursos para um país ou região, sob a forma de alimentos, bens doados ou vendidos com pelo menos 25% de concessionalidade, assim como na forma de donativos monetários ou créditos (com um período de reembolso de três anos ou mais) destinados à aquisição de alimentos (*Ibid.*, p. 16).

¹⁸ A ajuda humanitária possui uma função essencialmente assistencial e de curto prazo, integrando a ajuda de emergência; a ajuda a refugiados, repatriados e deslocados; a ajuda de reabilitação e reconstrução e a prevenção de conflitos e desastres naturais (*Ibid.*, p. 17).

¹⁹ A ajuda a projetos são intervenções, acordadas com o país parceiro, destinadas a alcançar um projeto específico (e.g. a construção de uma escola) ou dirigidas a um sector específico (e.g. agricultura, educação ou transportes) dentro de um prazo, orçamento e área geográfica definidos (*Ibid.*, p. 18).

apoio a programas²⁰, o apoio direto ao orçamento²¹, e o alívio da dívida externa²²; entre outras modalidades e instrumentos. A ajuda pode ainda ser fornecida na forma de ajuda ligada ou não ligada²³.

Todavia, a realidade é que a natureza da ajuda vai muito além de simples fluxos de recursos entre países. A ajuda tornou-se numa das principais componentes das relações internacionais, com a capacidade de estruturar os relacionamentos internacionais contemporâneos, funcionando como fonte e promotor de relacionamentos, influência, dependência e/ou disputa. Desta forma, esta temática exige uma compreensão mais profunda.

1.3.1. Os doadores e recetores da ajuda

Tradicionalmente, os fornecedores de assistência são os governos dos PD, principalmente os governos da Europa ocidental, da América do Norte e do Japão, para apoiar o crescimento e desenvolvimento dos PED. Este sistema tradicional de ajuda durante grande parte da segunda metade do século XX, resumido no anexo D, conecta três canais- os cidadãos dos países mais ricos pagam impostos, alguns dos quais são utilizados para a assistência ao desenvolvimento aos países mais pobres, seja através dos canais bilaterais ou multilaterais, que por sua vez implementam políticas e programas destinadas a acelerar o crescimento e a reduzir a pobreza (Fengler and Kharas, 2011, p. 3). A forma mais comum de distinguir os países é através do rendimento per capita. Várias agências internacionais

²⁰ A ajuda a programas consiste no apoio dado ao país beneficiário que, não sendo no âmbito de projetos específicos, se destine a fins de desenvolvimento em geral, como o financiamento da balança de pagamentos, apoio sectorial ou ajuda em espécie (*Ibid.*).

²¹ O apoio direto ao orçamento corresponde à transferência de fundos para o tesouro nacional do país parceiro, para o apoio da sua política e suas prioridades nacionais de desenvolvimento (*Ibid.*, p. 22).

²² O alívio da dívida consiste em todas as formas de perdão parcial ou total da dívida ou a desaceleração ou interrupção do crescimento do seu valor, assumindo assim a forma de cancelamento, refinanciamento, reescalonamento ou reestruturação (*Ibid.*, p. 19).

²³ A ajuda ligada é vinculada a certas condicionalidades- à aquisição de bens e serviços provenientes do país doador por partes dos recetores, à pré-seleção do sector e/ou projeto que a ajuda se direciona por parte dos doadores ou a obrigatoriedade de os países recetores seguirem determinadas políticas como condição para receberem essa ajuda. Enquanto a ajuda não ligada é fornecida sem pré-condições (*Ibid.*, pp. 17-18).

oferecem classificações dos países em função da sua situação económica como o sistema do BM²⁴ e do CAD²⁵.

Com o decorrer do tempo, a arquitetura tradicional vai evoluindo e torna-se mais complexa, como mostra o anexo E. O número de doadores bilaterais incrementa, um múltiplo número de agências multilaterais cada vez mais especializadas, doadores privados, ONGs, OSC e individuais aumentam em número e ampliam a sua influência. Simultaneamente, o número de países destinatários potenciais expande-se e deixa de ser exclusivamente os PED para englobar outros países considerados desenvolvidos. Além disso, os meios de financiamento e os objetivos a esses subjacentes diversificam-se. A ajuda deixa de ser estruturada exclusivamente na forma de APD, mas também tem vindo a operar por via de novos fluxos, e.g. através das doações de ONG, e por meio de novas estruturas, e.g. através da Cooperação Sul-Sul (CSS).

Existem atualmente 30 doadores tradicionais²⁶ que reportam a sua assistência ao desenvolvimento ao DAC. No ano de 2015, estes doadores variam do menor, a Islândia que fornece 39.86 mil milhões, para o maior, os EUA que fornecem 30 985.54 mil milhões de dólares (OCDE, 2018b). Existem três grandes atores que fornecem ajuda de modo multilateral- o BM, as agências da ONU e a União Europeia (UE), representando mais de 60% das contribuições multilaterais do CAD. O grupo mais importante que representa 22% da APD distribuída é o BM, seguido da UE e das agências da ONU, que representam 21% e 20%, respetivamente, de toda a ajuda multilateral (OCDE, 2015, p. 23).

Kharas (2007, p. 7) afirma que pelo menos 29 países fora do CAD estão a disponibilizar quantidades significativas de ajuda anualmente, incluindo o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a Arábia Saudita. Cardoso (2017, p. 29) observa que o edifício da cooperação “dá emprego, nos países dadores e recetores (...), a muitas centenas de milhares de funcionários, consultores e agora, com os *fundos*

²⁴ No ano de 2016, o BM classifica os países em 4 categorias- 1) países de rendimento baixo (com um PIB per capita de 1.005 dólares ou inferior); 2) países de rendimento médio-baixo (PIB per capita entre 1.006-3.955 dólares); 3) países de rendimento médio-alto (PIB per capita entre 3.956-12.235 dólares); e 4) países de rendimento alto (PIB per capita de 12.236 dólares ou superior).

²⁵ O CAD distingue dois tipos de países consistentes com o sistema do BM- os países da parte I e os países da parte II. A parte II consiste nos países em desenvolvimento mais avançado ou em transição- os países de rendimento médio-alto e alto com base na definição do BM- que prestam o auxílio. A parte I consiste nos países com um desenvolvimento mais pobre- os países de rendimento médio-baixo e baixo, excluindo os países que sejam membros do G8, da UE e países com data já estabelecida para adesão à UE, e incluindo também todos os Países Menos Desenvolvidos (PMD) conforme definidos pela ONU- que recebem ajuda.

²⁶ Os doadores tradicionais são: a Austrália, a Áustria, a Bélgica, o Canadá, a República Checa, a Dinamarca, a União Europeia, a Finlândia, a França, a Alemanha, a Grécia, a Hungria, a Islândia, a Irlanda, a Itália, o Japão, a Coreia do Sul, Luxemburgo, a Holanda, a Nova Zelândia, a Noruega, a Polónia, Portugal, a República Eslovaca, a Eslovênia, a Espanha, a Suécia, a Suíça, o Reino Unido e os Estados Unidos da América (EUA).

*blending*²⁷, também de empresários e gestores do sector privado”. (PRODUCT) REDTM²⁸ através dos lucros obtidos nas vendas dos seus produtos, tem canalizado até aos dias de hoje 500 milhões de dólares para o Fundo Global de combate à SIDA, tuberculose e malária, beneficiando quase 110 milhões de pessoas no Gana, Quênia, Lesoto, Ruanda, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia.

Identicamente, as figuras do mundo mediático, como Bob Geldof, Bono, Angelina Jolie, Madonna e George Clooney, têm demonstrado a sua capacidade para mobilizar recursos, atrair a atenção da comunicação social, influenciar políticos e moldar a opinião pública. O público em geral tem também sido um participante ativo no FpD. Modelos inovadores, como o *Kiva.org*²⁹ ou o *GlobalGiving.org*³⁰, prometem facilitar ainda mais estas transferências de recursos individuais.

Contudo, a moldagem do sistema de ajuda ainda é predominantemente um resultado das decisões dos doadores individuais e dos seus próprios desejos e convicções sobre o uso e a forma de distribuição da ajuda (Riddell, 2007, p. 51). Na teoria as agências multilaterais são governadas pelas decisões coletivas de doadores e recetores, no entanto os seus graus de independência variam. Quanto maior a contribuição de um doador ou de um pequeno grupo de doadores, mais provável será a sua capacidade de influenciar e moldar as políticas dessa agência segundo os seus interesses. Até mesmo a ajuda empregue pelas ONGs também é maioritariamente canalizada e financiada por doadores bilaterais. Por outro lado, os canais privados de ajuda para o desenvolvimento são mais seletivos em relação aos países e programas que estão dispostos a apoiar, podendo ignorar quem mais necessita.

1.3.2. Motivações dos doadores e dos recetores

Não existe nenhum sistema abrangente de alocação da ajuda com mecanismos e processos que possam assegurar que esta seja direcionada para os países com maiores necessidades. Por isso, os motivos e interesses subjacentes à concessão e à aceitação de ajuda vão variando ao longo do tempo

²⁷ É um instrumento de alocação da ajuda baseado na combinação estratégica de fluxos para o desenvolvimento público e/ou privado (e.g. APD e fundos filantrópicos) com outros fluxos de capital público e/ou privado, que não tenham como principal objetivo o desenvolvimento.

²⁸ (PRODUCT) REDTM é uma marca de consumo licenciada a empresas globais como a *American Express*, *Apple Inc.* ou a *Motorola* e com o apoio de muitas outras, como a *Coca-Cola* ou o *Facebook*. É uma iniciativa criada em 2006 por Bono Vox e Bobby Shriver com o intuito de mobilizar fundos para apoiar uma gama diversificada de programas do Fundo Global (e.g. serviços de prevenção, testes, tratamento e educação). Para um conhecimento mais detalhado sobre esta iniciativa sugere-se a consulta do seguinte site <https://www.red.org/>.

²⁹ Para uma descrição e explicação mais detalhada sobre esta iniciativa sugere-se a consulta do seguinte site <https://www.kiva.org/>.

³⁰ Para uma descrição e explicação mais detalhada sobre esta iniciativa sugere-se a consulta do seguinte site <https://www.globalgiving.org/>.

bem como entre doadores e recetores. Na história da ajuda ao desenvolvimento muitos são os momentos em que as motivações possuem, por um lado, um intuito puramente altruísta e de solidariedade, como também, por outro lado, motivações baseadas em interesses.

Alguns dos principais motivos que têm influenciado historicamente as decisões de alocação da ajuda são: 1) os motivos éticos, morais e solidários (Riddell, 1986, p. 24); 2) os motivos humanitários com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar das populações dos países recetores (Lumsdaine, 1993, p. 30); 3) os interesses políticos (Alesina e Dollar, 2000, p. 33); 4) os imperativos estratégicos e/ou de segurança, e.g. o fortalecimento de Estados frágeis e o combate a desafios globais como as mudanças climáticas (Sachs, 2005a, p. 81); 5) os interesses económicos e/ou comerciais (Berthelemy, 2006, p. 79); e 6) os laços históricos como o passado colonial (Rogerson, 2005, p. 539). A maioria dos doadores presta a sua ajuda com base numa combinação destes diferentes fatores.

Em oposição, alguns dos principais postulados e fundamentos da contribuição positiva da ajuda ao desenvolvimento que têm influenciado a sua contínua aceitação encontram-se relacionados com noções como: 1) a facilitação do comércio e do crescimento económico (Hoekman e Nicita, 2010, p. 67); 2) o desenvolvimento social e a promoção da qualidade de vida (Sayanak e Lahiri, 2008, p. 16); 3) a transferência de conhecimentos e de tecnologia e a provisão de serviços públicos (Samoff e Stromquist, 2001, p. 631); 4) a promoção da boa governança e da democracia (Santiso, 2001, p. 154); e 5) o efeito catalítico da ajuda (Rogerson, 2011, p. 1)³¹. Face às dificuldades económicas e humanas muitas vezes desesperadas e às incertezas de como preencher as lacunas de recursos deixadas pela possível redução ou retirada da ajuda, estes são alguns dos fundamentos que incentivam a manutenção do processo de concessão da ajuda do lado dos recetores.

1.2.3. A eficácia da ajuda

Existe um longo debate sobre o quão eficaz é a ajuda na criação de desenvolvimento. Defensores da ajuda como Rosenstein-Roden (1943), Rostow (1956), e mais recentemente, Stern (2002), Sachs (2005), Collier (2007) ou Hirano e Otsubo (2014) advogam que a maioria dos países em desenvolvimento enfrentam várias armadilhas impedindo o seu desenvolvimento (e.g. a extrema pobreza, os conflitos, as doenças e a falta de recursos) e que a ajuda pode atuar como um recurso adicional que permite colmatar as necessidades internas de financiamento e combater essas armadilhas. Hirano e Otsubo (2014, p. 22) afirmam que “a ajuda é boa para os pobres (...) [e] desta forma, a ajuda pode dar maiores passos no estímulo ao desenvolvimento”. De igual modo, também Stern (2002, p. 24)

³¹ Esta noção do efeito catalítico da ajuda (*catalytic aid* ou *aid to end aid*) apresentada por Rogerson baseia-se na ideia da ajuda como um auxílio que serve para acabar com a sua necessidade futura através da construção de outras formas de desenvolvimento e financiamento internas.

defende que “a ajuda é um catalisador para a mudança, permitindo que as pessoas levem vidas mais longas, mais saudáveis e mais produtivas” e uma vez que os “países ricos nunca estiveram tão ricos, chegou a hora de criar um quadro para uma parceria profunda e duradoura para o desenvolvimento”. Perante os desafios persistentes ao desenvolvimento e as crescentes críticas do papel da ajuda, este grupo alega que a solução passa por uma ajuda ainda maior ou por meio de uma melhor assistência (Sachs, 2005; Collier, 2007). Para Collier (2007, p. 123), a ajuda é “parte da solução e não parte do problema. O desafio é complementá-la com outras ações”.

Críticos da ajuda para o desenvolvimento como Bauer e Yamey (1982), Boone (1996), e mais recentemente Easterly (2006), Glennie (2008) ou Moyo (2009) têm expressado várias preocupações com o impacto negativo que este auxílio tem desempenhado em vários países. Alguns observadores até sugerem que pode haver uma ‘*maldição da ajuda*’³². De acordo com Dambisa Moyo (2009, p. xix), “os recetores desta ajuda estão em pior situação; muito pior. A ajuda ajudou a tornar os pobres mais pobres e o crescimento mais lento”. A ajuda é considerada apenas como uma variável entre várias que influenciam o resultado do desenvolvimento; como uma fonte de investimentos de fraca produtividade e que não motiva a formação de poupança interna; que perpetua a dependência dos países em desenvolvimento a longo prazo; que facilita a instabilidade política, a corrupção e a desorganização total da estrutura administrativa; e que alimenta grande parte das elites e regimes nesses países. Para Bauer e Yamey (1982, p. 57) “a emergência de centenas de milhões de pessoas, tanto no Sul como no Ocidente, da pobreza para a prosperidade não dependeu de presentes externos”, grandes escalas de desenvolvimento têm vindo a ocorrer em vários lugares sem ajuda e muito antes de esta ter sido inventada. A solução, segundo Glennie (2008, p. 9), é “parar de pedir mais ajuda e concentrar a atenção em questões que farão uma verdadeira diferença para os pobres”.

Outro grupo de teóricos defende que a ajuda só funciona em determinadas condições. Alguns apontam para a importância das boas políticas económicas nos países beneficiários (Burnside e Dollar, 2000, p. 847), outros destacam o papel das políticas sociais (Verschoor e Kalwij, 2006, p. 526), um ambiente político democrático (Kosack, 2003, p. 14), a localização geográfica (Dalgaard et al., 2004, p. 211), e outros salientam o valor de certas categorias ou formas de distribuição da ajuda (Bauer e Yamey, 1982, p. 68³³).

³² À semelhança da teoria da *maldição dos recursos* na qual as receitas do petróleo ou diamantes possuem impactos negativos para o desenvolvimento desses países, alguns autores, cf. Therkildsen (2002, p. 2), defendem a existência de uma *maldição da ajuda* face ao incremento dos seus volumes e às suas consequências associadas.

³³ Bauer e Yamey destacam a importância da ajuda bilateral para a eficácia da assistência internacional ao desenvolvimento. De acordo com os autores (p.68), “a ajuda também deve assumir a forma de subvenções diretas do governo doador ao governo beneficiário, ao invés de pagamentos a organizações multilaterais a serem alocadas por estas aos destinatários finais (...) Quanto mais distante a relação entre o fornecedor de fundos e o seu usuário, maior a probabilidade de estes serem usados de forma ineficaz.”.

No entanto, apesar das opiniões contrastantes sobre a eficácia da ajuda, há um certo grau de unanimidade que a atual indústria do desenvolvimento não tem vindo a atingir o seu potencial e que a sua qualidade e eficiência pode ser melhorada através de um conjunto de melhores práticas de ajuda (Easterly e Pfütze, 2008, p. 30). Vários académicos defendem que a indústria da ajuda ao desenvolvimento precisa de se adaptar e repensar os seus objetivos, modos de distribuição e instrumentos. Recusando o paradigma tradicional da ajuda e começando a explorar alternativas, vão surgindo conceitos e ideias como *dead aid* (Moyo, 2009), *aid to end aid* (Rogerson, 2011) e *aid 2.0* (Sumner e Mallett, 2013).

Estas contribuições são uma ínfima parte da extensa literatura sobre a relação entre a ajuda e o desenvolvimento que produzem mais desentendimentos e resultados ambíguos do que consensos.

1.2.4. Os motivos do falhanço da ajuda

Não há dúvidas sobre a vontade, capacidade e habilidade dos PD de aprovisionar recursos e de implementar novas reformas e estratégias na forma como estes são distribuídos pelos PED. Por outro lado, também não é fácil fazer generalizações sobre que fatores possuem um impacto predominante sobre a eficácia da ajuda e sobre o porquê de estes surgirem em determinados países e estarem ausentes noutros casos. No entanto, existem elevados efeitos e custos relacionados com as estruturas, práticas e procedimentos do atual sistema de CID que o impedem de atingir o seu potencial e eficácia plena. A extensa literatura sobre a sua ineficácia traça variados e numerosos motivos oriundos da ação dos doadores, dos recetores, ou, de forma geral, fruto da relação entre ambos.

Relacionado com a ação dos doadores, alguns dos principais motivos que impedem a eficácia da ajuda ao desenvolvimento são: 1) a influência predominante de interesses políticos, comerciais e estratégicos de curto prazo na alocação do auxílio (Alesina e Dollar, 2000, p. 55); 2) a fragmentação, competição e proliferação de/entre doadores e projetos (Rogerson, 2005, pp. 11-12); 3) a volatilidade e imprevisibilidade dos fluxos (Markandya *et al.*, 2010, p. 17); 4) os volumes insuficientes de ajuda (Sachs, 2005, p. 285); 5) a forma como a ajuda é fornecida baseada em noções como a condicionalidade, seletividade e objetivos de curto-prazo (Glennie, 2008, p. 19).

Por outro lado, algumas das principais razões apresentadas e defendidas para o falhanço da eficácia da ajuda que recaem sobre os recetores são: 1) a cultura, a mentalidade e a etnicidade (Lunn, 2009, p. 948); 2) o capital social e institucional (Baliamoune-Lutz e Mavrotas, 2009, p. 11); 3) os interesses pessoais, políticos, económicos e comerciais (Cassen, 1985, p. 16); 4) os conflitos e as guerras civis (Collier, 2007, p. 104); 4) a corrupção e o clientelismo (Moyo, 2010, p. 52); 5) a ausência de boas políticas económicas e sociais (Verschoor e Kalwij, 2006, p. 526); e 6) o fraco compromisso, apropriação e capacidade (Riddell, 2007, pp. 369-70)

Ainda assim, é ingénuo esperar que este sistema possa mudar substancialmente nos próximos anos em virtude dos incentivos políticos e económicos que são fornecidos tanto aos países doadores como aos recetores. Glennie (2008, p. 101) afirma que “os governos doadores têm o hábito de prometer reformas, mas entregar apenas uma mudança cosmética [enquanto] os governos recetores estão frequentemente mais interessados na quantidade de dinheiro que recebem do que na qualidade de seus impactos”. A indústria do desenvolvimento opera dentro de um sistema de incentivos e a concessão da ajuda é vista atualmente como um instrumento mais fácil, económico e vantajoso a curto-prazo para os doadores e recetores, em relação a possíveis e reais iniciativas de reforma que podem ter um impacto mais significativo mas que envolvem custos políticos e financeiros superiores.

Capítulo 2- A criação de uma indústria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Apesar das contínuas mudanças e evoluções, a CID é uma componente central das relações internacionais que dura há mais de 70 anos. A sua história encontra-se estreitamente ligada à doutrina sobre o próprio conceito de desenvolvimento, analisado anteriormente. O surgimento desta componente como atividade internacional institucionalizada possui as suas raízes no pós-Segunda Guerra Mundial.

Contudo, grande parte das visões e ideais que norteiam a lógica do pensamento e as práticas no campo da CID surgem bem antes de 1945. Hjertholm e Howard (2000, p. 60) traçam as origens das primeiras manifestações do fornecimento de assistência internacional desde o século XIX. Algumas dessas primeiras manifestações são o fornecer de ajuda financeira e alimentar pelos EUA em 1812 e 1896³⁴ e sob a forma de subsídios para projetos de infraestruturas pelo governo britânico em 1929³⁵ (*Ibid.*). Rist (2010, p. 55) coloca as origens da cooperação internacional durante a era da Liga das Nações com o fornecimento de ajuda técnica para o desenvolvimento da China entre 1929 a 1941 nas áreas da saúde, da higiene, da educação, dos transportes³⁶. Para Riddell (2007, p. 26), não é correto marcar o final da década de 1940 como o início da ação moderna de assistência ao desenvolvimento, ignorando as importantes contribuições durante grande parte do período colonial pelas associações voluntárias que vão fornecendo serviços essenciais na maioria dos países pobres. As origens de algumas das maiores agências de desenvolvimento atualmente são muito anteriores à institucionalização de qualquer agência doadora oficial bilateral, e.g. a *Save the Children* (1919), a *Christian Aid* (1941) e a *Oxford Committee for Famine Relief* (1942), conhecida depois de 1965 como *Oxfam* (*Ibid.*).

Ao longo destas últimas sete décadas, estas iniciativas de CID transformaram-se numa verdadeira indústria que atualmente engloba vários atores, diversificados objetivos e princípios, modalidades, instrumentos e estratégias próprias, regras e normas de procedimento. O quadro no anexo F resume detalhadamente os principais acontecimentos, tipos de ajuda, objetivos, instrumentos e

³⁴ Em 1812, o Congresso do EUA aprovou a *Lei para o Alívio do povo da Venezuela* que estabelecia o envio de ajuda financeira de emergência no valor dos 50 milhões de dólares para a Venezuela com o intuito de melhorar o bem-estar dos cidadãos na sequência da ocorrência de um terramoto. Em 1896, o Departamento de Agricultura dos EUA procedeu ao envio dos seus excedentes agrícolas com a intenção de desenvolver novos mercados e evitar a subida dos preços. Raymond Geselbracht no seu livro *Foreign Aid and the Legacy of Harry S. Truman* (2015) realiza um estudo mais completo sobre as iniciativas iniciais de ajuda externa dos EUA, focando especialmente na administração do Presidente Harry Truman.

³⁵ Antes de 1929, o governo britânico já vinha a disponibilizar assistência para o desenvolvimento para as suas colónias. Com a *Lei de Desenvolvimento Colonial* de 1929, a ajuda é, pela primeira vez, fornecida na forma de fundos regulares para o desenvolvimento dos territórios coloniais. Uma análise mais detalhada sobre a assistência colonial do governo britânico é realizada por David Morgan (1964) na sua obra *British Aid: Colonial Development*.

³⁶ Para mais elementos da formação da Liga das Nações e deste episódio dos primórdios da cooperação internacional sugere-se a consulta de Rist (2010, pp. 58-66).

estratégias, e paradigmas dominantes. De modo geral, a indústria da CID tem sido contruída em torno de seis principais períodos: 1) os marcos inaugurais das décadas de 1940 e 1950; 2) os anos de 1960 como a *primeira década de desenvolvimento*; 3) os anos de 1970 e a reorientação do foco da ajuda para a pobreza e o ambiente; 4) os anos de 1980 como a *década perdida para o desenvolvimento*; 5) os anos de 1990 e a questão da boa governança; e 6) os primeiros quinze anos do novo milénio.

2.1. Marcos inaugurais das décadas de 1940 e 1950

As origens do atual sistema moderno da CID remontam às intenções expressas na década de 1940 em torno da Conferência de Bretton-Woods, da Carta das Nações Unidas, do Plano Marshall e do discurso de tomada de posse do Presidente dos EUA Harry Truman.

A Conferência de Bretton-Woods, realizada em 1944, dá origem às bases institucionais para a criação de órgãos como o FMI e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), atualmente pertencente ao grupo do BM, que são das agências multilaterais mais importantes e operativas em termos de desenvolvimento (Lapão, 2011, p. 73). Citando Lapão (*Ibid.*): “foi este o marco que deu início à criação de uma vasta rede de organizações internacionais especializadas em várias áreas do desenvolvimento”.

A Carta da ONU, acordada em 1945, assume a realização da cooperação internacional (ONU, 1945, artigo 1) e compromete todos os membros signatários a unirem as suas forças para a promoção do progresso e desenvolvimento económico e social de todos os países e do respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (*Ibid.*, artigo 55). Complementando estas ideias, a Carta dos Direitos Humanos, acordada em 1948, afirma que “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários” (*Ibid.*, 1948, artigo 25). São estas ideias que marcam desde os seus primeiros anos o sistema de CID.

O Plano Marshall³⁷ (1948-1951) é considerado como o primeiro projeto específico de auxílio e de cooperação para o desenvolvimento entre Estados (Afonso e Fernandes, 2005, p. 24). O principal objetivo dos EUA é a reconstrução dos países europeus devastados pela guerra como uma estratégia de contenção face à expansão do comunismo, favorecendo simultaneamente de benefícios económicos e comerciais. Neste contexto, é fundada em 1948 a Organização Europeia de Cooperação Económica, a

³⁷ O Plano Marshall, oficialmente intitulado por Programa de Recuperação Europeia, é anunciado pelo Secretário de Estado dos EUA George Marshall (junho de 1947) e consiste num esquema maciço de concessão de ajuda económica aos países europeus tendo em vista a sua reconstrução após a 2ª Guerra Mundial.

que vem a dar origem à OCDE em 1961, com o principal objetivo de gerir e coordenar as ajuda disponível e promover a cooperação entre os países membros.

Em 1949, Truman propõe no Ponto Quatro do seu discurso³⁸ o nascimento de um esforço de cooperação coletivo entre as nações e instituições internacionais e privadas para o estabelecimento de um programa de desenvolvimento global para alcançar a prosperidade, a paz e segurança, a liberdade e a felicidade para toda a humanidade, não excluindo ninguém e nenhuma nação. Segundo Rist (2010, pp. 71-73), o ponto quatro do seu discurso inaugura a “idade do desenvolvimento”, pela primeira vez é empregue a expressão subdesenvolvidos a propósito de regiões economicamente mais atrasadas e não industrializadas, e é equacionado o progresso e desenvolvimento integrando essas mesmas regiões.

Contudo, este contexto inicial consiste sobretudo em auxiliar as estruturas institucionais, políticas e sociais já existentes na Europa para o seu rápido arranque económico, e não a transferência de recursos em condições favoráveis como instrumento de promoção do desenvolvimento de todas as nações (Afonso, 1995, p. 22). Por outro lado, a coordenação entre doadores e recetores é ainda muito incipiente ou mesmo inexistente, o que contribui também para a ausência de um verdadeiro sistema de CID nestes primeiros anos (Lapão, 2011, p. 74).

2.2. Os anos de 1960 como a *primeira década do desenvolvimento*

É nos anos de 1960, com as independências a ocorrerem predominantemente nesta década, que as intenções se voltam para os países não europeus, considerados subdesenvolvidos e não industrializados. Começam então a ser programadas e desenvolvidas ações de desenvolvimento económico-financeiro e sociocultural entre, num primeiro momento, os estados colonizadores e os ex-colonizados e, mais tarde, entre o Norte e o Sul em geral (Lapão, 2011, p. 71).

A ONU proclama a década de 1960 como a *primeira década do desenvolvimento* (1960-70) e fixa o 1% do PNB/RNB³⁹ anual como meta para os fluxos oficiais e privados de capital para o

³⁸ O discurso inaugural do Presidente Harry Truman (20 janeiro de 1949), conhecido como o *Discurso de Quatro Pontos*, propõe um conjunto de quatro ações que devem ser implementadas através de um esforço de cooperação entre todas as nações para o alcance da prosperidade e desenvolvimento global. No ponto quatro, é proposto que a ajuda financeira, já concedida a países da América Latina, fosse estendida aos países mais pobres do mundo. Citanto “devemos embarcar num novo programa ousado para disponibilizar os benefícios dos nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas. (...) Este deve ser um empreendimento cooperativo em que todas as nações trabalham em conjunto (...) O que imaginamos é um programa de desenvolvimento (...) [dentro do qual] Todos os países, incluindo o nosso, irão beneficiar grandemente” (Truman, 1949).

³⁹ Rendimento Nacional Bruto (RNB) trata-se de uma terminologia que o CAD habitualmente utiliza no lugar de PIB. RNB é o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes- as

desenvolvimento dos PED (ONU, 1961, §7). Em 1961 é criado, na OCDE, o CAD, passando a possuir a função de controlar e coordenar os fluxos fornecidos pelos países doadores, procurando assim melhorar a eficácia dos montantes atribuídos. Com o surgimento do conceito de APD, a CID é reorientada e redefinida em termos dos seus critérios, regras e métodos de concessão, e adquire oficialmente o objetivo de potenciar o desenvolvimento nos PED (Lapão, 2011, p. 74).

Dentro das cerca de três décadas que se seguem à Segunda Guerra Mundial, com o surgir de um contexto de tensão Leste-Oeste e de Guerra Fria, os interesses estratégicos, de política externa e económicos são os motivos que dominam a ação de cooperação e da intensificação dos auxílios. Estes fluxos têm como objetivo principal manter e reforçar a influência, promover a estabilidade e uma orientação política de acordo com os blocos políticos dominantes (Afonso, 1995, p. 23).

Por outro lado, o paradigma de desenvolvimento dominante nesta fase inicial reflete a dicotomia Norte-Sul, a experiência ocidental e as teorias do crescimento económico dominantes baseadas em noções como a acumulação e o investimento de capital como motores da reconstrução e do progresso (Afonso e Fernandes, 2005, p. 25). É o período de teorias como a do *grande impulso* de Rosenstein-Rodan (1943)⁴⁰, da *descolagem para um crescimento autossustentado* de Rostow (1956)⁴¹, e do *modelo de dois défices* de Chenery e Strout (1966)⁴², nas quais é clara a ausência de diferenciação entre os conceitos de crescimento económico e de desenvolvimento. A assistência dos PD, neste contexto, é encarada como um elemento essencial para promover o desenvolvimento dos PED. A sua principal função é fornecer recursos adicionais transitórios aos países mais atrasados de forma a colmatar os défices de capital físico, para promover os níveis de poupança interno, o comércio e o investimento externo e consequentemente acelerar o processo de crescimento. Outros aspetos de desenvolvimento como a envolvente política, social e institucional, o papel da cooperação técnica e o desenvolvimento

remunerações de empregados, impostos sobre a produção e a importação, os rendimentos de propriedade, os excedentes de exportação e o rendimento misto. O RNB é igual ao seu PIB mais os rendimentos primários obtidos no resto do mundo por unidades institucionais residentes e diminuído dos rendimentos primários pagos pelas unidades residentes a unidades não residentes (Instituto Nacional de Estatística, 2018).

⁴⁰ Rosenstein-Rodan identifica os desafios centrais que impedem o crescimento da Europa Oriental e do Sudeste. Em sequência, o autor sugere uma estratégia de desenvolvimento de *grande impulso*, envolvendo vultosos investimentos de origem internacional e empréstimos de capital.

⁴¹ Rostow identifica cinco etapas de crescimento. A *descolagem* é a etapa crucial que abre caminho a estádios mais avançados de desenvolvimento. As três principais pré-condições para esta etapa são: o aumento da taxa de investimentos produtivos; o desenvolvimento de um ou mais sectores manufatureiros; e a existência ou emergência de um quadro político, social e institucional que promova o crescimento da economia.

⁴² Este modelo considera que o processo de crescimento económico de muitos PED é condicionado pela insuficiência de poupança interna e a escassez de divisas, impedindo a acumulação de capital físico do país. Neste sentido, os recursos vindos do exterior assumem o papel de preencher estes dois défices e permitir o desenvolvimento autossustentado dos países.

das capacidades humanas são negligenciados a favor de projetos em infraestruturas produtivas e nos sectores da indústria e agricultura (*Ibid.*, p. 26).

Nesta primeira década reina, citando Afonso (1995, p. 24), “a euforia da solidariedade internacional face aos problemas dos países em vias de desenvolvimento” e um otimismo em relação ao papel da ajuda, dominando a ideia de que o “modelo de desenvolvimento [visto como algo unilinear e em termos puramente económicos] iria resultar”. Assim sendo, este período é considerado como os ‘anos gloriosos’ para a ajuda ao desenvolvimento, no qual o apoio à ajuda é forte, cada vez mais doadores fornecem ajuda em quantidades cada vez maiores, a forma de distribuição da ajuda é consensual e a própria ajuda parece estar a funcionar (Riddell, 2007, p. 29). Testemunha-se uma multiplicação de novas organizações e instituições multilaterais de ajuda⁴³, um rápido crescimento de países industrializados que estabelecem formalmente os seus programas de ajuda bilaterais, uma diversificação do modo de concessão da ajuda, englobando vários tipos de transações, e o aumento constante do seu fluxo (Afonso, 1995, p. 24).

No entanto, o capital externo não cria os recursos e dinâmicas adicionais para acelerar o crescimento nos países mais pobres à semelhança do Plano Marshall na Europa (*Ibid.*). No final da década, as dúvidas e as primeiras desilusões sobre a relação entre a ajuda e o crescimento e desenvolvimento estabelecem-se. Os pedidos por mais ajuda não são acompanhados pela expansão da APD e alguns dos grandes doadores começam a reduzir os seus níveis de assistência.

2.3. Os anos de 1970 e a reorientação do foco da ajuda para a pobreza e ambiente

Nos anos de 1970, a ONU proclama a *segunda década do desenvolvimento* (1971-80) e, apesar do incumprimento dos objetivos da década anterior, a reiteração de metas ambiciosas para o desenvolvimento persiste (ONU, 1970, §12). O relatório *Pearson* propõe, no final dos anos 60, a meta de crescimento anual de 6% para os PED e fixa o objetivo de APD em 0,7% do PNB/RNB aos países economicamente avançados, sem incluir os fluxos privados⁴⁴, um objetivo que é oficializado pela ONU (*Ibid.*, §43) e adotado pelo CAD.

⁴³ Alguns dessas novas organizações e instituições multilaterais são as agências especializadas da ONU (e.g. o Programa Alimentar Mundial em 1963, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em 1964 ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1965) e os bancos regionais de desenvolvimento (e.g. Banco Interamericano de Desenvolvimento em 1960, o Banco Africano de Desenvolvimento em 1964 ou o Banco Asiático de Desenvolvimento em 1966).

⁴⁴ A fixação de 1% do PNB/RNB na década de 1960 abrangia os fluxos totais oficiais e privados. Em 1970, a meta estabelecida de 0.7% abrange apenas os fluxos oficiais em virtude das dificuldades de prever ou controlar o capital privado, não podendo ajustar os fluxos oficiais para compensar as flutuações dos fluxos privados.

Os primeiros sinais de fracasso já referenciados na década anterior evidenciam-se nos anos 70 e o otimismo e confiança esmorecem cada vez mais. Contudo, a ajuda mantém a sua respeitabilidade, reforçando mesmo a sua importância e ganhando uma aceitação oficial como uma forma legítima de compensação para os mais desfavorecidos (Afonso, 2005, p. 29). Os níveis de ajuda quadruplicam-se, de 6 712,88 milhões de dólares em 1970 para mais de 26 304,13 milhões de dólares em 1980, embora o índice APD/RNB seja de 0.35%, i.e. apenas metade da meta de 0,7% (OCDE, 2018b).

Este período fica marcado pelo alargamento do conceito de desenvolvimento e pela reorientação da ajuda internacional. A noção de desenvolvimento passa a incluir não só o crescimento económico, mas também outras dimensões centradas na população e ambiente (Afonso, 1995, p. 25).

Por um lado, a política oficial de ajuda passa a estar orientada para a luta contra a pobreza e para a satisfação das necessidades básicas da população, centrando-se, prioritariamente, na melhoria das condições de vida dos pobres e focando-se em indicadores humanos em oposição aos meramente económicos. O então presidente do BM, Robert McNamara (1973, p. 27), declara no seu discurso que o foco principal das políticas de desenvolvimento é eliminar a pobreza absoluta, vista como a incapacidade de aceder às necessidades e serviços básicos, até ao final do século XX. Desta forma, a ajuda é redirecionada dos grandes investimentos em infraestruturas de energia, transportes e telecomunicações para projetos de desenvolvimento agrícola, rural, de serviços sociais, incluindo habitação, educação e saúde, e de criação de empregos para o grupo dos mais carenciados e pobres (Moyo, 2009, p. 16). No final da década, a proporção de ajuda orientada para a pobreza alcança os 30% em comparação aos 5% da década anterior (Afonso e Fernandes, 2005, p. 27).

A par destas preocupações sociais subjacentes ao conceito de desenvolvimento, surgem também vários estudos, conferências e relatórios relativos à importância do ambiente no processo de desenvolvimento⁴⁵. Estas iniciativas evidenciam uma clara preocupação com os efeitos nefastos do modelo de crescimento económico e com os limites ecológicos e tornam a problemática da preservação ambiental numa questão essencial para o desenvolvimento das populações.

É neste período que o poder do Sul e a CSS parecem marcar presença na cena internacional de cooperação (Rist, 2010, p. 140), visível através de iniciativas como a realização de quatro cimeiras⁴⁶ entre os países do Movimento dos Não-Alinhados e do estabelecimento de uma Nova Ordem Económica

⁴⁵ É o caso do relatório *Limites do Crescimento* (1972), a Conferência de Estocolmo (1972) e a sua Declaração de Estocolmo do mesmo ano, e o relatório *E agora?* (1975). Para um estudo mais detalhado dos ideais de pensamento e ações levadas a cabo sobre esta temática sugere-se a consulta do livro *Green Development: Environment and Sustainability in a Developing World* de William Adams (2009).

⁴⁶ Na década de 1970 foram realizadas quatro cimeiras, mais precisamente, na Zâmbia (setembro de 1970), na Argélia (setembro de 1973), no Sri Lanka (agosto de 1976) e em Cuba (setembro de 1970).

Internacional (NOEI)⁴⁷, baseadas na ideia de um desenvolvimento autocentrado favorável aos países do Sul, de igualdade soberana, de independência e autossuficiência em relação aos países do Norte, bem como de uma maior participação dos PED nas tomadas de decisão internacionais (ONU, 1974, §10).

De modo geral, a CID ganha novos contornos e começam a surgir os primeiros indícios do aparecimento de um novo paradigma central. A conceção de desenvolvimento torna-se alargada, endógena, autocentrada e sustentável. O desenvolvimento deixa de ser reduzido a uma fórmula simplista universal de progresso económico e áreas como a pobreza, as necessidades básicas, as desigualdades, os limites ecológicos e o respeito pelos direitos do Homem moldam os principais planos da ajuda.

Porém, no final da década os desafios para o desenvolvimento são grandes. Geram-se graus de endividamento externo intoleráveis e fortes desequilíbrios nas balanças de pagamentos, os preços do petróleo sobem em virtude de dois choques petrolíferos (1973 e 1979), o dólar sofre uma grande valorização e as taxas de juro sobem. O fosso e a dependência entre os PED e os PD acentua-se e, mesmo dentro deste último conjunto de países, as desigualdades aprofundam-se. As condições de vida deterioram-se e o problema da pobreza é cada vez mais crescente. Apesar das novas preocupações de desenvolvimento, a estratégia é reorientada no final da década para o ajustamento estrutural e “as determinantes de ordem política e económica continuam a dominar a ajuda ao desenvolvimento” (Afonso, 2005, p. 25).

2.4. Anos de 1980 como a *década perdida para o desenvolvimento*

Depois de três décadas de ajuda, o balanço é negativo- este instrumento pouco ou nada tinha contribuído para o desenvolvimento da maior parte dos países mais pobres. De mais a mais, os anos 80 representam a entrada numa “*década turbulenta para a doutrina quer do desenvolvimento quer da ajuda*” (Afonso e Fernandes, 2005, p. 29). “A ajuda funciona?” torna-se uma questão central no debate sobre o desenvolvimento à qual o estudo de Cassen (1986, pp. 294-5) responde que “a maioria da ajuda é bem sucedida (...) [no entanto] isto não significa que tudo esteja bem com a ajuda. Uma proporção significativa não consegue ter sucesso”.

⁴⁷ A NOEI é um quadro de direitos e deveres, consagrado no documento intitulado *Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados* e aprovado pela Assembleia-Geral da ONU em 1974. Reflete ideias favoráveis aos interesses do PED e à redução da sua dependência face aos PD (e.g. a melhoria do seu acesso aos mercados, o perdão da sua dívida e a coresponsabilização dos países desenvolvidos no incremento da ajuda externa). No entanto, as origens das primeiras demandas pelos países do Sul e de CSS nos campos da política e desenvolvimento são situadas no período entre 1950-1960 e iniciadas com a Conferência de Bandung (1955) e o surgimento oficial do Movimento dos Países Não-Alinhados (1961),

A ONU proclama a *terceira década do desenvolvimento* (1981-90) e reitera novamente o objetivo de alcançar a atribuição de 0,7% do PNB/RNB pelos PD para os PED (ONU, 1980, §16 e 20). Todavia, face aos fracos resultados atingidos até então e aos crescentes desequilíbrios macroeconómicos e endividamento externo, esta década inaugura a instauração de uma mudança na arena CID e nas políticas de concessão da ajuda. Segundo Afonso e Fernandes (2005, p. 29) dominam duas características principais nesta fase: 1) “um liberalismo cada vez mais agressivo no seio das instituições de Bretton Woods e, por extensão, nas agências do sistema das Nações Unidas”, e 2) “simultaneamente, inicia-se a racionalização e a coordenação internacional no seio das instituições de cooperação, sob o efeito da ‘crise económica’ no Norte, e novos constrangimentos pesam nos montantes da ajuda”.

Um clima de recessão internacional e de desequilíbrios macroeconómicos atinge vários países, visível primeiramente na insolvência do México em 1982 que é seguida por crises da dívida externa em vários países da América Latina, da Ásia do Sul e de África. A solução passa pela aplicação de ortodoxias neoliberais à gestão das principais economias que vão progressivamente substituindo as políticas económica de pendor neokeynesiano e desenvolvimentista das décadas anteriores à de 1980. Estes ideais cada vez mais agressivos influenciam as agências de ajuda pública, especialmente o BM e o FMI a assumirem a liderança na adoção de uma abordagem de ajuda dada segundo estes ideais.

Estruturada nestas políticas económicas neoliberais, esta década torna-se assim na fase do *Consenso de Washington*⁴⁸, uma ideologia que destaca a necessidade de políticas de disciplina fiscal, de liberalização das taxas de juro e taxas de câmbio determinadas pelo mercado, de proteção dos direitos de propriedade, de desregulação, de privatização e de liberalização do comércio. Surgem assim os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE)⁴⁹ com o objetivo da estabilização financeira, do equilíbrio

⁴⁸ O *Consenso de Washington*, conceito introduzido por John Williamson, refere-se ao conjunto de recomendações políticas e económicas, inicialmente criadas como resposta à crise da dívida dos países da América Latina, mas que rapidamente se alastram a todos os países mais afetados pela crise económica. Estas recomendações são aceites em 1989 numa reunião no âmbito da CID, em Washington, entre os representantes de governo, o Banco Central dos EUA e, ainda, importantes organizações internacionais como o FMI, o BM e o BID, com o objetivo de analisar as reformas que até então vão sendo implementadas. Estas recomendações são definidas ao nível 1) da disciplina fiscal; 2) da despesa pública; 3) da tributação; 4) da liberalização financeira; 5) das taxas de câmbio; 6) da liberalização do comércio; 7) do Investimento Direto Estrangeiro (IDE); 8) da privatização; 9) da desregulamentação; e 10) dos direitos de propriedade. Para uma compreensão mais completa deste consenso recomenda-se a consulta de Marangos (2009).

⁴⁹ Os PAE são um conjunto de medidas que visam proceder ao reequilíbrio da balança de pagamentos e de outros desequilíbrios macroeconómicos (e.g. o défice público) com o intuito de melhorar a eficiência e competitividade das economias. Estas medidas envolvem instrumentos como os de política cambial (e.g. a desvalorização da moeda); de política fiscal (e.g. o agravamento dos impostos); de política de rendimentos (e.g. a redução de subsídios e agravamento dos cortes salariais); de reforma institucional (e.g. os cortes nos efetivos do sector publico, a privatização ou o desmantelamento das empresas do Estado); e os de política comercial (e.g. a liberalização das importações e promoção das exportações e a livre circulação de capitais).

da balança de pagamentos, da redução dos défices externos e internos, da redução das despesas do governo e a consequente reestruturação e aumento da eficácia global da economia (Lapão, 2011, p. 76).

Estes principais acontecimentos representam para a CID mudanças significativas. Deixa de ser orientada para a luta contra a pobreza para adquirir como objetivo principal a salvaguarda do sistema monetário internacional, procurando garantir a estabilidade macroeconómica dos PED através do incentivo à implementação de políticas de ajustamento estrutural e ao cumprimento dos compromissos das suas dívidas (Afonso e Fernandes, 2005, p. 30). A disciplina fiscal, desregulamentação, abertura comercial e privatização são os elementos considerados suficientes para eliminar a estagnação e iniciar o crescimento económico e desenvolvimento dos países. A ajuda passa a ser condicionada a critérios de desempenho e de reforma a nível político, institucional e económico empreendidos pelos países beneficiários no âmbito dos PAE e no contexto do *Consenso de Washington* (Lapão, 2011, p. 76). É vista como um elemento fundamental para o desenvolvimento e os níveis de ajuda começam a subir e, de 1980 a 1990, a APD duplica de 26 304,13 para 54 342.39 milhões de dólares (OCDE, 2018b).

Todavia, os resultados do final desta década acabam por ser dramáticos e, com efeito, esta é considerada como uma década perdida para o desenvolvimento (Afonso, 1995, p. 28). Acentua-se a falta de autonomia na tomada de decisões por parte dos PED que transita cada vez mais para a esfera das organizações internacionais com sua inerente perda de soberania. As disparidades entre países e no seio dos PED aprofundam-se. Os PAE, que incluem habitualmente a redução de subsídios aos preços dos bens essenciais de consumo e dos gastos governamentais orientados para as necessidades básicas na educação e saúde, atingem sobretudo as populações mais pobres (*Ibid.*). Apesar do seu incremento, a APD não chega a atingir as metas estabelecidas.

2.5. Os anos de 1990 e a questão da boa governança

A década de 1990 implica uma nova forma de encarar a problemática do desenvolvimento e uma nova fase de viragem para a CID (Afonso, 1995, p. 28). Acontecimentos como a queda do Muro de Berlim (1989), o fim do regime soviético socialista, o fim da ordem da Guerra Fria e a aceleração dos processos de globalização, geram um ambiente de esperança e otimismo no seio da comunidade e sociedade internacional (Rist, 2008, p. 197). A ideia de que os anos 90 proporcionam um mundo mais pacífico, o aprofundar da cooperação internacional, com uma maior cedência de algumas prerrogativas soberanas e uma priorização dos interesses dos PED, e o progresso social dominam a cena internacional (Boutros-Ghali, 1992, §3 e 8).

A ONU proclama a *quarta década do desenvolvimento* (1991-2000) e as recomendações já preconizadas no sentido de todos os países doadores reservarem para a APD 0,7% do seu PNB/RNB

são reforçadas (ONU, 1990, §1 e 40). É proposta também a iniciativa 20/20⁵⁰, na qual 20% da APD e 20% da despesa pública dos PED deve ser destinados aos serviços básicos de desenvolvimento humano, e.g. aos cuidados de saúde, ao acesso a água potável, e à extinção da fome (ONU, 1996, §88 e 88c).

As maiores alterações da arquitetura e do paradigma da CID nesta década prendem-se com três factos. Em primeiro lugar, o combate à pobreza passa a ser novamente a propriedade do desenvolvimento. A pobreza, ao contrário das perspetivas do passado, deixa de ser vista como uma questão meramente económica e de rendimento, para englobar outras questões mais amplas (e.g. o aspeto institucional, a saúde, a nutrição, a educação, o acesso à informação e a bens públicos) e a concessão de uma maior participação e envolvimento aos países recetores na tomada de decisão dos seus próprios programas de desenvolvimento (Thorbecke, 1999, p. 29). A atenção dos principais atores do sistema de CID desloca-se dos PAE para os Planos Estratégicos de Redução da Pobreza (PERP)⁵¹ e a ONU proclama a *primeira década para a erradicação da pobreza* de 1997 a 2006 (ONU, 1996, §16).

Outros temas globais, presentes nas várias conferências da ONU, ganham também igual importância na agenda da CID como a educação universal (Jomtien em 1990), a proteção ambiental (Rio de Janeiro em 1992), os Direitos Humanos (Viena em 1993), os direitos reprodutivos e a demográficos (Cairo em 1994), o desenvolvimento social (Copenhaga em 1995), os direitos da mulher e a problemática do género (Pequim em 1995) e a gestão urbana e a internacionalização das cidades (Istambul em 1996).

Em segundo lugar, o princípio da pessoa humana torna-se no elemento central do desenvolvimento e este, é assim, reorientado para a melhoria do bem-estar da vida humana, vista como um processo de ampliação das escolhas e capacidades dos indivíduos (PNUD, 1990, p. 10). O primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano* é lançado em 1990 e de acordo com este, “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação. O objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente propício para que as pessoas tenham uma vida longa, saudável e criativa” (*Ibid.*, p. 9). Após décadas de

⁵⁰ A iniciativa 20/20, concebida pelo PNUD e aprovada na Cimeira de Copenhaga (1995), destina-se a incentivar os doadores e recetores a alocarem mais os seus recursos em serviços sociais básicos e utilizarem-nos de forma mais eficaz e equitativa.

⁵¹ Os PERP são documentos nacionais que analisam as causas da pobreza de um país e estabelecem as estratégias para superá-las, servindo de base para os programas de empréstimos do BM, do FMI e da comunidade doadora internacional, e para a iniciativa do alívio da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). Este instrumento, criado pelo BM e FMI em 1999, têm como objetivo principal assistir o desenvolvimento dos PED, implementar estratégias mais eficazes e eficientes para combater a pobreza e, em simultâneo, assegurar que ajuda fornecida seja destinada à redução da pobreza. Para uma compreensão mais completa do funcionamento dos PERP sugere-se a consulta do seguinte site: <https://www.imf.org/external/np/prspgen/review/2001/index.htm>.

supremacia do PIB como indicador exclusivo, o PNUD cria o IDH⁵² como uma medida alternativa de avaliação do desenvolvimento dos países. A visão economicista que vigora o processo de desenvolvimento é atenuada, passando este a contemplar outras questões de desenvolvimento.

Em terceiro lugar, outra das grandes características deste período é a relevância dada à estrutura e arquitetura institucional e à boa governança⁵³. As estratégias de desenvolvimento da década anterior baseadas na condicionalidade económica mantêm-se, estes critérios restritivos e concessionais vão-se reforçando mas focam-se cada vez mais no aspeto político e institucional (Knutsson, 2009, pp. 30-31). A ajuda passa a ser subordinada e regulada pela vertente política e institucional e de desenvolvimento humano e os PED são encorajados a investir e a implementar reformas estruturantes conducentes à boa governança, à instauração de regimes democráticos, ao respeito pelos direitos humanos, à melhoria da educação e saúde, à luta contra a corrupção, contra a pobreza e às questões do ambiente (*Ibid.*). A ajuda torna-se assim mais seletiva, tendendo a centrar-se mais nos países que demonstrem a boa governança e encorajando aqueles países que apresentam um desempenho mais fraco a alterar o seu comportamento na condição de continuarem a merecer esse auxílio.

Nesta *quarta década de desenvolvimento*, a base política das ações da CID encontra-se assim claramente alargada e aperfeiçoada, envolvendo já uma multiplicidade de atores e instrumentos. No entanto, este sistema internacional continua a deter muitas das suas características que remontam ao seu início e a não dar resposta às questões mais prementes do desenvolvimento (Lapão, pp. 73 e 77). Os anos 90 trazem consigo o surgimento de novos Estados passíveis de ajuda; o alastrar de vários conflitos, obrigando a êxodos populacionais, emigrações forçadas e ao aumento das despesas de ajuda humanitária ou de emergência; o aumento da instabilidade e das catástrofes de origem humana; a crise financeira asiática (1997) e a constatação que o modelo baseado nas ortodoxias neoliberais e pelo *Washington Consensus* não se compatibilizava; as consequentes repercussões no processo de crescimento económico e a nível mundial; o alastrar do fosso entre ricos e pobres; e a noção de dependência da ajuda.

Apesar do alargamento e fortalecimento dos compromissos da comunidade internacional, assiste-se a um caso forte e persistente de *cansaço da ajuda* (*aid fatigue*), traduzida no declínio dos

⁵² O IDH combina três dimensões de desenvolvimento humano- uma vida longa e saudável, ter acesso à educação e ter um nível de vida decente. Este índice é a média aritmética simples de índices normalizados destas dimensões - a esperança de vida à nascença, a taxa de alfabetização de adultos e a média de anos de escolaridade, e o PIB per capita ajustado pela paridade de poder de compra. O IDH varia de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento total) e agrupa os países de acordo em três grupos- de alto desenvolvimento (IDH superior a 0,8), de médio desenvolvimento (IDH entre 0,5 e 0,8) e de baixo desenvolvimento (IDH inferior a 0,5).

⁵³ Um estudo de referência é o de Burnside e Dollar (1997, 2000) que concluí que a ajuda é uma ferramenta positiva na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza caso fosse concedida a países com boas políticas. Consequentemente, os resultados em termos de efetividade da ajuda também são melhores.

fluxos de APD⁵⁴ (Thorbecke, 1999, p. 33). Em cerca de quatro décadas de existência, os níveis de ajuda declinaram de um pico de 0.54% do PNB/RNB em 1961 para 0,22% em 1999 (OCDE, 2018b). Ao contrário desta tendência, Afonso e Fernandes (2005, p. 32) afirmam que “pela primeira vez na história da cooperação assiste-se não só a uma diminuição (real e em % do PNB) dos fluxos de ajuda, como esta perde importância na promoção do desenvolvimento”. O desenvolvimento passa a ser substancialmente financiado outros instrumentos de FpD fora do âmbito da CID.

O reconhecimento dos constantes fracassos e a evolução do discurso da CID desta década culminam na Cimeira do Desenvolvimento do Milénio e na moldagem dos novos compromissos para o desenvolvimento do novo século.

2.6. Os primeiros 15 anos do novo milénio

A entrada no novo milénio representa um renovar de esperanças. O considerado *cansaço da ajuda* dos anos 90 e a tomada de consciência por parte dos líderes mundiais dos fracassos das suas ações conduz à necessidade da melhor utilização dos fundos disponíveis, da promoção da eficácia e eficiência da ajuda concedida, e do estabelecimento de objetivos e medidas concretas para se ultrapassar as situações de subdesenvolvimento e de desigualdade verificadas (Lapão, 2011, p. 79).

Em Setembro de 2000, os 189 Estados-membros da ONU adotam unanimemente a *Declaração do Milénio* comprometendo as suas nações a uma parceria global para alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento internacional até 2015, que se tornam conhecidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Este conjunto de metas converge as principais preocupações da comunidade internacional e os principais objetivos de desenvolvimento, bem como as medidas a cumprir como requisito para *um melhor mundo para todo*⁵⁵. Estão configurados como um conjunto de oito propósitos mensuráveis ligados a um conjunto de dezoito metas e a sessenta indicadores concretos

⁵⁴ Raymond Hopkins no seu artigo *Political economy of foreign aid* (2000) apresenta seis razões explicativas deste declínio: 1) o fim do clima de rivalidade da Guerra Fria e a perda de importância dos interesses de segurança nacional que motivam a ajuda anteriormente; 2) o processo de globalização atenua a ajuda ligada aos interesses coloniais; 3) as pressões orçamentais crescentes sobre os recursos disponíveis dos doadores; 4) a ineficácia da ajuda enfraquece o seu apoio popular; 5) o desenvolvimento é cada vez mais visto como uma responsabilidade do setor privado; e 6) as filosofias neoliberais desafiam muitas das fundações intelectuais da ajuda.

⁵⁵ O relatório *Moldando o Século XXI: A Contribuição da Cooperação para o Desenvolvimento* pelo DAC (1996) e o relatório *Um Mundo Melhor Para Todos: Progressos Rumo Aos Objetivos Internacionais de Desenvolvimento* elaborado pelo FMI, OCDE, ONU e BM (2000) evidenciam um conjunto de oito e sete objetivos de desenvolvimento, respetivamente, que eventualmente evoluem para os OMD.

com um quadro temporal de concretização preciso⁵⁶. Sete dos oito objetivos abordam questões básicas de desenvolvimento- a pobreza, a educação primária, a desigualdade de género, a mortalidade infantil, doenças e a sustentabilidade ambiental-, enquanto o último objetivo- desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento- possui uma natureza diferente, relacionando-se com a forma e meios para alcançar os primeiros sete objetivos. É através das suas metas e indicadores, que estes oito objetivos têm sido, desde o ano de 2005, alvo de monitorizações anuais publicadas em relatórios pela ONU, permitindo a toda a comunidade internacional e opinião pública uma análise e avaliação da execução e dos progressos regionais e globais alcançados.

De acordo com Afonso e Fernandes (2005, p. 10), os ODM formam “as referências para a avaliação dos esforços internacionais de desenvolvimento, constituindo, assim, o quadro internacional de referência para a cooperação para o desenvolvimento”. Constituem o primeiro quadro comum construído para a promoção do desenvolvimento global que assume também uma posição dominante de norteamento e delimitação da abordagem CID, passando, assim, a ser visto como o seu novo paradigma. Segundo Renard (2006, p. 6), os ODM constituem um novo paradigma, que substitui o anterior paradigma do ajustamento estrutural, no qual comunidade internacional está a romper com os maus hábitos do passado e um novo consenso sobre os princípios e formas de distribuição da ajuda baseado nas ideias de harmonização, alinhamento, na apropriação pelos recipientes e em novas parcerias inclusivas forma-se neste novo século (*Ibid.*, p. 4)

O cumprimento deste plano global passa a estar em grande medida dependente dos mecanismos e práticas de financiamento (Lapão, 2011, p. 80). Da Conferência do Milénio reconhece-se que os montantes destinados à CID ainda se situam muito aquém do necessário e surge a necessidade de repensar esses fluxos e incentivar fluxos alternativos fora do âmbito da CID, de modo a não repetir os erros do passado e a alcançar as metas de desenvolvimento acordadas. Segundo o relatório Zedillo (ONU, 2001, p. 20), o cumprimento dos oito objetivos requer o aumento do volume de ajuda em 50 mil milhões de dólares anuais, um valor que só pode ser alcançado duplicando o valor atual da APD do CAD ou encontrando fontes alternativas de FpD.

É realizada a Conferência Internacional sobre o FpD em Monterrey (México, 18-22 de março de 2002), a primeira reunião de alto nível no quadro da Assembleia Geral da ONU para examinar questões financeiras e outros assuntos relacionados com o desenvolvimento mundial e com a cooperação económica internacional⁵⁷. Desta conferência sai o *Consenso de Monterrey* o qual contém os

⁵⁶ Na cimeira Mundial da ONU de 2005 Monterrey (México), às 18 metas foram acrescentadas quatro referentes a questões consideradas urgentes e que ainda não teriam sido abarcadas.

⁵⁷ Esta conferência, pela primeira vez, reúne mais de 50 chefes de Estado e de governo e mais de 200 ministros, bem como conta com a presença de altos funcionários dos principais organismos intergovernamentais, e líderes de empresas e da sociedade civil. O principal objetivo é a promoção de uma parceria global em seis áreas

compromissos de todos os países quanto a ações específicas para ultrapassar os desafios de FpD e alcançar os ODM. O consenso coloca uma forte ênfase numa nova parceria entre os PED e os PD (ONU, 2003, §4), na qual ambos reconhecem as suas responsabilidades e assumem os seus compromissos pelo progresso e sucesso do desenvolvimento. Coloca também uma forte ênfase na promoção de uma abordagem integrada, que inclui a mobilização de recursos nacionais e internacionais, o aumento das capacidades comerciais e de investimento, a APD, fontes e mecanismos de financiamento inovadores, a eficácia da ajuda e do desenvolvimento, a sustentabilidade da dívida e o financiamento de ações em matéria de clima e de biodiversidade.

Em termos de APD, é reafirmado o seu papel de destaque no quadro do FpD, especialmente naqueles países com menos capacidade de atrair investimento privado, e é reiterada a necessidade de os PD honrarem o seu compromisso de 0.7% do PNB/RNB para garantir que os PED atinjam os objetivos e metas de desenvolvimento acordadas (ONU, 2003, §39 e 42). Nesta altura, os 22 doadores oficiais da OCDE contribuem em média 0,22% do PNB/RNB (OCDE, 2018b), o que implica a necessidade de mais do que triplicar o apoio global.

Esta parceria global é aprofundada na Segunda Conferência Internacional da ONU para o FpD em Doha (Qatar, 29 novembro- 2 dezembro de 2008). Esta conferência, promovida pela ONU, possui como objetivo principal examinar os progressos realizados desde o *Consenso de Monterrey* e orientar a agenda da CID face aos novos desafios que têm vindo a adquirir grande visibilidade e influência, como a crise financeira e económica e as alterações climáticas.

Em paralelo à ênfase do FpD, a qualidade e eficácia da ajuda da CID, e a coerência das políticas para o desenvolvimento passam também a ser questões de crescente preocupação. Quatro reuniões de alto nível sobre a eficácia da ajuda e as suas posteriores declarações (a *Declaração de Roma*⁵⁸, em 2003,

consideradas fundamentais: 1) a mobilização dos recursos financeiros domésticos; 2) o aumento dos fluxos de investimento privado internacional e ampliação da sua distribuição geográfica; 3) o alargamento do acesso aos mercados e o garantir de um mercado justo e equitativo; 4) o reforço da cooperação financeira e técnica; 5) a resolução dos problemas da dívida dos PED; 6) o aumento da coerência das estruturas financeiras e promoção da justa representação dos PED no processo de tomada de decisões ao nível internacional (ONU, 2003).

⁵⁸ A *Declaração de Roma* enfatiza a questão da harmonização das políticas, do procedimento e das práticas institucionais dos doadores e dos países parceiros para tornar a ajuda mais eficaz e para o cumprimento das metas dos ODM (OCDE, 2003, §2).

*de Paris*⁵⁹, em 2005, *de Acra*⁶⁰, em 2008, e *de Busan*⁶¹, em 2011) enfatizam a necessidade de doadores e parceiros procurarem aumentar e melhorar a ajuda prestada em termos qualidade, adequação e impacto.

Em 15 anos de aplicação da agenda não vinculativa de compromissos e políticas, os ODM são considerados amplamente como um sucesso. São conquistadas algumas das metas estabelecidas e registam-se grandes avanços em tantas outras, possuindo também um verdadeiro poder transformador pelo seu papel de mensurabilidade, de simplificação, de orientação e de agregação de diferentes interesses e necessidades (ONU, 2012, p. 6). Muitos dos países mais pobres registam grandes acelerações no seu progresso, mesmo nos casos em que as metas não foram cumpridas explicitamente. No entanto, também surgem várias críticas e o reconhecimento internacional das várias deficiências e conquistas desiguais.

Uma das principais razões é a discrepância entre as metas quantitativas acordadas internacionalmente e as reais contribuições dos doadores. A qualidade da ajuda é também cada vez mais questionada, havendo dúvidas sobre o impacto que a condicionalidade e a seletividade possam ter na melhoria dessa eficiência. Simultaneamente, os ODM estabelecem uma agenda de desenvolvimento não identificado as estratégias para atingir esses objetivos, ignorando as capacidades limitadas de muitos países e não considerando as diferentes prioridades nacionais (*Ibid.*, p. 9) A nova abordagem é também considerada uma estrutura demasiado simplista que carece de ambição e ignora muitas outras questões importantes para o desenvolvimento, e.g. a desigualdade, o desemprego, a saúde reprodutiva das mulheres, a governança, o conflito, ou a volatilidade do mercado financeiro, para citar apenas algumas (Fukuda-Parr, 2016, p. 3). Por último, outra crítica evidenciada é que os ODM são apenas acordos

⁵⁹ A *Declaração de Paris* destaca as ações que a comunidade internacional deve executar com vista à reforma das modalidades de entrega e de gestão da ajuda, no sentido de melhorar os resultados obtidos da implementação dos ODM (OCDE, 2005, §1). São realçados cinco principais dimensões para uma ajuda mais eficaz- 1) a apropriação (*Ibid.*, §14-15); 2) o alinhamento (*Ibid.*, §16-31); 3) a harmonização (*Ibid.*, §32-42), 4) a gestão para os resultados (*Ibid.*, §43-46); e 5) a responsabilização mútua (*Ibid.*, §47-50).

⁶⁰ A *Agenda para a Ação de Acra*, a partir dos progressos e desafios decorrentes da implementação da *Declaração de Paris*, identifica ações prioritárias no sentido de acelerar os resultados sobre os compromissos de Paris (OCDE, 2008, §5). Estas ações baseiam-se em três aspetos: 1) fortalecer o controlo do desenvolvimento por parte dos PED (*Ibid.*, §8); 2) construir parcerias de desenvolvimento mais eficazes e inclusivas (*Ibid.*, §9); e 3) melhorar a apresentação e prestação de contas dos resultados para o desenvolvimento (*Ibid.*, §10).

⁶¹ A *Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz* reconhece que o progresso continua a ser desigual e lento (OCDE, 2011, §6). Procura reafirmar os anteriores compromissos e, pela primeira vez, estabelece um enquadramento para a CID que abrange um leque alargado de atores envolvendo os doadores tradicionais, os atores da CSS, as economias emergentes, as OSC e entidades privadas (*Ibid.*, §8). Outras ações complementares para atingir os objetivos são também destacadas como, por exemplo, 1) um apoio reforçado aos Estados em situação de fragilidade (*Ibid.*, §26); 2) um reforço da CSS e triangular (*Ibid.*, §30); 3) um reforço da parceria com o setor privado (*Ibid.*, §31); 4) o combate contra a corrupção e fluxos ilícitos (*Ibid.*, §33); e 5) a priorização do financiamento para o combate às alterações climáticas (*Ibid.*, §34).

estabelecidos e posteriormente reafirmadas em várias ocasiões, não existindo nenhuma entidade e mecanismos ou um orçamento específico que garanta o seu cumprimento (McArthur, 2013, §3).

Com o aproximar do fim de 2015 e do prazo dos ODM, surge a necessidade de dar continuidade ao que foi definido no quadro de atuação da CID no início do milénio e procurar ir mais além. Dá-se início à construção de uma nova agenda global de desenvolvimento para um cenário pós-2015 reconhecendo os fracassos do passado e os desafios emergentes que se avizinham no futuro. No entanto, esta construção não foi na ausência de dificuldades e desafios. Diferentes visões e falta de consentimentos sobre as metas e objetivos, custos potenciais e os meios de implementação conduzem a longas negociações que duram mais de três anos, entre 2012 a 2015.

Na Conferência Rio+20 em 2012, os Estados-membros da ONU concordam em iniciar um processo para elaborar uma nova agenda global para o desenvolvimento sustentável. Em 2012, o antigo Secretário-geral da ONU Ban Ki-moon estabelece a Equipa do Sistema das Nações Unidas, que reúne mais de 60 entidades da ONU e consultores dos Estados-membros, da sociedade civil, do setor privado e da comunidade académica, com o objetivo de apoiar o processo de criação da nova agenda fornecendo dados analíticos e conhecimentos especializados. Um Grupo de Trabalho Aberto (OWG, sigla em inglês), composto por trinta membros pertencentes aos cinco grupos regionais da ONU e nomeados pelos Estados-membros, é criado em 2013 com a missão de criar uma proposta sobre os ODS. O OWG reuniu-se ao longo de treze sessões, entre março de 2013 e julho de 2014, que cobriam variadas questões, e.g. a erradicação da pobreza, a segurança alimentar, o emprego, a saúde, as políticas macroeconómicas, os Direitos Humanos, o consumo e a produção sustentáveis, a igualdade de género, a prevenção de conflitos e a consolidação da paz⁶². Em setembro de 2014, o OWG apresenta na 68ª sessão da Assembleia Geral da ONU o relatório com a sua proposta que vai servir de principal base na definição da agenda de desenvolvimento pós-2015. Outras iniciativas lideradas pelo Secretário-geral da ONU, que envolvem a sociedade civil, o setor privado e a comunidade académica de todas as regiões do mundo (e.g. Grupo de Alto Nível de Pessoas Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável e o Pacto Global da ONU⁶³), também mobilizam conhecimentos científicos em prol do desenvolvimento e influenciam o resultado final da agenda pós-2015. Seguem-se oito sessões de negociações intergovernamentais realizadas pela Assembleia Geral, entre janeiro a agosto de 2015, que resultam na apresentação e acordo por consenso do esboço do documento final *Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

⁶² Para uma compreensão mais aprofundada e fundamentada sobre o OWG e o processo de construção da sua proposta sugere-se a consulta do seguinte site: <http://www.fao.org/sustainable-development-goals/overview/open-working-group-on-sustainable-development-goals/en/>.

⁶³ Para uma compreensão mais aprofundada e fundamentada sobre estas iniciativas sugere-se a consulta do site http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/process.shtml.

Capítulo 3- O papel da gestão do financiamento para o desenvolvimento na Agenda 2030

3.1. O cenário do desenvolvimento pós-2015

Três marcos principais marcam a nova era da CID pós-2015- a III Conferência Internacional do FpD, a Cimeira da ONU para um Desenvolvimento Sustentável pós-2015 e a Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas. O resultado é a criação do quadro de ação mais abrangente e ambicioso já aprovado no campo do desenvolvimento internacional que envolve uma parceria inédita à escala global.

A julho de 2015, a comunidade internacional reúne-se em Etiópia na III Conferência Internacional do FpD para antecipar os desafios sobre os objetivos globais a serem endossados brevemente e analisar os seus possíveis meios de implementação. Esta conferência culmina na ratificação da Agenda de Ação Addis Abeba (AAAA) que enfatiza a importância de “reforçar o quadro para financiar o desenvolvimento sustentável e os mecanismos de implementação da agenda de desenvolvimento universal pós-2015” (ONU, 2015, §2). A sua abordagem está enraizada no processo incorporado no Consenso de Monterrey de 2002 e na Declaração de Doha de 2008. A AAAA reafirma que os PED são os principais responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento económico e social, enquanto reitera que este ambiente nacional favorável tem de ser também apoiado pela ação e cooperação internacional (*Ibid.*, §9). Por outro lado, ao contrário das iniciativas anteriores, a AAAA incorpora um conjunto abrangente de políticas e ações concretas que todos os Estados-membros da ONU se comprometem a realizar individualmente e coletivamente para a implementação e realização da futura Agenda 2030.

Os compromissos e ações desta agenda estão organizados em sete domínios principais- os recursos públicos domésticos (*Ibid.*, §20-34), os negócios e finanças privadas nacionais e internacionais (*Ibid.*, §35-49), a cooperação internacional para o desenvolvimento (*Ibid.*, §50-78), o comércio internacional (*Ibid.*, §79-92), a sustentabilidade da dívida (*Ibid.*, §93-102), as questões sistémicas (*Ibid.*, §103-113), a ciência, tecnologia, inovação e capacitação (*Ibid.*, §114-124)- e uma secção final sobre os dados, monitorização e acompanhamento da implementação nestes domínios e no âmbito dos ODS (*Ibid.*, §125-134). Os Estados-membros comprometem-se também a uma série de áreas temáticas transversais (*Ibid.*, §12-19), como por exemplo a provisão de proteção social e serviços públicos; a erradicação da fome e da desnutrição; a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável; e do emprego decente e produtivo. A AAAA cria uma estrutura global mais holística e coerente do FpD e procura alinhar os fluxos e as políticas de financiamento com as prioridades económicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Como é posteriormente sublinhado na Agenda 2030, a plena implementação da AAAA é crítica para a realização dos ODS e as suas metas (ONUa, 2015, §40).

Em setembro de 2015, os líderes mundiais reunidos em Nova Iorque adotam a resolução 70/1 da ONU intitulada *Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Constituída por um conjunto de 17 objetivos e 169 metas a serem cumpridas até 2030, a nova e

ambiciosa agenda aborda os desafios mais urgentes de desenvolvimento económico, social e ambiental do mundo. Visa fundamentalmente estimular ações em cinco áreas prioritárias- a erradicação da pobreza e da fome (objetivos 1-5), a proteção do planeta (objetivos 6, 12, 13, 14 e 15), a garantia de uma vida próspera para todos (objetivos 7-11), a paz universal (objetivo 16) e a mobilização de uma parceria global para o alcance dos objetivos propostos (objetivo 17). Os objetivos são apresentados como “integrados e indivisíveis, de natureza global e universalmente aplicáveis, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando políticas e prioridades nacionais”. (*Ibid.*, §55).

Os ODS representam um novo avanço histórico no quadro da CID. Como afirmado na Cimeira:

“Esta agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade (...) Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e necessidade e curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a dar os passos ousados e transformadores que são urgentemente necessários para mudar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao iniciarmos esta jornada coletiva, prometemos que ninguém será deixado para trás” (ONU, 2015a, preâmbulo).

Trata-se de uma nova agenda, baseada nos progressos e lições aprendidas com os ODM, que visa dar continuidade ao trabalho feito desde o início do novo milénio. No entanto, em termos do seu âmbito, natureza e mecanismos, a Agenda 2030 segue uma abordagem mais complexa, abrangente, universal e inclusiva de desenvolvimento. É fruto do trabalho de uma parceria alargada a uma maior variedade de atores- os governos em conjunto com peritos internacionais, representantes da sociedade civil, do setor privado e da comunidade científica constroem a nova agenda de desenvolvimento ao longo de mais de dois anos (Plataforma Portuguesa ONGD, 2016, p. 5). Ao contrário dos ODM, os ODS incluem metas mais amplas, e.g. a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, o crescimento económico inclusivo, a desigualdade, o trabalho digno, a justiça e a segurança, entre outras (*Ibid.*, p. 8). Trata-se de uma agenda universal focada em “não deixar ninguém para trás”, ao invés de apenas abranger grupos específicos de países ou de cidadãos do mundo. Além disso, a sua implementação exige um quadro alargado de mecanismos, inclusivamente fora do âmbito da CID- não só meios domésticos como também internacionais, financeiros como também não-financeiros, concessionais como também não-concessionais, políticos bem como técnicos.

Durante a Conferência sobre as Mudanças Climáticas, em dezembro de 2015 na cidade de Paris, é adotado o *Acordo de Paris*, o primeiro grande compromisso de toda a comunidade internacional para combater as alterações climáticas e intensificar as ações e investimentos por um futuro sustentável. O acordo evidencia os compromissos internacionais universais e um plano de ação com várias medidas vinculativas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. O principal objetivo é fortalecer a

resposta global à ameaça das mudanças climáticas mantendo a elevação da temperatura global abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais, esforçando-se para limitar o incremento da temperatura a 1,5° C (ONU, 2015b, art. 2, alínea a). Por outro lado, procura também o fortalecimento da capacidade e resiliência dos países em lidar com os impactos das mudanças climáticas; e fortalecer e direcionar os recursos de financiamento para a diminuição da emissão de gases com efeitos de estufa (*Ibid.*, alínea b e c). Outras áreas cruciais são mencionadas- as perdas e os danos associados aos efeitos adversos das alterações climáticas (*Ibid.*, art. 8); o apoio financeiro, tecnológico e de capacitação (*Ibid.*, art. 9, 10 e 11); a educação, a consciencialização pública, a participação pública e o acesso público à informação (*Ibid.*, art. 12); e os mecanismos de transparência, implementação e cumprimento (*Ibid.*, art. 13 e 15). De cinco em cinco anos, todos os países têm de renovar e atualizar os seus planos de ação climática e de os divulgar de forma transparente, a fim de se avaliar os progressos coletivos (*Ibid.*, art. 14). Citando o antigo Secretário-Geral Ban Ki-moon: “o *Acordo de Paris* reforçará a ação climática e dará contribuições importantes para a concretização dos ODS. A mudança climática prejudica os ganhos de desenvolvimento. Modelos tradicionais de desenvolvimento exacerbaram o problema. Agora, temos uma abordagem holística” (Ki-moon, 2016).

Transformar esta visão em realidade não exige apenas compromissos políticos. Exige também níveis de recursos sem precedentes, muito além do que é atualmente disponível pela CID e em áreas variadas como a saúde e educação, a proteção ambiental, as infraestruturas e a energia sustentável, o desenvolvimento rural, a paz e a segurança, e o combate às alterações climáticas. Por outro lado, os recursos congregados devem ser alocados e utilizados de forma mais eficaz e coordenada e projetados ou responsivos às políticas de sustentabilidade para apoiar o desenvolvimento e, em particular, alcançar aquelas comunidades e povos mais distantes e excluídos.

É, neste contexto, que o novo cenário de FpD da nova agenda pós-2015, assente num espírito de uma parceria global e de solidariedade, enfatiza a importância desta lógica de mobilização de meios de financiamento e do seu uso eficaz. Além do mais, procura criar uma mudança de paradigma na forma como o desenvolvimento tem vindo a ser financiado- um cenário de desenvolvimento que procura redefinir e fortalecer a estrutura do financiamento e os seus meios de implementação, e estabelecer políticas e quadros regulatórios assentes numa lógica de financiamento *além da APD* e sustentável⁶⁴.

Vários motivos influenciam estas mudanças. Em primeiro lugar, em virtude do reconhecimento da dimensão e complexidade dos novos desafios de desenvolvimento- os desastres ambientais, a maior exposição a crises económicas e financeiras e as doenças que se propagam sem fronteiras são apenas alguns dos desafios que a comunidade internacional tem de combater. Em segundo lugar, devido ao

⁶⁴ O termo financiamento sustentável é definido por Kharas e McArthur (2016, p. 2) como os fluxos de financiamento- públicos ou privados e/ou domésticos ou internacionais- que são alocados de forma a promover o desenvolvimento sustentável e de acordo com os seus imperativos económicos, sociais e ambientais.

reconhecimento dos resultados obtidos aquém dos compromissos de desenvolvimento e da noção da necessidade do aumento dos recursos para financiar o conjunto mais amplo e ambicioso de ODS que é criado. Em terceiro lugar, surgem também maiores oportunidades para os países mobilizarem novos e complementares recursos de financiamento, bem como implementarem abordagens mais sofisticadas e criativas na forma como essa ajuda é distribuída (Glennie e Hurley, 2014, p. 5). Em terceiro lugar, muitos são os países que são agora capazes de mobilizar mais recursos internos para o seu desenvolvimento. Novos parceiros de desenvolvimento, instituições financeiras, ONG, investidores privados, organizações filantrópicas têm emergido ou expandido as suas atividades nos últimos anos no âmbito do desenvolvimento e trabalhado ativamente em conjunto com os doadores tradicionais. Adicionalmente, a capacidade de mobilização de recursos adicionais por parte dos novos instrumentos inovadores de financiamento tem vindo a ser mais notória e exaltada no seio da comunidade internacional⁶⁵.

3.1.1. A avaliação das necessidades de financiamento

A quantificação das necessidades de financiamento do novo quadro pós-2015 é complexa e imprecisa. Em primeiro lugar, as suas estimativas dependem sempre de uma grande diversidade de fatores e hipóteses. As políticas macroeconómicas e ambientais, as políticas de comércio nacional e internacional, os avanços tecnológicos, conflitos e mudanças climáticas são apenas alguns dos aspetos que podem alterar as previsões estabelecidas dos recursos necessários para a concretização dos ODS. Em segundo lugar, os custos para a sua concretização dependem também do uso e da alocação efetiva dos recursos. Em terceiro lugar, é difícil estabelecer com precisão até que ponto todos os fluxos de financiamento podem contribuir para o desenvolvimento de facto. Enquanto a APD possui explicitamente a promoção do desenvolvimento e bem-estar como o seu objetivo, este não é o caso de outros fluxos (e.g. o IDE) que são impulsionados prioritariamente por motivos como os retornos financeiros (ONU, 2016, §6). É também necessário considerar possíveis custos adicionais resultantes, por exemplo, da inação ou da ação retardada da comunidade internacional (PNUD, 2018, p. 12).

Além disso, as necessidades de financiamento diferem substancialmente entre países e regiões. Embora um maior número de países possuam a capacidade de mobilizar maiores quantidades de recursos domésticos e privados para o seu desenvolvimento, há desafios que permanecem e/ou se acentuam. Os países de baixo rendimento, alguns pequenos estados insulares e aqueles emergindo de conflitos, que necessitam de fluxos de recursos superiores para cumprir os ODS, possuem geralmente capacidades

⁶⁵ Basta verificar a existência de vários estudos elaborados na última década sobre os novos mecanismos de financiamento inovador e as suas vantagens especialmente por diversas instituições internacionais, c.f. BM (2009), *Innovative Financing for Development*; ONU (2012), *In Search of New Development Finance*; OCDE (2014), entre outros.

mais limitadas para incrementar as suas receitas domésticas (e.g. infraestruturas locais deficientes ou grandes setores informais) e/ou são considerados menos atraentes para o investimento privado (e.g. risco elevado do não cumprimento dos projetos ou falta de recursos humanos e infraestruturas), dificultando o cumprimento da nova agenda (*Ibid.*). Mesmo nos países de médio rendimento, nos quais os recursos disponíveis são relativamente mais abundantes, podem existir desafios. A crise económico-financeira de 2008 demonstrou a fragilidades das economias mais avançadas e o consequente decrescimento da mobilização de fluxos para o desenvolvimento. O relatório do Secretário-Geral da ONU António Guterres (ONU, 2018, §6) evidencia alguns riscos que se têm vindo a intensificar e que podem influenciar negativamente os níveis futuros de FpD e constituir desincentivos ao seu alinhamento com os ODS - as tensões entre as principais economias e as repercussões associadas, os ajustamentos da política monetária nos países desenvolvidos, os níveis elevados de endividamento e um aumento das tensões geopolíticas são alguns desses riscos apresentados.

As estimativas dos custos das necessidades de FpD são elevadas. O BM e o FMI (2015, p. 1) afirmam: “para alcançar os investimentos necessários para alcançar os ODS, a comunidade global precisa levar a discussão de bilhões (milhares de milhões, nota da autora) em assistência externa ao desenvolvimento a trilhões (bilhões, nota da autora) de investimentos em setores públicos e privados, nacionais e globais, e em ambos capital e capacidade”.

No que diz respeito às necessidades sociais, estima-se que o custo anual para erradicar a pobreza em todos os países, medida como o aumento do rendimento de todas as pessoas até pelo menos 1.25 dólares por dia, seja de 66 mil milhões de dólares (ICESDF, 2014, p. 5). As estimativas dos investimentos anuais necessários globalmente (e.g. infraestruturas básicas, educação, saúde, agricultura, telecomunicações e indústria) situam-se entre os 5 a 7 bilhões de dólares (UNCTAD, 2014, p. 140). Deste valor, cerca de 3.3 a 4.5 bilhões de dólares por ano correspondem às necessidades de FpD nos PED (*Ibid.*). Sendo que, no ano de 2014, os níveis de investimento são de cerca de 1.4 bilhões de dólares anuais, a lacuna de financiamento situa-se por volta dos 1.9 e os 3.1 bilhões (*Ibid.*). A mitigação e adaptação às mudanças climáticas exige também um incremento do financiamento para apoiar os esforços. Neste sentido a comunidade internacional considera necessário a mobilização de 100 mil milhões por ano até 2020 no âmbito do Fundo Verde do Clima (ONU, 2015b, §53).

Apesar da concretização dos ODS requerer investimentos elevados, é defendido que a comunidade global possui já os recursos financeiros para atender às necessidades elevadas da Agenda 2030. Kharas e McArthur (2016, p. 5) evidenciam que mesmo embora possam parecer quantias improváveis de ser mobilizadas, os valores calculados já existem uma vez que correspondem a apenas cerca de 7 a 10% do PIB global, e a 25 a 40% do investimento anual global. O desafio é que nem todos os investimentos disponíveis possuem a intenção de promover os ODS e, em alguns casos, têm sido mesmo prejudiciais nesse sentido (*Ibid.*).

3.2. O novo quadro do Financiamento para o Desenvolvimento

O FpD integra uma grande diversidade de fluxos com diferentes estruturas de gestão, modalidades e mecanismos. O cenário do FpD tem ao longo dos anos sofrido grandes alterações. Não só os fluxos de financiamento têm vindo a alterar-se, como os seus objetivos, o modo do seu fornecimento e os tipos de projetos e países que são financiados têm também experienciado mudanças. A sua estrutura e importância tem variado ao longo da história fruto da evolução das teorias e modelos de desenvolvimento e também da própria conjuntura económica e geopolítica internacional (Afonso e Fernandes, 2005, p. 12), como mencionado no capítulo anterior.

É especialmente com o novo milénio que o quadro do FpD muda de forma mais proeminente, bem como a forma de mobilização e disponibilização de recursos. No mais recente contexto das novas necessidades de desenvolvimento, este cenário de mudança fortalece-se e o FpD pós-2015 tem assentado cada vez mais numa lógica *além da APD* e subordinada a princípios de sustentabilidade. Os recursos tradicionais, com destaque para a APD, têm sido durante décadas vistos como as principais fontes de FpD dos países, especialmente os mais pobres. No entanto, nenhuma fonte de financiamento de forma independente é suficiente para combater os problemas da humanidade e os seus mais recentes desafios. Os recursos não-tradicionais e os novos recursos inovadores de financiamento orientados por imperativos sustentáveis são cada vez mais vistos como uma resposta complementar ao desempenho insuficiente e instável dos recursos mais tradicionais.

Uma ampla gama de recursos públicos e privados de origem doméstica e internacional integram o cenário do FpD (ICESDF, 2014, p. 6). Esta secção identifica os instrumentos chave disponíveis para o financiamento do novo quadro de desenvolvimento pós-2015. Entre as maiores fontes de financiamento disponíveis para o desenvolvimento, a mobilização de recursos domésticos públicos e a APD possuem um papel importante há vários anos. Outras fontes mais recentes estão a fornecer um apoio complementar para o desenvolvimento. Estas incluem a CSS, o IDE, as remessas de emigrantes e os recursos filantrópicos. Para além disso, principalmente ao longo da última década, tem havido uma proliferação de iniciativas rotuladas como Financiamento Inovador para o Desenvolvimento (FID), muitas vezes assumindo a forma de parcerias público-privadas que combinam capital público e privado. Entre as principais e/ou mais recentes, destacam-se as *extractive industries micro-levy*, os *green bonds*, e o *crowdfunding*.

3.2.1. O financiamento doméstico para o desenvolvimento

A mobilização de recursos domésticos pode ser feita através da geração de receitas provenientes de fontes internas, sejam estas tributárias ou não tributárias (Schmidt-Traub e Sachs, 2015, p. 24). Por outro lado, os países possuem também a opção de recorrer à mobilização de financiamento privado para

financiar as suas intervenções de desenvolvimento nacional (*Ibid.*). Quando se analisa a mobilização de recursos domésticos no contexto do FpD, a forma como esses recursos são alocados também é importante uma vez que o desenvolvimento depende de investimentos económica e socialmente produtivos no país (*Ibid.*). Igualmente questões como a qualidade, eficácia, justiça e equidade das políticas de mobilização e alocação desses recursos domésticos são importantes para evitar distorções e desigualdades⁶⁶.

Os principais recursos públicos são as poupanças internas e as receitas dos governos (e.g. os direitos autorais, as taxas sobre a extração de recursos naturais, as tarifas e outras taxas sobre o comércio de bens). Os recursos domésticos públicos tendem a ser associados a gastos sociais em áreas como a saúde, educação, proteção social, e ao cumprimento dos ODS (Long e Miller, 2017, p. 2); ao aumento da equidade, inclusive através da redução da pobreza (ICESDF, 2014, p. 17); e a uma melhor governança porque criam incentivos para que os governos sejam responsivos e responsáveis perante os cidadãos⁶⁷ (OCDE, 2014, p. 92). Além disso representam uma fonte de financiamento mais estável e de longo prazo. Consequentemente, é mais suscetível de haver uma maior apropriação por parte dos governos do seu processo de desenvolvimento, uma redução da sua dependência face à ajuda externa e a criação de um ambiente de confiança internacional e mais propício para os investimentos privados.

O setor privado doméstico, tal como o sector privado internacional, consiste numa rede complexa de diversos provedores (e.g. pensionistas, famílias ou corporações multinacionais), intermediários institucionais (e.g. bancos, fundos de pensão e fundos de cobertura), de instrumentos de capital (obrigações e ações) e investimentos finais (e.g. imóveis e infraestruturas). O financiamento privado é orientado para o lucro, tornando-o particularmente adequado para investimentos produtivos (e.g. sectores das infraestruturas, educação e saúde) e podendo contribuir assim, seja direta ou indiretamente, na criação de emprego e na provisão e melhoria de serviços e bens, e consequentemente para o desenvolvimento (ICESDF, 2014, p. 23). No entanto, a sua qualidade é também importante e existe uma escassez de investimentos internos a longo prazo e orientados para o desenvolvimento sustentável (*Ibid.*).

A mobilização de recursos domésticos, seja pública ou privada, é uma prioridade no cenário de desenvolvimento pós-2015. A Agenda 2030 enfatiza a sua importância como um dos motores para o desenvolvimento (ONU, 2015a, §62). A AAAA enfatiza que a “a mobilização e o uso eficaz dos

⁶⁶ O estudo de Lustig (2017) a 23 países de rendimento baixo e médio demonstra que a mobilização de receitas domésticas adicionais pode “deixar os pobres numa situação pior”. Em países como a Etiópia, Gana, Guatemala e Tanzânia, o número de pessoas que se torna mais pobre em virtude das políticas tributárias e dos gastos do governo excede o número de pessoas que beneficiam destas atividades (p. 5).

⁶⁷ Para um entendimento mais alargado da relação entre recursos domésticos e a qualidade da governação sugere-se a consulta de Moore (2007), *How Does Taxation Affect the Quality of Governance?*

recursos internos (...) são centrais para a nossa busca comum pelo desenvolvimento sustentável ” (ONU, 2015, §20). Neste sentido, a AAAAA apresenta compromissos e estratégias nacionais concretas com o apoio da cooperação internacional para o incremento e eficácia os recursos domésticos.

As receitas fiscais

As receitas fiscais são uma das principais fontes internas de financiamento na maioria dos países, em virtude da sua estabilidade e previsibilidade em comparação com outras fontes. Uma tendência de crescimento consistente deste recurso tem vindo a ser observada nas últimas décadas. O anexo G exhibe a evolução positiva das receitas fiscais por grupo de países. Apesar do declínio após a crise económico-financeira mundial, é possível verificar que todos os grupos de países desde o ano de 2000 tem vindo a experienciar um crescimento da sua receita fiscal. Contudo, grandes diferenças entre os países permanecem. As receitas fiscais representam apenas cerca de 10-14% do PIB nos países de rendimento baixo em comparação à percentagem de cerca 20-25% do PIB nos países de rendimento alto (anexo G). Razões como a cultura, a estrutura económica baseada em setores informais difíceis de serem tributados, a ausência de ação governamental, a dependência face à ajuda externa, a falta de recursos humanos, a evasão fiscal ou a sonegação de impostos desincentivam reformas e perpetuam a ineficiência dos sistemas tributários de muitos países. Para além de desiguais, as quantidades de recursos internos permanecem insuficientes globalmente no âmbito das necessidades de milhares de milhões para biliões para o financiamento dos ODS, principalmente nos países de rendimento baixo.

Os recursos domésticos internos possuem um papel importante para a concretização dos ODS. A AAAAA considera que os recursos domésticos são primeiramente mobilizados pelo crescimento económico, enfatizando também a necessidade da existência de estruturas políticas e institucionais para o fortalecimento dessa mobilização e uso efetivo. As principais estratégias incluídas na AAAAA são: aprimorar a administração de receitas através de sistemas fiscais progressivos e modernizados, da melhoria da política fiscal e da eficiência da cobrança de impostos (ONU, 2015, §22); atuar para a equidade, transparência, eficiência e eficácia do sistema fiscal, ampliando a base tributária e integrando o setor informal na economia formal (*Ibid.*, §22); implementar políticas para reduzir os fluxos financeiros ilícitos, incluindo o combate à evasão fiscal e à corrupção e o apoio a iniciativas como a Iniciativa para a Recuperação de Ativos Roubados ⁶⁸ (*Ibid.*, §23-25); encorajar o investimento no acréscimo e processamento do valor dos recursos naturais e na diversificação produtiva, incluindo incentivos fiscais relacionados com esses investimentos (*Ibid.*, §26); intensificar a cooperação fiscal internacional, incluindo a transparência e troca de informações fiscais entre autoridades tributárias e

⁶⁸ Para uma descrição e explicação mais detalhada sobre esta iniciativa sugere-se a consulta do seguinte site <https://star.worldbank.org/>

iniciativas como o Fórum Global sobre a Transparência e o Intercâmbio de Informações para Fins Fiscais⁶⁹ (*Ibid.*, §27-30); intensificar a cooperação técnica e financeira para fortalecer as capacidades dos municípios e outras autoridades locais (*Ibid.*, §34). A Iniciativa Fiscal de Adis, uma parceria entre mais de 55 países e organizações regionais e internacionais, lançada na mesma conferência que a AAAA, promete duplicar o apoio da cooperação técnica para melhorar a equidade, a transparência e a eficiência dos sistemas fiscais dos PED⁷⁰. No âmbito da Agenda 2030, a comunidade internacional compromete-se a “fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional a países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade interna de arrecadação de impostos e outras receitas” (ONU, 2015a, objetivo 17.1).

Mercados de capitais domésticos

Os mercados de capitais domésticos (e.g. mercados de ações, títulos e seguros) podem possuir um papel adicional na mobilização de capital privado estável e sustentável para o desenvolvimento nacional. Tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento tem recorrido aos mercados de capital para encontrar novas fontes de financiamento e atrair financiamentos, investimentos e conhecimentos (*know-how*) do setor privado. Permitem reduzir os desfasamentos de moeda para os credores, criar instrumentos de gestão de riscos macroeconómicos e fiscais, inerentes ao capital privado, e fornecer importantes referências de preços (IATF, 2016, p. 59). Desta forma contribuem para o crescimento económico e, consequentemente, podem ter impacto na redução da pobreza e no desenvolvimento. Além disso, podem ajudar a mitigar o efeito da volatilidade dos fluxos de capital, reduzir a dependência do país em relação à dívida externa e aumentar a sua resiliência a crises económicas e do sistema bancário (*Ibid.*, p. 60). Os mercados de títulos têm vindo a crescer significativamente nos PED desde 1990, alcançando o valor de 15 biliões no ano de 2015 (IATF, 2017, p. 52). A maior parte deste crescimento tem, no entanto, sido em países de rendimento médio na Ásia, América Latina e Europa, com uma presença mínima em África e nos PMD (*Ibid.*).

A Agenda AAAA enfatiza a importância dos mercados de capitais domésticos no FpD e da necessidade de regulamentação neste âmbito, visando a redução da volatilidade e incentivo a investimentos a longo prazo no domínio do desenvolvimento. Neste sentido os governos comprometem-se a: esforçar-se para elaborar regulamentações dos mercados de capitais domésticos que possam promover incentivos alinhados com um desempenho a longo prazo e com critérios de sustentabilidade que reduzam o excesso de volatilidade (ONU, 2015, §44); fortalecer a supervisão, compensação,

⁶⁹ Para uma descrição e explicação mais detalhada sobre esta iniciativa consultar o seguinte site <http://www.oecd.org/tax/transparency/>

⁷⁰ Para uma descrição e explicação mais detalhada sobre esta iniciativa consultar o seguinte site <https://www.addistaxinitiative.net/index.htm>

liquidação e gestão de riscos (*Ibid.*, §44); incrementar os empréstimos em moeda local pelos bancos multilaterais de desenvolvimento (§44); melhorar o apoio internacional nos mercados domésticos de capital através por exemplo do fortalecimento da capacitação, incluindo fóruns regionais e internacionais de partilha de conhecimento (*Ibid.*, §44).

3.2.2. O financiamento internacional para o desenvolvimento

O total dos fluxos financeiros internacionais para os PED tem vindo a incrementar rapidamente nos últimos anos, um crescimento impulsionado em grande parte pela expansão dos recursos de capitais privados e das remessas de emigrantes (anexo H).

O financiamento público internacional inclui diversos mecanismos (e.g. subvenções, empréstimos concessionais e não-concessionais, investimentos de capital e garantias) e formas (*Ibid.*). São fontes de financiamento com um papel importante no desenvolvimento e o quadro pós-2015 contém uma variedade de compromissos e iniciativas com o intuito de incrementar os seus montantes e melhorar a sua qualidade, impacto e eficiência. A APD corresponde apenas a uma forma deste financiamento. Embora continue a ser uma das mais importantes para o desenvolvimento, tem vindo a perder a sua importância e os seus fluxos continuam muito aquém dos compromissos internacionais. A CSS é uma mistura heterogénea de intervenções tipo financiamento público internacional que agrupam investimentos, financiamento concessional e não-concessional, comércio e assistência técnica (*Ibid.*).

O financiamento privado internacional, à semelhança do financiamento privado doméstico, é um dos principais impulsionadores do crescimento e tem tido uma crescente importância no cenário do FpD desde o novo milénio. Contudo, a maior parte do capital privado tende a ser motivado pelo lucro e não por preocupações de erradicação da pobreza e sustentabilidade ambiental e permanece concentrada em setores específicos (e.g. exploração de recursos naturais e infraestruturas) e em países específicos (e.g. os países mais ricos em rendimento e recursos), onde as expectativas de retorno são maiores (Glennie e Hurley, 2014, p. 6). A entrada dos fluxos de capital privado representa cerca de 50% dos fluxos de capital para os países de rendimento médio-alto, enquanto apenas 5% a 10% para os países menos desenvolvidos e outros com menor rendimento per capita (IATF, 2018. p. 63). O quadro de desenvolvimento pós-2015 enfatiza compromissos e iniciativas para: promover a criação de um ambiente de investimentos transparente, estável e previsível (ONU, 2015, §36); instituir quadros regulatórios baseados no respeito pelos direitos de propriedade e na coerência livre e justa, e de inclusão financeira (*Ibid.*, §36, 39); e, incentivar o aumento dos investimentos a longo prazo alinhados com os ODS que também alcance os países com maiores necessidades (*Ibid.*, §37 e 47; ONU, 2015a, objetivo 12.6).

A Assistência Pública ao Desenvolvimento

A APD abrange os fluxos internacionais públicos bilaterais e multilaterais com características já definidas no capítulo 1. A provisão deste recurso tem tido uma tendência de crescimento desde a entrada no novo milénio. De acordo com as estatísticas da OCDE, os desembolsos totais da APD de todos os doadores da OCDE aumentaram de 54 021,00 milhões de dólares em 2000 para 131 563,12 milhões de dólares em 2015 (2018b). Tem sido durante décadas a principal fonte de financiamento disponível para muitos países, especialmente os PED, nos quais a mobilização de recursos domésticos e de capital privado tendem a ser menores.

Apesar da APD representar a mais importante fonte de financiamento externa para o desenvolvimento, os 0.3% do RNB/PNB permanecem aquém dos compromissos assumidos de 0.7% do PNB/RNB e insuficientes para colmatar as lacunas de FpD sustentável. Em 2015 apenas seis países- a Dinamarca, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Noruega, a Suécia e o Reino Unido- atingiram ou ultrapassaram a meta de 0,7% (*Ibid.*). Por outro lado, os recursos não são bem distribuídos. Segundo o relatório da OCDE (2018a, p. 29), nos anos 2015-2016, metade da APD bilateral concentrou-se em oito países do grupo dos PMD, nomeadamente o Afeganistão, a Etiópia, a Tanzânia, o Bangladesh, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo, Moçambique e o Uganda. Além disso, desde 2010, o crescimento dos fluxos de APD tem sido em grande parte consequência do aumento da ajuda humanitária e dos custos de acolhimento de refugiados (*Ibid.* p. 19), estes últimos a incrementar uma média de 16% da APD bilateral entre os anos 2010-2014 para 28% entre os anos 2015-2017 (*Ibid.*, p. 24).

Apesar da diminuição da sua importância relativa face a outras formas de financiamento externo, a APD permanece vital para o desenvolvimento sustentável, especialmente se for alocada de forma estratégica e eficaz. Entre outras vantagens, a APD pode: fornecer fundos e apoios cruciais para os países, principalmente os menos desenvolvidos; ser utilizada para tornar o investimento atraente em situações de maior risco, disseminando e compartilhando esses riscos e criando incentivos; auxiliar os países a incrementarem e administrarem os seus próprios recursos internos por meio de capacitações e de boas práticas; apoiar a criação de um ambiente positivo de desenvolvimento e investimento através de reformas políticas nas áreas, e.g. de investimento e de comércio (OCDE, 2014, p. 24).

Neste sentido, o quadro de desenvolvimento pós-2015 procura intensificar a APD e priorizar o aumento da sua qualidade, transparência e eficácia, bem como a melhoria dos seus resultados e impacto. A Agenda 2030 e a AAAA reconhecem novamente o papel proeminente da APD na redução das desigualdades e reafirmam a importância do compromisso de atingir a meta de 0.7% do PNB/RNB para os PED. A AAAA também inclui os novos compromissos de reverter o recente declínio da APD, priorizando a sua alocação para aqueles países com maiores necessidades e com menor capacidade de mobilizar outros recursos, e encoraja os doadores a considerarem também fixar como meta 0.2% do

PNB/RNB para financiamento para o grupo de PMD (ONU, 2015, §51-52). Por outro lado, é prometido proceder-se à modernização das regras de contabilização da APD e a concretizar-se a proposta de uma medida complementar, considerando a totalidade dos fluxos canalizados em apoio ao desenvolvimento sustentável (TOSSD, sigla em inglês) (*Ibid.*, §55)⁷¹ para melhor refletir o novo cenário global do FpD.

Face a este contexto geral, a APD deve continuar a desempenhar um importante e insubstituível papel no FpD. Ainda assim, apesar dos mais recentes compromissos reafirmados na Reunião de Alto Nível do DAC em 2014, na AAAA e na Agenda de 2030, os níveis de APD permanecem baixos. De acordo com o relatório da OCDE (2018a, p. 19), no ano de 2017, a APD totalizou 146.6 mil milhões de dólares, representando uma redução de 0.6% em termos reais em relação ao ano de 2016. Em termos de percentagens, o valor também diminuiu de 0.32% para uma média de 0.31% (*Ibid.*). Esta diminuição reflete o declínio dos custos de acolhimento dos refugiados reportados por parte dos doadores para 9.7% do total da APD. Excluindo estes custos com os refugiados, a APD incrementou apenas 1.1% em relação ao ano de 2016 (*Ibid.*). Segundo o mesmo relatório mencionado, este crescimento é consequência do aumento das doações por parte de outros doadores fora dos membros do CAD. Tome-se como exemplo países como a Turquia, cujo volume total de APD incrementou 40.4% em relação ao ano de 2016, ou os Emirados Árabes Unidos que incrementou a sua assistência 6.5% em relação a 2016 (*Ibid.*).

O financiamento do Investimento Direto Estrangeiro

O IDE é uma das principais fontes de financiamento privado internacional. É considerado como a mais estável e de longo prazo, podendo constituir um elemento central para o desenvolvimento sustentável principalmente se alinhado com os princípios do novo quadro pós-2015 (ONU, 2018, §8). O IDE global incrementou 38% alcançando o valor de 1.76 biliões de dólares em 2015, o valor mais alto desde a crise económica de 2008 (UNCTAD, 2016, p. 3). Nos PED, representa o maior fluxo de recursos internacionais e tem apresentado ciclos mais estáveis do que nos PD (anexo I). Os fluxos de IDE para os PED incrementaram de 402.83 para 431.25 mil milhões de dólares entre 2014-2015 (ONU, 2017, p. 77). A maior parte deste valor é canalizada para a Ásia e a América Latina.

A sua natureza relativamente estável é uma das razões pelas quais o IDE é visto como uma das fontes de financiamento privado mais favoráveis ao desenvolvimento. Além disso, é geralmente associado à criação de emprego, à transferência de tecnologia e de novas capacidades produtivas e ao

⁷¹ Na Reunião de Alto Nível do CAD (2014), os seus membros concordam em desenvolver um novo quadro de medição da assistência direcionada para o desenvolvimento. Esta nova medida tem como objetivo capturar a assistência oficial e não oficial ao desenvolvimento sustentável além da APD e do financiamento concessional, inclusive de origens para além dos doadores do CAD. Isto inclui todos os instrumentos financeiros e não financeiros, modalidades de cooperação e acordo multilaterais para o desenvolvimento.

acesso a novos mercados internacionais nos países recetores (OCDE, 2014, p. 72). Contudo, o IDE tem sido limitado a um número reduzido de setores e de países menos desenvolvidos.. Os PED do continente asiático permanecem como os maiores recetores de IDE e os do continente africano como os menores recetores (UNCTAD, 2016, p. 4). Nos países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares, o IDE corresponde maioritariamente a investimentos nas indústrias extrativas, o que possui um menor impacto no desenvolvimento em relação ao investimento noutros setores (IATF, 2014, p. 14). Além disso, os fluxos nem sempre são alocados de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável.

A AAAA e a Agenda 2030 enfatizam não só a importância dos montantes de IDE, como também a sua qualidade para o desenvolvimento sustentável. Para tal, compromete-se a: incentivar a expansão do IDE, principalmente para os PED, países sem litoral, pequenos estados insulares e países em situação de conflito ou pós-conflito (ONU, 2015, §45,46; ONU, 2015a, objetivo 10.b); encorajar a priorização de setores essenciais como o emprego digno, a sustentabilidade, a industrialização, a diversificação produtiva, a agricultura e o apoio financeiro e técnico (ONU, 2015, §45); implementar um regime de promoção de investimentos para os PMD (*Ibid.*, §46, ONU, 2015a, objetivo 17.5); encorajar o alinhamento do IDE com as estratégias de desenvolvimento sustentável regional e nacional (ONU, 2015, §45); realçar a importância de seguros e garantias de investimento, inclusive através da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos e de novos instrumentos financeiros (*Ibid.*, §45); encorajar novos mecanismos inovadores e parcerias de cooperação (*Ibid.*, §45); garantir o apoio financeiro e técnico para a preparação de projetos e negociações de contratos, resolução de litígios relacionados com investimentos, acesso a informação sobre investimentos e riscos de seguros e garantias (*Ibid.*, §46).

Contudo, grandes diferenças na qualidade e quantidade dos fluxos de IDE, da sua concentração e impacto no desenvolvimento persistem. O relatório da UNCTAD (2016, p. 2) prevê a desaceleração dos fluxos de IDE, tanto nos PD como nos PED, como resultado da fragilidade da economia global, da queda persistente da procura agregada, das políticas de redução das políticas de redução dos benefícios fiscais, da queda nos lucros das empresas multinacionais e dos elevados riscos e tensões geopolíticas.

O financiamento da Cooperação Sul-Sul

A CSS é definida pela ONU (UNDP, 2016, p. 9) como um “processo no qual dois ou mais países em desenvolvimento prosseguem os seus objetivos de desenvolvimento nacionais e/ou objetivos partilhados através do intercâmbio de conhecimentos, competências, recursos e conhecimentos técnicos, bem como de ações coletivas regionais e inter-regionais, incluindo parcerias que envolvam os governos, organizações regionais, a sociedade civil, a comunidade académica e o setor privado, para o seu benefício individual e/ou benefício mútuo dentro e entre regiões”. Tem-se tornado num complemento de destaque no âmbito da CID, às vezes considerada mesmo uma alternativa às relações tradicionais Norte-Sul, e tem vindo a desempenhar um papel crescente no cenário internacional do FpD.

Ainda que as estatísticas sejam incompletas, os dados existentes revelam que os fluxos de CSS têm vindo a incrementar apesar do abrandamento do crescimento das economias emergentes. Estima-se que os fluxos concessionais para o desenvolvimento tenham incrementado de 7.9 mil milhões em 2006 para um valor entre os 18 e os 20 mil milhões de dólares em 2013 (IATF, 2017, p. 66). Os fluxos não-concessionais, como a IDE, têm também incrementado. O volume de IDE de economias em desenvolvimento para outras economias em desenvolvimento aumentou de 1.7 em 2008 para 2.9 biliões de dólares em 2013, sendo que a região da Ásia Oriental e o Sudeste asiático são as maiores recetoras desses recursos (PNUD, 2016, p. 12). Apesar de este número ser ainda relativamente pequeno em comparação aos fluxos tradicionais, possui cada vez mais um papel de maior relevância na promoção do crescimento dos PED. Em primeiro lugar, é destinado maioritariamente a outros PED. 58% do valor de 126 mil milhões das saídas de IDE dos BRIC em 2012 é alocado nos PED (OCDE, 2014, p. 54). Em segundo lugar, as modalidades de prestação de ajuda e a relação dos países doadores emergentes com os países recetores é diferente em relação ao cenário do financiamento oficial tradicional. Por outro lado, a CSS é baseada numa parceria horizontal, na solidariedade e no princípio da não-ingerência nas políticas nacionais para o benefício mútuo entre os parceiros e livre dos princípios de condicionalidade da cooperação tradicional Norte-Sul (UNDP, 2016, p. 11).

A AAAA reconhece a CSS como um elemento importante para o desenvolvimento sustentável. Congratula os recentes incrementos das contribuições por estes países e, mais especificamente, encoraja os PED a intensificarem os seus esforços para fortalecer a CSS e compromete-se a reforçar a cooperação triangular (ONU, 2015, §56 e 57). É também, juntamente com a cooperação triangular, considerada um elemento importante na parceria global e nos meios de implementação dos ODS na Agenda 2030, mas o seu papel é mencionado mais especificamente no âmbito da ciência, tecnologia e inovação (ONU, 2015a, objetivo 17.6) e capacitação (*Ibid.*, objetivo 17.9). Desde então, várias iniciativas têm sido lançadas. A China estabelece dois fundos no total de 5.1 mil milhões de dólares para apoiar os PED a lidar com as mudanças climáticas e a implementar a Agenda 2030 (IATF, 2017, p. 66). A iniciativa *Belt and Road* da China, que envolve milhares de milhões de dólares de investimentos em infraestruturas em mais de 69 países, com maior preponderância aos países da Ásia Central é, sem dúvida, um dos empreendimentos de desenvolvimento económico mais ambicioso no momento atual. Vários doadores de CSS têm também aumentado significativamente as suas contribuições para o sistema de desenvolvimento da ONU e outras organizações multilaterais de desenvolvimento (OCDE, 2015, p. 35).

O financiamento através das remessas de emigrantes

As remessas de emigrantes são os fundos enviados pelos que vivem e trabalham no exterior para os seus países de origem. Nos últimos anos, os fluxos de remessas têm vindo a incrementar rapidamente. As remessas para os países de rendimento médio e baixo crescem de 341 mil milhões de dólares para

466 mil milhões de dólares entre 2010 e 2017 (Grupo BM, 2017, p. 4). A Índia, a China, as Filipinas, o México, a Nigéria e o Egipto são os principais recetores dessas remessas no ano de 2017 (*Ibid.*). Desde há alguns anos, tem vindo a representar a maior fonte de financiamento privado externo para muitos países, ultrapassando largamente os fluxos de APD e de IDE (anexo I).

As remessas são um instrumento importante no crescimento das economias recetoras e no financiamento do desenvolvimento. Permitem o incremento dos rendimentos e investimentos das famílias e comunidades, respondendo às suas necessidades básicas e podendo ter assim um impacto positivo na redução da pobreza e das desigualdades (OCDE, 2014, p. 125). São fontes de financiamento que tendem a ser mais estáveis e, mesmo em períodos de recessão na economia recetora, o seu valor tem crescido significativamente (*Ibid.*). Por outro lado, são particularmente importantes nos países mais pobres, nos quais podem representar uma parte significativa do total do seu PIB. Entre os anos 2005-12, as remessas representam cerca de 41% do PIB nacional para o Tajiquistão, 34% para o Lesoto e 28% para a Moldávia (*Ibid.*, p. 123)

Tem havido um crescente reconhecimento entre a comunidade internacional sobre o papel importante que esta fonte de financiamento privada pode possuir para o crescimento económico e o bem-estar nos PED. A Agenda Addis reconhece a contribuição positiva das remessas dos migrantes e compromete-se a facilitar o seu fluxo através da redução dos seus custos de transferência (ONU, 2015, §40); da garantia de serviços financeiros acessíveis para os migrantes nos países de origem e acolhimento (*Ibid.*, §40); de procurar reverter a tendência dos bancos restringirem as transferências internacionais de dinheiro⁷² (*Ibid.*, §40); a remoção dos obstáculos para os provedores de remessas não bancárias (*Ibid.*, §40); da promoção de condições de mercado competitivas e transparentes (*Ibid.*, §40); da exploração de tecnologias e da melhoria da recolha de dados estatísticos e informações (§40). O objetivo 10.c da Agenda 2030 cobre esta dimensão comprometendo-se a reduzir os custos das transações das remessas dos migrantes para menos de 3% do montante transferido e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%. Novas plataformas têm também vindo a surgir para facilitar os investimentos das remessas de ‘regresso a casa’ (e.g. *We are Movement*⁷³). Contudo, apesar da tendência de decréscimo, em 2017 o custo médio das transferências situou-se ainda por volta dos 7.2%, um valor distante dos comprometidos 3% (BM, 2018, p. 6). Há também que ter em consideração que apesar das suas vantagens e volumes crescentes, tratam-se de transferências privadas que não são orientadas na totalidade para o desenvolvimento e nem podem substituir outros fluxos como a APD.

⁷² O relatório do BM (2018), *The Decline in Access to Correspondent Banking Services in Emerging, Markets: Trends, Impacts, and Solutions*, analisa o impacto das restrições bancárias em oito países em desenvolvimento da América Latina, da África Subsariana, da Ásia Oriental e do Sudeste asiático.

⁷³ Para uma descrição e explicação mais detalhada sobre esta iniciativa sugere-se a consulta do seguinte site <https://www.wearemovement.com/>

O financiamento filantrópico⁷⁴

Segundo a definição da OCDE (2018, p. 28), fluxos filantrópicos privados para o desenvolvimento referem-se às transações do setor privado que têm como objetivo principal a promoção do desenvolvimento económico e o bem-estar dos PED e que têm como origem fontes próprias das fundações (e.g. doações de empresas e indivíduos, os rendimentos de direitos autorais, investimentos e lotarias).

O volume de financiamento para o desenvolvimento prestado por instituições privadas filantrópicas tem vindo a crescer. Entre o período 2013-2015, é alcançado o valor de 23.9 mil milhões de dólares, um crescimento anual de cerca de 19% no mesmo período (*Ibid.*, p. 36). Estes números são relativamente menores em comparação com a APD ou com outros fluxos para o desenvolvimento. Ainda assim, o financiamento filantrópico é um elemento essencial, especialmente na área da saúde e da educação. No mesmo período mencionado, 53% do total da assistência filantrópica é direcionada para o setor da saúde e, também neste sector, este financiamento torna-se na terceira maior fonte para os PED, após os EUA e o *Global Fund* (*Ibid.*, p. 47). A Índia, a Nigéria, a Etiópia, o Paquistão e o México são os cinco maiores beneficiários das contribuições filantrópicas na área da saúde (*Ibid.*, p. 49).

O potencial da filantropia privada, como uma fonte de financiamento para o desenvolvimento e como um ator fundamental para a concretização do quadro pós-2015, tem vindo a ser cada vez mais saliente. Por um lado, as fundações filantrópicas têm vindo a proliferar em número e a expandir a sua influência e o seu alcance geográfico. Um crescente número de fundações são fontes estabelecidas de financiamento para os PED e de abordagens inovadoras para apoiar o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, este recurso consiste numa fonte consistente de financiamento para o desenvolvimento que tende a possuir uma maior liberdade na forma como é operado (e.g. desvinculado de ciclos eleitorais/políticos e da pressão por gerar lucros), a favorecer a construção de parcerias de cooperação mais próximas com os seus beneficiários e outros atores, e a concentrar a sua assistência em programas sociais específicos, nomeadamente nos sectores da saúde e educação, colocando assim uma ênfase global nas necessidades dos PED (OCDE, 2014, p. 102).

Na AAAA, a referência específica ao papel da filantropia é realizada nos parágrafos 10 e 42. Congratula o rápido crescimento das doações filantrópicas e incentiva ainda mais esse crescimento e o seu impacto para o alcance dos objetivos comuns de desenvolvimento (ONU, 2015, §42). Encoraja também uma parceria de cooperação entre a filantropia, governos e outros atores de desenvolvimento (*Ibid.*, §10), aumentando a sua transparência, responsabilidade e alinhamento com as políticas e prioridades nacionais (*Ibid.*, §42). Contudo, estes compromissos não são abrangidos explicitamente nos

⁷⁴ Para um estudo mais detalhado sobre as práticas e tendências da filantropia global sugere-se a consulta do relatório *The Global Philanthropy Report* de Paula D. Johnson (2018).

ODS ou alvo de considerações nos meios de implementação da Agenda 2030. Além disso, vários desafios persistem ainda. Em primeiro lugar, as fontes do financiamento filantrópico são muito concentradas. De uma amostra de 143 fundações, o relatório da OCDE evidencia que a Fundação Bill e Melinda Gates é o doador mais significativo, tendo fornecido quase metade do total das doações, mais precisamente 49% (IATF, 2016, p. 37). Em segundo lugar, estes fluxos tendem a favorecer os países estáveis e economias de rendimento médio. O relatório da OCDE (*Ibid.*, p. 44), denota que 67% das doações filantrópicas são direcionadas para os países de rendimento médio, como a Índia, a Nigéria, o México, a China, a Etiópia ou a África do Sul. Apenas um terço do financiamento filantrópico tem beneficiado os PMD e países de rendimento baixo, mais rigorosamente 28% e 5% respetivamente (*Ibid.*).

3.2.3. As formas inovadoras de financiamento para o desenvolvimento

Não existe nenhuma definição clara, precisa e internacionalmente acordada sobre o financiamento inovador para o desenvolvimento (OCDE, 2014, p. 178). Como consequência, o termo tem sido usado livremente para descrever um grande número de iniciativas e mecanismos. De acordo com o BM (2009, p. 1), o financiamento inovador engloba “qualquer abordagem de financiamento que ajude a mobilizar fundos de desenvolvimento adicionais, recorrendo a novas fontes de financiamento (isto é, olhando para além dos mecanismos convencionais, como gastos orçamentais de doadores e títulos de instituições financeiras internacionais tradicionais) ou envolvendo novos parceiros (como doadores emergentes e atores do setor privado)”. Além disso, procura “aumentar a eficiência dos fluxos financeiros, reduzindo o tempo de entrega e / ou os custos, e tornar os fluxos financeiros mais orientados para os resultados” (*Ibid.*). A OCDE (2009, p. 3) define este conceito como “mecanismos de mobilização de fundos ou de estímulo a ações de apoio ao desenvolvimento internacional que vão além das abordagens tradicionais de gastos, tanto pelos setores oficiais como privados, tais como: novas abordagens para agregar fluxos de receitas públicas e privadas; novos fluxos de receita (e.g. novos imposto, encargos, taxas, aumento de títulos, processos de venda ou esquemas de contribuições voluntárias); novos incentivos (garantias financeiras, responsabilidade social corporativa ou outras recompensas ou reconhecimentos) para lidar com falhas de mercado ou ampliar as atividades de desenvolvimento em andamento”. O *Leading Group on Innovative Financing for Development* (2014, p. 4) afirma que a inovação do financiamento envolve “opções para mobilizar recursos e alcançar mais eficientemente objetivos de desenvolvimento sustentável” e que há duas categorias de financiamento inovador- “fontes inovadoras de financiamento (mobilização inovadora) que ajudam a gerar novos fluxos financeiros para o desenvolvimento sustentável que podem vir de vários setores económicos, e fontes inovadoras de financiamento (gastos inovadores) que ajudam a maximizar a eficiência no uso dos recursos, sua alavancagem e /ou o seu impacto.”.

Desta forma, no novo quadro de desenvolvimento pós-2015, o FID é uma fonte de financiamento complementar e externa aos recursos mais tradicionais no cenário do FpD. Envolve novas parcerias, sejam globais e/ou locais e públicas e/ou privadas, e vários intervenientes como os doadores bilaterais e multilaterais, o setor privado e a sociedade civil. Compreende inovações na mobilização e alocação dos instrumentos financeiros, como também nos instrumentos de assistência técnica, de partilha de tecnologia, conhecimento e experiências. Criam um quadro de financiamento adicional mais eficaz, sustentável e previsível para o desenvolvimento. Contudo, o termo inovador é relativo. Os novos fluxos concebidos para mobilizarem fundos complementares, nomeadamente as fontes não-tracionais de financiamento (e.g. remessas, CSS e financiamento filantrópico) vão-se tornando parte do padrão do FpD. Da mesma forma, os mecanismos inovadores não são permanentes e o seu número irá incrementar ou diminuir com o tempo à medida que sejam integrados no padrão do FpD ou que sejam desatualizados.

O conceito de FID torna-se central no cenário de desenvolvimento na Conferência em Monterrey (México, 2002) no contexto do financiamento dos OMD (OCDE, 2009, p. 2). Desde então, a comunidade internacional tem cada vez mais reconhecido o valor da exploração de recursos inovadores de financiamento como resposta aos crescentes montantes necessários para assistir os países no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento e à incapacidade das fontes mais tradicionais. Uma diversidade de iniciativas inovadoras de financiamento têm sido propostas com relativo sucesso- os títulos de crédito de vacina, a taxa voluntária sobre os bilhetes aéreos, o Mecanismo Financeiro Internacional, o compromisso prévio de comercialização de vacinas (AMC, sigla em inglês), a conversão de créditos (e.g. *Debt2Health*, *debt-for-environment* e *debt-for-education swaps*), a lotaria global, as contribuições de solidariedade ao tabaco, os impostos sobre as emissões de carbono, as contribuições voluntárias de solidariedade (e.g. *Product (RED)*, *MASSIVEGOOD*, *the Digital Solidarity Levy*), seguros relacionados com o clima, mercado global de emissões de carbono, redução de fluxos ilícitos de capital e repatriação de ativos roubados, entre muitos outros⁷⁵.

O FID tem tido desde o novo milénio um papel importante. Segundo a OCDE (2014, p. 184), os recursos mobilizados por iniciativas inovadoras para o desenvolvimento têm sido cerca de 2 mil milhões por ano. Apesar de este número corresponder apenas a uma pequena fração de outros fluxos de financiamento, a sua importância não depende apenas dos seus volumes. Neste sentido espera-se que nos próximos anos o financiamento inovador tenha um papel crítico a desempenhar juntamente com os restantes fluxos financeiros. A AAAA reconhece os progressos na mobilização do FID desde o novo milénio, encoraja a reprodução de mecanismos já existentes e a exploração de adicionais, abrangendo mais setores de desenvolvimento (ONU, 2015, §69) e convida mais países a participarem na

⁷⁵ Para uma compreensão sobre as principais características de algumas destas iniciativas sugere-se a consulta PNUD (2018, p. 24).

implementação destes mecanismos inovadores. Na Agenda 2030, apesar de o FID não ser mencionado de forma explícita, é um facilitador chave inerente à concretização de todos os ODS.

Todavia, vários desafios impedem o alcance do seu potencial. A maioria dos benefícios têm sido limitados ao setor da saúde global, em particular as imunizações contra várias doenças e tratamento HIV/SIDA, tuberculose, malária e hepatite. O relatório da PNUD (2018, pp. 28-29) apresenta vários outros desafios que têm vindo a ocorrer mais recentemente: o potencial de vários instrumentos e abordagens permanece em pequena escala e subcapitalizado; o aumento da complexidade do cenário do FpD (e.g. dificuldades na identificação dos fundos apropriados, dos critérios elegíveis, da forma de acesso e da monitorização e avaliação dos resultados); nem todos os países possuem a capacidade de usar efetivamente todas as modalidades inovadoras disponíveis (e.g. restrições de conhecimento, legislativas e políticas); e os riscos mais elevados de falhanço desincentivam o teste de novos instrumentos inovadores de financiamento em vários PED.

Extractive industries micro-levy para combater a desnutrição e a UNITLIFE

O *extractive industries micro-levy* é o primeiro instrumento de financiamento inovador criado pelos países em desenvolvimento (Dousté-Blazy e Filipp, 2017, §7). É criado em 2015 incluindo taxas sobre o petróleo, o gás, o ouro e outras atividades de mineração, para auxiliar o financiamento do combate à desnutrição na África Subsariana (Health Envoy, 2015, §1). Esta taxa é administrada pela organização UNITLIFE que recebe as receitas e as aloca na prevenção e tratamento da desnutrição crónica, incluindo a amamentação, ingestão de vitaminas e minerais, alimentação complementar e terapêutica adequada com alimentos especializados e o acesso a serviços de saúde e sanitários. Quatro países aderiram a esta iniciativa- a República do Congo, a Guiné, o Níger e o Mali (*Ibid.*).

A República do Congo é o primeiro país a implementar a *micro-levy* nas suas indústrias extrativas, nomeadamente no valor de 0.10 dólares por cada barril vendido pelas empresas estatais de petróleo. De acordo com Douste-Blazy e Filipp (2017§7), se oito países africanos produtores de petróleo implementassem esta iniciativa, o mecanismo poderia mobilizar 195.5 milhões de dólares anualmente, assumindo que toda a produção fosse incluída. Se todos os países produtores de petróleo do mundo implementassem esta iniciativa, e assumindo que apenas metade das vendas de petróleo fossem incluídas, seria possível mobilizar 1.64 mil milhões de dólares por ano (*Ibid.*).

Green bonds para promover a sustentabilidade

Green bonds são instrumentos relativamente recentes que vinculam os lucros de emissões de títulos a investimentos favoráveis ao desenvolvimento sustentável (e.g. a transportes com baixas

emissões de CO₂, à eficiência energética, à adaptação às mudanças climáticas e à proteção dos oceanos). Os títulos podem ser emitidos por instituições supranacionais (como bancos multilaterais de desenvolvimento), entidades públicas (municipais, estaduais ou federais) ou empresas privadas.

Este instrumento inovador tem vindo a incrementar o seu contributo no cenário do FpD. De acordo com as estimativas da iniciativa *Climate Bonds* (2017, p. 2 e 16), os *green bonds* que destinam 100% dos seus lucros a uma finalidade ambiental específica incrementam de 7.2 milhões de dólares em 2012 para 221 mil milhões de dólares em 2017. Outros 895 mil milhões de dólares em títulos são emitidos possuindo benefícios ambientais, mas não possuem explicitamente o rótulo verde (*Ibid.*, p. 3). Investimentos inovativos como os *green bonds* oferecem formas de mobilizar recursos financeiros adicionais e sustentáveis para os ODS. Os *green bonds* correspondem ainda a uma pequena proporção dos mercados de títulos mundiais, que são estimados em 100 biliões de dólares (PNUD, 2018, p. 31). Apesar disso, os seus valores possuem enorme potencial principalmente quando comparados com o financiamento total disponível para a proteção ambiental e adaptação e mitigação climáticas. Os *blue bonds*⁷⁶ são uma variação deste instrumento.

Crowdfunding

O crowdfunding é um método para financiar investimentos de montantes fixos através de um conjunto de contribuições de investidores individuais usando plataformas específicas de crowdfunding, que normalmente são online. Este instrumento de financiamento inovador tem tido uma tendência de crescimento exponencial nos últimos anos.

De acordo com o relatório do PNUD (2018, p. 113), o crowdfunding aumenta a sua mobilização de 1 mil milhões de dólares em 2011 para cerca de 34 mil milhões de dólares em 2015. Esta mobilização é essencialmente impulsionada pela proliferação de plataformas de crowdfunding em países desenvolvidos, como os EUA, Reino Unido e a França, que em conjunto mobilizaram cerca de 80% das receitas em 2014 (*Ibid.*). Nos PED, alcançou o valor de 430 milhões de dólares em 2015, sendo que os maiores mobilizadores são a Índia, as Filipinas e o Nepal (*Ibid.*). O crowdfunding tem sido usado para angariar financiamento para uma variedade de fins, sendo que de acordo com o PNUD (2018, p. 114) os seus meios mais comuns são negócios e empreendimentos (40%), causas sociais (20%), cinema e artes cênicas (12%) e imóveis (6%). O Kiva.org ou o GlobalGiving.org são dois dos exemplos de plataformas de *crowdfunding*.

⁷⁶ Para uma melhor compreensão sugere-se a consulta do seguinte site: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2018/10/29/sovereign-blue-bond-issuance-frequently-asked-questions>.

Considerações finais

A presente dissertação procurou refletir sobre a importância do FpD no quadro de referência para o desenvolvimento estabelecido em 2015. Por um lado, é realizada uma contextualização sucinta sobre a CID, as suas principais características e o contexto que tem contribuído para a sua formação e estado atual. São abordadas questões como a atuação dos atores, mecanismos, motivações, desafios subjacentes, teorias e modelos de desenvolvimento e a conjuntura internacional da cooperação. É igualmente feita uma reflexão sobre os mecanismos de financiamento e as práticas de concessão de ajuda subjacentes ao novo quadro de referência para o desenvolvimento até 2030.

O FpD é considerado como uma componente crucial para o desenvolvimento dos países. Muito anteriormente à institucionalização da indústria da CID, vários autores reconhecem a importância da disponibilidade de capital como um requisito para o crescimento e desenvolvimento dos países. Como a maioria dos países mais pobres não possuem esse capital, a cooperação entre países através da transferência de recursos surge como uma modalidade muito defendida e propagandeada para preencher as lacunas domésticas e, conseqüentemente, acelerar o progresso dos países.

A importância da ajuda externa para o desenvolvimento tem vindo a expandir-se. A CID torna-se na componente fundamental e mais eficiente para garantir o financiamento do desenvolvimento dos países mais pobres. Esta parceria entre os países considerados mais desenvolvidos e os países mais pobres torna-se numa grande e complexa indústria profissionalizada. Cada vez mais países tornam-se doadores ou recetores dessa ajuda e um número significativo de países vai-se encaixando em ambas as categorias, dando ou recebendo em simultâneo. Novos atores surgem e vão expandindo as suas atividades desde instituições financeiras e novos doadores cada vez mais influentes e poderosos até inúmeras ONG, OSC, fundações privadas, vários filantropos e figuras mediáticas. Novas modalidades e mecanismos de ajuda para o desenvolvimento vêm sendo amplamente discutidos e defendidos. Em simultâneo, a cooperação para o desenvolvimento deixa de ser orientada unicamente para combater de forma eficaz e duradora os desafios à paz, à convivência pacífica e ao crescimento económico, para ir abarcando ao longo dos anos cada vez mais dimensões inerentes à vida individual, nacional, regional e internacional.

Com a entrada no novo milénio, os novos compromissos e iniciativas da comunidade internacional colocam o surgimento de um novo paradigma de ajuda no centro do debate internacional e criam um ambiente de esperança e otimismo em relação ao progresso e desenvolvimento mundial. É estabelecido o primeiro quadro comum para a promoção do desenvolvimento global, o dos ODM, assente na convergência de políticas e responsabilidades e na necessidade da canalização de esforços sob a forma de parceria global para responder aos principais problemas e desafios ao desenvolvimento. Este quadro assume uma posição dominante no norteamento e delimitação da abordagem da CID, passando a ser vista como o seu novo paradigma. Neste novo contexto, o financiamento para o

desenvolvimento ganha predominância. É reconhecida a incapacidade da CID para mobilizar os recursos necessários para o desenvolvimento e surge a necessidade de repensar fluxos existentes e incentivar fluxos alternativos e complementares, mesmo que fora do âmbito da cooperação tradicional, bem como de incentivar a qualidade e eficácia da ajuda e a coerência das políticas para o desenvolvimento.

Mesmo sendo uma agenda não vinculativa de compromissos e políticas, ao longo dos 15 anos da sua aplicação, os ODM conquistaram algumas das metas estabelecidas e registaram avanços em tantas outras. Além disso, ficou demonstrada a capacidade de a comunidade internacional estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento, constituindo, mesmo que de forma incipiente, normas e modos de ação internacional. O quadro dos ODM demonstrou ser também um elemento transformador, pelo seu papel de mensurabilidade, de simplificação, de orientação e de agregação de diferentes interesses e necessidades. Apesar deste papel transformador e dos muitos progressos alcançados, o cumprimento pleno dos ODM não se tornou numa realidade e o sistema complexo e fragmentado da CID continua a evidenciar ineficácia e incapacidade de alcançar o seu objetivo máximo - o desenvolvimento global. Na verdade, ao longo dos primeiros quinze anos do presente milénio, a maior parte dos países obtiveram um crescimento económico positivo, apesar de os níveis de ajuda para o desenvolvimento se terem reduzido (anexo B).

A nova agenda pós -2015 corporiza o apelo da comunidade internacional à continuidade do quadro de atuação no domínio do desenvolvimento, procurando, porém, ir mais além. A primeira questão colocada neste trabalho é, então, saber qual o poder transformador que os ODS possuem em relação às iniciativas do passado.

Trata-se de uma nova agenda que segue uma abordagem mais complexa, abrangente, universal e inclusiva de desenvolvimento. É o resultado do trabalho conjunto, ao longo de mais de dois anos, de uma parceria alargada a uma maior variedade de atores desde os governos dos PD aos governos dos PED, ao setor privado, à comunidade científica e a cidadãos de todo o mundo. Inclui um conjunto de metas mais amplas – desde as questões basilares dos ODM (e.g. a coerência, a eficácia, a transparência, a boa governação, a tolerância, a igualdade, a educação e a saúde, entre outras), a novas questões dos ODS que passam a fazer parte da nova realidade internacional a partir de 2015 (e.g. a sustentabilidade, o crescimento económico inclusivo, a desigualdade, o trabalho digno, a justiça e a segurança, as responsabilidades partilhadas por todos os Estados perante os objetivos, entre outras). É uma agenda universal que, invés de abranger grupos específicos de países ou de cidadãos do mundo, reconhece a natureza global dos novos desafios e estende os seus objetivos a todos procurando “não deixar ninguém para trás” do processo do desenvolvimento. Por outro lado, reconhece o papel crucial do financiamento para a concretização dos objetivos de desenvolvimento, mas, procura ir mais além das iniciativas do passado.

Neste sentido, surge a segunda questão fulcral desta dissertação: como é que o novo quadro de referência para o desenvolvimento pós-2015 pretende mobilizar os recursos e abordar as questões sistémicas subjacentes para assegurar um desenvolvimento futuro?

O FpD pós-2015 tem assentado cada vez mais numa lógica ‘além da APD’ e subordinada a princípios de sustentabilidade. Os recursos tradicionais no quadro da CID, com destaque para a APD, têm sido durante décadas vistos como as principais fontes de FpD dos países, especialmente os mais pobres. No entanto, têm vindo a demonstrar a sua incapacidade de combater os problemas da humanidade e cumprir os objetivos de desenvolvimento. Neste sentido, o novo cenário de FpD estabelecido no quadro pós-2015 procura incentivar a mobilização de uma mais ampla gama de recursos, incluindo mecanismos de financiamento inovador e fluxos que, mesmo que não tenham o desenvolvimento como objetivo específico, sejam vistos como fontes importantes e complementares aos recursos tradicionais da ajuda. Por outro lado, é pela primeira vez estabelecido um conjunto de políticas e ações concretas que a nova parceria alargada de desenvolvimento se compromete a realizar no âmbito da Agenda 2030. Os princípios de eficácia, eficiência e coordenação dos fluxos, incluído os que existem fora do âmbito da CID, e a sua orientação para os princípios da sustentabilidade do desenvolvimento tornam-se no novo léxico do FpD. Este novo cenário é pela primeira vez apresentado, no quadro de referência para o desenvolvimento, na forma de compromissos e políticas de ação concretas.

Os mecanismos e práticas de financiamento passam novamente a serem enaltecidas como componentes cruciais para a concretização dos ODS. Qual a capacidade que esta nova arquitetura do FpD no quadro pós-2015 possui para influenciar paradigmaticamente a história da indústria da CID constitui a última pergunta que esta tese procura responder.

A realidade da cooperação para o desenvolvimento pós-2015 difere substancialmente do ponto de partida no final da década de 1940. O cenário do FpD estabelecido para a concretização dos ODS apresenta novos horizontes, novas formas de atuação e incentivos para a criação de uma parceria de mobilização e alocação envolvendo vários atores e diversos fluxos e a sua orientação para a sustentabilidade do desenvolvimento. Há um afastamento do modelo que via a CID com um papel importante no financiamento para o desenvolvimento, para um modelo no qual o desenvolvimento e a sua transformação passam a ser impulsionados por múltiplos polos de financiamento, incluindo fontes privadas.

A forma como medimos e definimos a cooperação para o desenvolvimento deve refletir o mundo em mudança em que vivemos. Os mecanismos e práticas de financiamento, principalmente as inovadoras, refletem soluções criativas e atuais para enfrentar os novos desafios de desenvolvimento da humanidade. Neste novo contexto, não se trata tanto de substituir a CID, mas sim de a complementar. Noutros termos, o novo cenário do FpD influencia paradigmaticamente a arquitetura da CID e que a desafia a tornar-se mais abrangente, universal, inclusiva e atualizada.

Transformar a visão de desenvolvimento pós-2015 numa realidade é possível. Mas não basta apenas a construção de um novo paradigma para alcançar o desenvolvimento global. Este novo paradigma de CID só se torna verdadeiramente uma realidade quando as meras palavras forem convertidas em ação. Entretanto, o novo quadro de desenvolvimento pós-2015 apresenta já várias questões que podem impedir o avanço da comunidade internacional para estágios de cooperação e de desenvolvimento superiores. A contínua ausência de acordos vinculativos não colocando os países sobre nenhuma obrigação legal de implementar e cumprir os ODS e a falha na conceção de novas ideias e mecanismos ou quaisquer novos compromissos concretos da comunidade internacional para a ampliação dos recursos do FpD são algumas das questões que necessitam de ser examinadas e que podem constituir futuros trabalhos de pesquisa com o intuito de aperfeiçoar o edifício da cooperação para o desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- Afonso, M^a Manuela (1995), *Cooperação para o Desenvolvimento – Características, Evolução e Perspetivas Futuras*. Lisboa, CIDAC
- Afonso, M^a Manuela e Fernandes, Ana Paula (2005), *ABCD: Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Instituto Marquês de Valle Flôr e OIKOS, Lisboa
- Alesina, Alberto e Dollar, David (2000), *Who Gives Foreign Aid to Whom and Why?* Journal of Economic Growth, Vol. 5, No 1, pp. 33–63. Consultado em Fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40216022?seq=1#page_scan_tab_contents
- Alonso, José e Glennie, Jonathan (2015), *What is Development Cooperation?* Development Cooperation Forum Policy Briefs, No 1. Consultado em Fevereiro de 2018. Disponível em: http://www.un.org/en/ecosoc/newfunc/pdf15/2016_dcf_policy_brief_no.1.pdf
- Amaro, Rogério R. (2003), *Desenvolvimento — Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria*. Cadernos de Estudos Africanos. Consultado em Fevereiro de 2018. Disponível em: <http://cea.revues.org/1573>
- Bali moune-Lutz, Mina e Mavrotas, George (2009), *Aid Effectiveness: Looking at the Aid-Social Capital-Growth Nexus*. Review of Development Economics, Vol. 13, No. 3, pp. 510–25. Consultado em junho de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-9361.2009.00504.x>
- Bauer, Peter e Yamey, Basis (1982), *Foreign Aid : What is at Stake ?* Public Interest, pp. 53-69. Consultado em Fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.nationalaffairs.com/public_interest/detail/foreign-aid-what-is-at-stake
- Berthelemy, Jean-Claude (2006), *Bilateral Donors' Interest vs. Recipients' Development Motives in Aid Allocation: Do All Donors Behave the Same?* Review of Development Economics, Vol. 10, No 2, pp. 179–94. Consultado em Fevereiro de 2018. Disponível: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9361.2006.00311.x>
- BM (2009), *Innovative Finance for Development Solutions- Initiatives of The World Bank Group*. The World Bank Group. Consultado em setembro de 2018. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/CFPEXT/Resources/IF-for-Development-Solutions.pdf>
- BM (2018), *Migration and Remittances- Recent Developments and Outlook*. The World Bank Group. Migration and Development Brief 29. Consultado em setembro de 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/297771>
- BM e FMI (2015), *From Billions to Trillions: Transforming Development Finance, Post-2015 Financing for Development: Multilateral Development Finance*. Development Committee Discussion Note, DC2015-0002. Consultado em setembro de 2018. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMMINT/Documentation/23659446/DC2015-0002\(E\)FinancingforDevelopment.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMMINT/Documentation/23659446/DC2015-0002(E)FinancingforDevelopment.pdf)
- Boone, Peter (1996), *Politics and the Effectiveness of Foreign Aid*. Centre for Economic Performance, Discussion Paper No 272. Consultado em Julho de 2018. Disponível em: <http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/DP0272.pdf>

- Boutros-Ghali, Boutros (1992), *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking, and Peace-Keeping*. Report of the Secretary-General Pursuant to the Statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. New York: United Nations. Consultado em setembro de 2018. Disponível em <http://www.un-documents.net/a47-277.htm>
- Burnside, Craig e Dollar, David (2000), *Aid, Policies, and Growth*. American Economic Review, Vol. 90, No.4, pp. 847-868. Consultado em de abril de 2018. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/117311>
- Cardoso, Fernando H. e Faletto, Enzo (1981), *Dependência e desenvolvimento económico na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar (6ª Edição)
- Cardoso, Fernando Jorge (2017), *O Desenvolvimento sem Norte nem Sul*. Cadernos de Estudos Africanos, 34, pp. 13-30. Consultado em julho de 2018. Disponível em <http://journals.openedition.org/cea/2270>
- Cassen, Robert (1985), *Does Aid Work? Report to an Intergovernmental Task Force*. New York: Oxford University Press
- Chenery, Hollis e Strout, Alan (1966), *Foreign Assistance and Economic Development*. The American Economic Review, Vol. 56, No. 4, Part 1, pp. 679-733. Consultado em abril de 2018. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/1813524.pdf?seq=1#page_scan_tab_contents
- Chew, Sing e Denmark, Robert (1996), *The Underdevelopment of Development: Essays in Honor of Andre Gunder Frank* (Eds.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications
- Climate Bonds Institute (2017), *Bonds and Climate Change- The State of the Market*. Climate Bonds Initiative. Consultado em outubro de 2018. Disponível em https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi-sotm_2017-bondsclimatechange.pdf
- Collier, Paul (2007), *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It*. Oxford, Oxford University Press.
- Dalgaard, Carl-Johan, Hansen, Henrik e Tarp, Finn (2004), *On The Empirics of Foreign Aid and Growth*. The Economic Journal, No. 114, pp. F191-F216. Consultado em abril de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0297.2004.00219.x>
- Douste-Blazy, Philippe e Filipp, Robert (2017), *No Pain Big Gain. How Micro-levies Save Lives*. Foreign Affairs. Consultado em Outubro de 2018. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/sponsored/no-pain-big-gain-how-micro-levies-save-lives>
- Easterly, William (2006), *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good*. Penguin: New York
- Easterly, William e Pfütze, Tobias (2008), *Where Does the Money Go? Best and Worst Practices in Foreign Aid*. Journal of Economic Perspectives, Vol. 22, No. 2, pp.29–52. Consultado em maio de 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/27648240.pdf?seq=1/subjects>
- Escobar, Arturo (1995), *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton University Press

- Fengler, Molfgang and Kharas, Homi (2011), *Delivering Aid Differently: Lesson from the Field*. Economic Premise, No. 49. World Bank, Washington, DC. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/10108>
- Ferreira, Patrícia M. (2014), *A Ajuda ao Desenvolvimento: Revisão do Conceito e Novas Abordagens*. IMVF Brief 1. Consultado em março de 2018. Disponível em: https://issuu.com/imvf/docs/brief1_junho2014
- Friedmann, John (1992), *Empowerment: the Politics of Alternative Development*. Cambridge: CeBasil Blackwell
- Fukuda-Parr, Sakiko (2016), *From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development*. Gender & Development Journal, Vol. 24, No1. Consultado em maio de 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552074.2016.1145895?journalCode=cgde20>
- Glennie, Jonathan (2008), *The Trouble With Aid: Why Less Could Mean More For Africa*. London, Zed Books;
- Glennie, Jonathan e Hurley, Gail (2014), *Where next for aid? The Post-2015 Opportunity*. ODI e UNDP Discussion Paper. Consultado em agosto de 2018. Disponível em <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Poverty%20Reduction/Development%20Cooperation%20and%20Finance/UNDP-ODI--Where-Next-for-Aid-the-Post-2015-Opportunity-FINAL.pdf>
- Health Envoy (2015), *New Fund Uses Micro-levies to Fight Malnutrition*. Office of the UN Secretary General's Special Envoy for Financing the Health Millennium Development Goals and for Malaria. Consultado em outubro de 2018. Disponível em <http://www.mdghealthenvoy.org/new-fund-uses-micro-levies-to-fight-malnutrition/>
- Hirano, Yumeka e Otsubo, Shigeru (2014), *Aid Is Good for the Poor*. Policy Research Working Paper, No. 6998. World Bank Group, Washington, DC. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19397>
- Hjertholm, Peter e Howard White (2000), *Foreign Aid in Historical Perspective: Background and Trends*, in Tarp (ed.), *Foreign Aid and Development*. London, New York: Routledge, pp. 59-77;
- Hoekman, Bernard e Nicita, Alessandro (2010), *Assessing the Doha Round: Market Access, Transactions Costs and Aid for Trade Facilitation*. Journal of International Trade and Economic Development, Vol. 19, No 1, pp. 65-79. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5840>
- IATF (2016), *Addis Ababa Action Agenda- Monitoring Commitments and Actions. Inaugural Report of the Inter-agency Task Force on Financing for Development 2016*. ONU, Nova Iorque. Consultado em Setembro de 2018. Disponível em http://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2016/03/Report_IATF-2016-full.pdf
- IATF (2017), *Financing for Development: Progress and Prospects. Report of the Inter-agency Task Force on Financing for Development 2017*. ONU, Nova Iorque. Consultado em Agosto de 2018. Disponível em https://developmentfinance.un.org/sites/developmentfinance.un.org/files/Report_IATF-2017.pdf
- ICESDF (2014), *Report of the Intergovernmental Committee of Experts on Sustainable Development Financing*. ONU, Nova Iorque. Consultado em agosto de 2018 Disponível em <http://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2014/12/ICESDF.pdf>

- Instituto Nacional de Estatística (2018), *Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto per Capita*. Consultado em abril de 2018. Disponível em <https://www.pordata.pt/>
- IPAD (2002), *Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento*. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção de Serviços de Planeamento Financeiro e Programação. Consultado em agosto de 2018 Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/av_au_glossario_coop.pdf
- Kharas, Homi (2007), *The New Reality of Aid*. Brookings Institution. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/the-new-reality-of-aid/>
- Kharas, Homi e McArthur, John (2016), *Links in the Chain of Sustainable Finance: Accelerating Private Investments for the SDGs, Including Climate Action*. Brookings Institution, No. 5. Consultado em setembro de 2018. Disponível em https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/09/global_20160919_sustainable_finance.pdf;
- Ki-moon, Ban (2016), *Secretary-General's Remarks at World Economic Forum Plenary Session: The New Climate and Development Imperative*. Consultado em agosto de 2018. Disponível em <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2016-01-21/secretary-generals-remarks-world-economic-forum-plenary-session-new>
- Knutsson, Benjamin (2009), *The Intellectual History of Development – Towards a Widening Potential Repertoire*. Perspectives, No 13, pp. 2-46. Consultado em março de 2018. Disponível em: https://www.gu.se/digitalAssets/1272/1272997_Perspectives_13.pdf
- Kosack, Stephen (2003), *Effective Aid: How Democracy Allows Development Aid to Improve the Quality of Life*. World Development, Vol. 31, No. 1, pp. 1–22. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X02001778>
- Lapão, Manuel (2011), *Génese e Evolução da Cooperação Multilateral e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento* in Luís Carvalho Rodrigues, José França Martins, Tiago de Matos Fernandes,(Org.), Manual de Cooperação para o Desenvolvimento Oeiras, Instituto Nacional de Administração, pp. 69-89
- Latouche, Serge (2011), *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. Edições 70
- Leading group on Innovative Financing for Development (2014), *Leading Group Experts' Workshop: Preparing For 2015: The Role of Innovative Financing in Sustainable Development and Climate Change*. Consultado em setembro de 2018. Disponível em http://www.leadinggroup.org/IMG/pdf/Program_and_concept_note_LG_workshop_June_2014.pdf
- Long, Cathal e Miller, Mark (2017), *Taxation and the Sustainable Development Goals- Do good things come to those who tax more?* Overseas Development Institute Briefing note. Consultado em setembro de 2018. Disponível em <https://www.odi.org/publications/10813-taxation-and-sustainable-development-goals-do-good-things-come-those-who-tax-more>;
- Lumsdaine, David (1993), *Moral Vision in International Politics: The Foreign Aid Regime, 1949-1989*. Princeton University Press

- Lunn, Jenny (2009), *The Role of Religion, Spirituality and Faith in Development: a Critical Theory Approach*. Third World Quarterly, Vol. 30, No. 5, pp. 937-951. Consultado em maio de 2018. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40388160?seq=1#page_scan_tab_contents
- Lustig, Nora (2016, revisto a 2017), *The Sustainable Development Goals, Domestic Resource Mobilization And The Poor*. CEQ Institute. Tula University. Working Paper 1713. Consultado em setembro de 2018. Disponível em <http://repec.tulane.edu/RePEc/pdf/tul1713.pdf>
- Marangos, John (2009), *The Evolution Of The Term 'Washington Consensus'*. Journal of Economic Surveys, Vol. 23, No. 2. Consultado em abril 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6419.2008.00565.x>
- Markandya, Anil, Ponczek, Vladimir e Yi, Soonhwa (2010), *What Are the Links between Aid Volatility and Growth?* Washington, DC: World Bank. Policy Research Working Paper No 5201. Consultado em maio de 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19914>
- McArthur, John (2013), *Own the Goals: What the Millennium Development Goals Have Accomplished*. Foreign Affairs. Consultado em maio de 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2013-03-01/own-goals>
- Moyo, Dambisa (2009), *Dead Aid: Why Aid Is Not Working and How There Is a Better Way for Africa*. Penguin: New York
- OCDE (2003), *Rome Declaration on Harmonisation*. First High Level Forum on Aid Effectiveness. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declaracao_roma.pdf;
- OCDE (2005), *Paris Declaration on Aid Effectiveness: Ownership, Harmonisation, Alignment, Results and Mutual Accountability*. Second High Level Forum on Aid Effectiveness. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/34428351.pdf>;
- OCDE (2008), *Accra Agenda for Action*. Third High Level Forum on Aid Effectiveness. Consultado em Maio 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/34428351.pdf>;
- OCDE (2009), *Innovative Financing to Fund Development: Progress and Prospects*. DCD Issues Brief. Consultado em setembro de 2018. Disponível em <https://www.cbd.int/financal/doc/oecd-innovative2009.pdf>
- OCDE (2010), *DAC Statistical Reporting Directives*, DCD/DAC(2010)40/ REV1. Consultado em fevereiro de 2018. Disponível em <http://www.oecd.org/dac/stats/38429349.pdf>
- OCDE (2011), *Busan Partnership For Effective Development Co-Operation*. Fourth High Level Forum on Aid Effectiveness. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/49650173.pdf>
- OCDE (2014), *Development Co-operation Report 2014- Mobilizing Resources for Sustainable Development*. Consultado em agosto de 2018. Disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2014_dcr-2014-en
- OCDE (2015), *Multilateral Aid 2005: Better Partnerships for a post-2015 World*. Consultado em março de 2018. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/development/multilateral-aid-2015_9789264235212-en#page3

- OCDE (2018), *Private Philanthropy for Development*. Consultado em agosto de 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1787/9789264085190-en>
- OCDE (2018a), *Development Co-operation Report 2018- Joining Forces to Leave No One Behind*. Consultado em julho de 2018. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2018_dcr-2018-en
- OCDE (2018b), *Dados Estatísticos dos fluxos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (milhões de dólares) a preços correntes e em Percentagem do PNB/RNB entre 1960-2015*. Consultado a setembro de 2018. Disponível em: <https://stats.oecd.org/>
- ONU (1945), *Charter of the United Nations*. 1 UNTS XVI. Consultado em fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/3ae6b3930.html>
- ONU (1948), *Universal Declaration of Human Rights*. Resolution 217 A(III). Consultado em fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/3ae6b3712c.html>
- ONU (1961), *United Nations Development Decade- A Programme for International Economic Co-operation*. Resolution A/RES/1710 (XVI). Consultado em Maio de 2018. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1710%20\(XVI\);](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1710%20(XVI);)
- ONU (1971), *International Development Strategy for the Second United Nations Development Decade*. Resolution A/RES/25/2626. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a25r2626.htm>;
- ONU (1974), *Charter of Economic Rights and Duties of States*. Resolution A/RES/29/3281. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a29r3281.htm>;
- ONU (1981), *International Development Strategy for the Third United Nations Development Decade*. Resolution A/RES/35/56. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a35r56.htm>
- ONU (1990), *International Development Strategy for the Fourth United Nations Development Decade*. Resolution A/RES/45/199. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/45/a45r199.htm>
- ONU (1996), *Observance of the International Year for the Eradication of Poverty and proclamation of the first United Nations Decade for the Eradication of Poverty*. Resolution A/RES/50/107. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/50/107>
- ONU (2001), *Letter dated 25 June 2001 from the Secretary-General to the President of the General Assembly*. A/55/1000. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <http://www.un.org/esa/ffd/a55-1000.pdf>;
- ONU (2003), *Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development*. Consultado em Maio de 2018. Disponível em: <http://www.un.org/esa/ffd/monterrey/MonterreyConsensus.pdf>;
- ONU (2012), *Review of the Contributions of the MDG Agenda to Foster Development: Lessons for the post-2015 UN Development Agenda*. Un System Task Team on the pos-2015 UN Development Agenda. Discussion Note. Consultado em julho de 2018. Disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg_assessment_Aug.pdf;

- ONU (2015), *Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development (Addis Ababa Action Agenda)*. Consultado em fevereiro de 2018. Disponível em http://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf
- ONU (2015a), *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Consultado em fevereiro de 2018. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>;
- ONU (2015b), *The Paris Agreement*. Consultado em fevereiro de 2018. Disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>
- ONU (2016), *Trends and progress in international development cooperation*. E/2016/65 report of the Secretary-General. Consultado em setembro de 2018. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/831009>
- ONU (2017), *World Economic Situation and Prospects 2017*. Consultado em setembro de 2018. Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/25012017wesp_full_en.pdf
- ONU (2018), *International financial system and development*. A/73/280 report of the Secretary-General. Consultado em setembro de 2018. Disponível em: http://www.un.org/esa/ffd/documents/69GA_SGR_IFSD_AUV_250714.pdf;
- Plataforma Portuguesa ONGD (2016), *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. No 9. Consultado em junho de 2018. Disponível em http://www.plataformaongd.pt/revista/Download.aspx?revista=/Documentos/Revista/Revista_ODS_2016_ONGD.pdf
- PNUD (1990), *Human Development Report 1990*. New York: PNUD. . Consultado em Maio de 2018. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf
- PNUD (2016), *Scaling-Up South-South Cooperation for Sustainable Development*. Consultado em setembro de 2018. Disponível em http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/development-impact/Scaling-Up_SSC_for_Sustainable_Development.html
- PNUD (2018), *Financing the 2030 Agenda- An Introductory Guidebook for UNDP Country Offices*. Consultado em julho de 2018. Disponível em <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/poverty-reduction/2030-agenda/financing-the-2030-agenda.html>
- Renard, Robrecht (2006), *The Cracks in the New Aid Paradigm*. IOB Discussion Papers 2006.01, Universiteit Antwerpen, Institute of Development Policy. Consultado em março de 2018. Disponível em: <http://www.ua.ac.be/objs/00152977.pdf>
- Riddell, Roger. C. (1986), *The Ethics of Foreign Aid*. *Development Policy Review*, Vol.4, No 1, pp. 24–43. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-7679.1986.tb00495.x>;
- Riddell, Roger C. (2007), *Does Foreign Aid Really Work?* Oxford: Oxford University Press;
- Rist, Gilbert (2008), *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. London and New York: Zed Books (3ª Edição)

- Rogerson, Andrew (2005), *What if Aid Harmonisation and Alignment Occurred Exactly as Intended? A Reality Check on the Paris Forum on Aid Effectiveness*. ODI - Development Centre workshop on research perspectives on aid architecture, Draft Paper. Consultado em março de 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/dev/devcom/34373277.pdf>;
- Rogerson, Andrew (2011), *What if Development Aid Were Truly 'Catalytic'?* Background Note. London: Overseas Development Institute. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7373.pdf>
- Rosenstein-Rodan, Paul N. (1943), *Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe*. The Economic Journal, Vol. 53, Issue 210/211, pp. 202-211. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2226317?seq=1/analyze>
- Rostow, Walt W. (1956), *The Take-off into Self-sustained Growth*. The Economic Journal, Vol. 66, No 26, pp. 25-48. Consultado em março de 2018. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2227401?seq=1#page_scan_tab_contents
- Sachs, Jeffrey (2005), *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York: Penguin Press.
- Sachs, Jeffrey (2005a), *The Development Challenge*. Foreign Affairs, Vol. 84, No 2, pp. 78–90. Consultado em março de 2018. Disponível em: <http://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/about/director/documents/foreignaff0305.pdf>
- Samoff, Joel e Stromquist, Nelly (2001), *Managing Knowledge and Storing Wisdom? New Forms of Foreign Aid?* Development and Change, Vol. 32, No 4, pp. 631–56. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-7660.00220>
- Santiso, Carlos (2001), *International Co-operation for Democracy and Good Governance: Moving Towards a Second Generation?* European Journal of Development Research, Vol. 13, No 1, pp. 154–80. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1080/09578810108426785>
- Sayanak, Tejashree e Lahiri, Sajal (2008), *Foreign Aid as Prize: Incentives for a Pro-Poor Policy*. World Institute for Development Economic Research, Working Paper No 63. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/publication/foreign-aid-prize>;
- Schmidt-Traub, Guido e Sachs, Jeffrey (2015), *Financing Sustainable Development: Implementing the SDGs through Effective Investment Strategies and Partnerships*. Sustainable Development Solutions Network Working Paper. Consultado em setembro de 2018. Disponível em: <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2015/04/150408-SDSN-Financing-Sustainable-Development-Paper.pdf>
- Seers, Dudley (1969), *The meaning of development*. Institute of Development Studies at the University of Sussex, No 44. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/themeaningofdevelopment.pdf>
- Seen, Amartya (1999), *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press
- Silva, Mª Manuela (1963), *Bases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário*. Análise Social, I(4), pp. 538-558. Consultado em Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1402>

- Stern, Nicholas (2002), *Making the Case for Aid*, in BM, *A Case for Aid: Building a Consensus for Development Assistance*. Washington: The World Bank, pp.15-24. Consultado em abril de 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/14260>
- Sumner, Andy e Mallett, Richard (2013), *The Future of Foreign Aid- Development Cooperation and The New Geography of Poverty*. Palgrave Macmillan: Houndmills;
- Therkildsen, Ole (2009), *Keeping the State Accountable: Is Aid No Better Than Oil?* IDS Bulletin Vol.33, Issue 3. Consultado em abril de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1759-5436.2002.tb00037.x>
- Thorbecke, Erik (2000), *The Evolution of the Development Doctrine and the Role of Foreign Aid, 1950–2000* in Tarp (ed.), *Foreign Aid and Development*. London, New York: Routledge, pp. 12-35;
- Todaro, Michael. P. e Smith, Stephen C. (2011), *Economic development*. Harlow: Pearson Education Limited (11ª Edição)
- Truman (1949), *Truman's Inaugural Address, January 20, 1949*. Consultado em abril de 2018. Disponível em: https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.html
- UNCTAD (2014), *World Investment Report- Investing in the SDGs: An Action Plan*. ONU: Nova Iorque. Consultado em setembro de 2018. Disponível em http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2014_en.pdf
- UNCTAD (2016), *World Investment Report- Investor Nationality: Policy Challenges*. ONU: Nova Iorque. Consultado em setembro de 2018. Disponível em https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2016_en.pdf;
- Verschoor, Arjan e Kalwij, Adriaan (2006), *Aid, Social Policies and Pro-Poor Growth*. *Journal of International Development*, No. 18, pp. 519-532. Consultado em março de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jid.1248>

Anexos

Anexo A- Níveis de ajuda e de crescimento económico por grupos de países, 1960-2015

Ano		1960-1969		1970-1979		1980-1989		1990-1999		2000-2009		2010-2015			Média Total	
Recetores		Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Pobreza	Ajuda	PIB
Países rendimento baixo																
Benin	BEN	11,72	1,28	45,68	-0,13	152,56	0,22	259,83	1,6	403,46	1,23	622,27	1,38	51,35	249,25	0,93
Burkina Faso	BFA	12,61	1,73	89,25	1,35	236,14	1,16	417,93	2,28	699,42	2,53	1 090,72	2,31	43,7	424,34	1,893333
Burundi	BDI	9,23	0,7	44,93	2,72	164,57	1,47	190,58	-3,13	333,12	-0,18	529,55	-0,21	71,7	212,00	0,228333
República Centro-Africana	CAF	10,80	-0,04	39,48	-0,14	140,11	-1,64	165,62	-1,18	124,57	0,2	347,69	-3,93		138,05	-1,12167
Chade	TCD	13,86	-0,96	66,64	-3,13	139,17	2,6	264,95	-1,13	301,43	5,75	564,80	2,88	38,4	225,14	1,001667
Comores	COM	7,50		16,43		46,61	-0,22	59,46	-1,25	7,52	0,36	88,92	-0,03	18,1	37,74	-0,29
República Democrática do Congo	ZAR	107,16	0,96	482,20	-2,46	611,30	-0,86	340,04	-8,39	1 580,02	0,17	2 612,29	4,13	77,1	955,50	-1,075
Eritreia	ERI			2,23		3,60		105,92	7,25	217,03	-2,19	114,48	3,48		88,65	2,85
Etiópia	ETH	30,60		107,48		525,14	-0,82	910,85	-0,67	1 984,20	5,13	3 733,72	7,76	30,15	1 215,33	2,85
Gâmbia	GMB	3,31	1,76	15,41	1,91	82,62	-0,23	65,92	0,01	77,95	0,57	126,44	-0,2	17,6	61,94	0,64
Guiné	GIN	12,14		40,02		170,48	1,16	352,87	-0,03	228,64	0,87	434,01	2,29	35,3	206,36	1,0725
Guiné-Bissau	GNB	1,31		20,89	1,99	80,80	0,65	114,91	-0,82	88,34	0,43	101,57	0,93	67,1	67,97	0,636
Libéria	LBR	39,53	2,32	337,83	0,13	114,10	-6	318,24	-2,66	1 095,30	0,8	999,87	2,41	38,6	484,14	-0,5
Madagáscar	MDG	30,33	0,22	90,76	-1,29	317,44	-2,46	437,65	-1,43	936,31	0,19	702,44	-0,52	78,05	419,15	-0,88167
Maláui	MWI	24,64	2,82	81,94	3,23	229,24	-2,44	481,60	2,12	609,93	1,34	1 089,71	1,5	71,4	419,51	1,428333
Mali	MLI	14,88	0,61	100,41	3,42	324,48	0,77	464,99	1,34	653,93	2,06	1 188,57	0,8		457,88	1,5
Moçambique	MOZ	3,79		48,99		426,34	-0,58	1 130,09	4,37	1 532,59	4,58	2 645,27	3,96	62,9	964,51	3,08
Níger	NER	15,17	-0,02	125,69	-0,69	283,34	-2,81	291,79	-1,56	300,24	-0,1	812,71	2,6	47,4	304,83	-0,43
Ruanda	RWA	10,79	0,17	70,53	2,05	190,75	-0,56	410,96	0,93	570,16	5,42	1 068,08	4,81	59,2	386,88	2,136667
Senegal	SEM	32,17	-1,55	157,70	0,22	523,06	-0,6	623,00	-0,06	828,93	1,31	960,91	1,04	38	520,96	0,691667
Serra Leoa	SLE	12,56	2,2	24,30	0,48	84,09	-1,43	149,38	-3,06	368,64	3,09	659,05	2,87	52,2	216,34	-1,28
Somália	SOM	28,17	-1,19	148,23	-0,75	467,22	-0,37	338,55	-2,8	327,22		1 004,73			385,69	-1,28
Sudão do Sul	SDN											1 330,94	-8,06			
Tanzânia	TZA	38,87		287,04		764,08	0,61	1 006,44	0,22	1 895,38	3,43	2 999,15	3,48	49,1	1 165,16	1,94
Togo	TGO	11,85	6,05	85,67	0,55	125,84	-0,73	156,26	-0,12	165,99	-1,02	416,93	2,09	51,7	160,42	1,136667
Uganda	UGA	25,46		23,03		244,94	-0,39	717,92	3,48	1 317,53	3,53	2 348,77	1,95	35,9	779,61	2,14
Zimbábue	ZWE	3,78	1,35	28,40	0,81	366,52	1,52	588,82	0,89	343,89	-6,46	831,86	6,31	21,4	360,54	0,736667
Haiti	HTI	5,94		46,79		147,95		313,83	0,72	489,68	-0,82	1 546,72	0,45	23,5	425,15	0,12
Coreia do Norte	PRK			50,00		-43,29		63,29		278,83		1 643,80				
Afeganistão	AFG	34,21		65,03		36,16		210,70		2 802,96	5,54	5 782,77	2,9		1 488,64	4,22
Nepal	NPL	13,24	0,76	53,40	0,43	280,43	1,75	425,76	2,34	507,60	2,64	937,84	3,21	15	369,71	1,855
Média total		20,20		93,21		241,19		379,27		702,36		1 268,92		45,62	450,86	

* Média dos fluxos recebidos (milhões de dólares) de APD+OFO+privados (1960-2015), considerada positiva (cor verde) ou negativa (cor vermelha) se for superior ou inferior, respetivamente, à média total desses fluxos de todos os anos e em cada grupo de países;

** Média do PIB per capita (%) a preços constantes (1960-2015), considerado positiva (cor verde) ou negativo (cor vermelha) se for igual ou superior a 0,01% e igual ou inferior a 0,00%, respetivamente;

*** Média da população (%) a viver com mesmo de 1.90 dólares por dia a preços internacionais de 2011 (2010-2015), considerada positiva (cor verde) ou negativo (cor vermelha) se for superior ou inferior, respetivamente, à média total desses fluxos por cada grupo de países;

**** Células preenchidas a preto quando não há valores disponíveis ou valores suficientes serem calculadas médias com rigor.

A Gestão do Financiamento para o Desenvolvimento- O caso da Agenda 2030

Países rendimento médio-baixo		Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Pobreza	Ajuda	PIB
Kosovo	XXK									584,12		596,46		0,92		
Moldávia	MDA							170,54	-3,35	229,75	4,95	550,30	4,56	0,2	316,86	2,05
Ucrânia	UKR					2,74			-8,5	8 420,48	5,52	1 466,75	0,09	0,02	4 943,61	2,81
Egito	EGY	121,78	2,25	1 801,61	3,84	2 759,35	3,17	3 041,23	2,24	5 657,85	2,97	7 203,61	0,92	2,2	3 430,90	2,57
Marrocos	MAR	94,33	6,87	529,45	3	1 215,90	2,51	1 021,85	1,61	1 679,91	3,52	4 949,14	2,52	1	1 581,76	3,34
Tunísia	TUN	90,64	2,48	294,59	4,79	397,33	0,9	689,99	3,24	860,35	3,4	1 469,89	0,93	2	633,80	2,62
Angola	AGO	7,46		29,41		231,07	-0,65	629,59	-1,79	1 086,99	7,7	2 318,31	0,89		717,14	1,54
Cabo Verde	CPV	1,46		15,76		71,21	3,97	131,52	7,51	178,91	5,53	207,54	0,32		101,07	4,33
Camarões	CMR	26,28	-0,26	204,29	4,39	421,76	0,86	577,89	-2,36	587,00	1,23	690,29	2,06	23,8	417,92	0,99
Congo	COG	17,03	1,17	87,32	2,36	183,32	3,82	270,19	-1,93	390,25	1,43	656,49	2,03	37	267,43	1,48
Costa do Marfim	CIV	29,55	4,62	296,48	2,81	423,35	-4,14	743,54	-0,77	270,03	-1,3	1 162,99	3,24	28,2	487,65	0,74
Djibouti	DJI	9,32		31,81		84,93		138,33		134,02		128,16	7,48	20,4		
Gana	GHA	46,77	-0,31	86,75	-0,84	349,66	-1,01	785,02	1,58	1 475,04	2,69	2 845,53	5,19	12	931,46	1,22
Quênia	KEN		2,33	295,18	3,31	700,95	0,46	663,29	-0,79	1 124,41	0,78	2 923,49	3,21	36,8	1 141,46	1,55
Lesoto	LSO	8,50	3,54	28,26	6,01	105,57	1,09	157,10	2,74	44,19	2,68	224,92	3,13	59,6	94,76	3,2
Mauritânia	MRT	15,98	5,04	112,50	-0,28	216,74	-0,63	234,75	-0,21	283,36	1,5	489,33	1,69	6	225,44	1,19
Nigéria	NGA	77,32	0,67	327,71	4,2	1 270,15	-3,98	170,75	0,08	1 985,04	6,16	7 606,23	2,46		1 906,20	1,6
São Tomé e Príncipe	STP	0,55		4,49		17,08		45,24		34,19	2,92	54,35	2,56	32,3	25,98	2,74
Sudão	SDN	26,10	-1,59	371,00	1,02	891,28	0,27	412,66	1,65	1 361,68	4,23	1 406,29	4,37		744,83	1,66
Suazilândia	SWZ	10,43		25,06		42,97		57,21		42,70		94,26				
Zâmbia	ZMB	29,23	0,59	192,66	-1,8	444,63	-1,73	787,42	-1,39	1 002,50	3,94	1 115,95	2,9	60,95	595,40	0,42
El Salvador	SLV		1,96	43,95	1,53	310,39	-3,32	476,52	2,53	841,19	0,97	580,90	2,1	3,7	450,59	0,96
Guatemala	GTM	14,21	2,49	71,90	3,12	200,74	-1,44	344,70	1,7	597,78	1,08	821,90	1,5	8,7	341,87	1,41
Honduras	HND	13,77	1,96	58,41	2,63	274,88	-0,52	384,39	-0,06	571,33	1,94	827,08	1,7	16,85	354,98	1,28
Nicarágua	NIC	13,60	4,26	52,11	-2,37	196,16	-3,24	527,49	0,97	730,92	1,51	738,66	4,05	3,2	376,49	0,86
Bolívia	BOL	37,01	1,18	133,08	1,82	277,43	-2,47	802,89	1,97	702,06	1,88	904,91	3,62	6,92	476,23	1,33
Camboja	KHM	17,35		76,33		55,47		291,85	-2,46	657,77	6,63	1 114,18	5,27		368,83	3,15
Indonésia	IDN	159,33	0,8	1 290,17	4,52	3 039,92	3,54	6 497,20	2,68	2 832,45	3,67	9 624,17	4,32	10,87	3 907,21	3,26
República Democrática Popular do Laos	LAO	53,69		57,09		59,65	1,2	248,93	3,79	480,51	5,16	570,27	6,49	22,7	245,02	4,16
Mongólia	MNG			3,40		3,76	3,23	154,50	-1,35	347,14	4,79	803,46	7,67	0,5	262,45	3,59
Filipinas	PHL	101,29	1,83	574,43	2,85	1 054,75	-0,7	3 637,50	0,37	1 845,41	2,5	3 733,09	4,49		1 824,41	1,89
Timor-Leste	TLS	0,98		-1,83		-0,52		96,07		331,09	13,93	272,79	-2,19	30,3	116,43	5,87
Vietname	VNM	320,54		465,42		182,59	2,21	1 070,15	5,57	3 473,56	5,61	9 634,18	4,83	3,2	2 524,41	4,56
Arménia	ARM					174,19	-1,9	351,47		351,47	9,4	481,51	3,86	2,02	335,72	3,79
Bangladesh	BGD		0,77	644,03	-0,73	1 395,45	0,8	1 491,12	2,44	1 561,56	3,94	2 552,60	4,98	19,6	1 528,95	2,03
Butão	BTN	0,07		1,84		26,01	6,88	65,83	4,85	90,65	5,62	134,45	4,82	2,2	53,14	5,54
Geórgia	GEO		4,71		5,91		0,97	228,37	-8,13	677,66	7,11	1 032,71	6,32	8,35	646,25	2,82
Índia	IND	1 018,32	1,78	1 100,70	0,6	2 975,53	3,34	3 616,29	3,74	10 178,30	5,2	18 445,86	6,05	21,2	6 222,50	3,45
Quirguistão	KGZ						4,41	228,70	-4,59	261,48	3,65	604,99	2,29	2,65	365,05	1,44
Myanmar	MMR	24,88	0,72	138,11	1,94	324,73	-0,14	150,98	4,76	164,96	11,39	1 929,00	6,75	6,4	455,44	4,24
Paquistão	PAK	431,44	4,09	600,55	1,84	1 227,91	3,45	1 949,37	1,32	2 254,54	2,32	3 196,55	1,47	6,58	1 610,06	2,42
Sri Lanka	LKA	28,53	2,28	140,06	2,25	549,47	2,64	642,52	4,35	754,44	4,24	1 140,47	5,72	1,9	542,58	3,58
Tajiquistão	TJK						-0,77	93,61	-10,83	234,92	6,23	420,71	4,55	4,8	249,74	-0,21
Uzbequistão	UZB						3,56	279,51	-2,23	154,80	5,11	557,68	6		330,66	3,11
Jordânia	JOR	71,19		460,05	12,15	1 025,60	0,02	634,60	0,88	759,75	3,29	2 212,32	-2,27	0,1	860,58	2,81
República Árabe da Síria	SYR	11,57	3,38	745,69	5,19	948,11	-0,57	375,52	2,72	217,68	2,15	2 471,21			794,96	2,57
Cisjordânia e Faixa de Gaza	PSE							515,57	12,26	1 403,76	-0,96	2 330,02	2,24	0,2	1 416,45	4,51
Iémen	YEM	19,90		252,21		498,93		323,53	1,41	574,18	1,26	582,15	-8,31	18,8	375,15	-1,88
Kiribati	KIR	0,65		5,61	2,84	16,31	-3,86	16,04	-0,48	21,61	-0,63	62,89	1,61		20,52	-0,1
Micronésia	FSM					-0,20	0,15	62,88	1,1	117,55	0,83	417,63	0,31	16	149,46	0,6
Papua-Nova Guiné	PNG	69,85	4,06	307,65	1,17	442,94	-1,33	401,13	1,68	529,39	0,34	1 646,24	4,43		566,20	1,73
Ilhas Salomão	SLB	4,18		16,81		40,09		56,57	1,72	143,97	-1,65	230,38	3,14	25,1	82,00	1,07
Vanuatu	VUT	1,23		18,40		34,76	0,06	45,22	1,56	28,34	-0,74	139,08	-0,93	13,2	44,50	-0,01
Média total		77,60		278,85		567,91		717,88		1 157,07		2 044,80		13,8	807,35	

A Gestão do Financiamento para o Desenvolvimento- O caso da Agenda 2030

Países rendimento médio-alto		Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Pobreza	Ajuda	PIB
Albânia	ALB					7,91	0,48	298,40	0,97	516,34	6,08	654,13	2,39	1,1	369,19	2,48
Belarus	BLR								-1,42	592,19	-1,42	721,41	2,37	0	656,80	-0,16
Bósnia e Herzegovina	BIH					0,01		540,01	35,33	905,27	35,33	862,72	2,24	0,15	577,00	24,30
Croácia	HRV							578,61	4,05	2 621,62	4,05	1 294,04	0,48	0,83	1 498,09	2,86
Antiga República Jugoslava da Macedónia	MKD							131,07	-1,58	324,41	2,91	411,83	2,52	7,62	289,10	1,28
Montenegro	MNE								-1,97	188,57	3,19	232,84	1,89	0,5	210,71	1,04
Sérvia	SRB							168,07	0,25	2 505,53	5,5	348,52	0,94		1 007,37	2,23
Peru	TUR	198,12	3,16	654,84	2,29	1 867,45	1,95	3 001,80	2,31	9 601,31	2,56	17 501,12	5,71	4,5	5 470,77	3,00
Argélia	DZA	265,68	1,36	1 434,77		356,35		317,45	-1,9	62,65	9,4	945,53	3,86	0,5	563,74	3,18
Líbia	LYB	52,90		195,84		135,56		19,72		1 046,08	2,96	265,07	2,99		285,86	2,98
Botsuana	BWA	10,55	4,77	58,58	11,64	137,13	7,86	120,31	2,92	249,27	1,98	202,49	3,57		129,72	5,46
Guiné Equatorial	GNQ			1,91		29,84	-2,03	38,66	29,58	216,40	16,08	48,72	-5,3		67,11	9,58
Gabão	GAB	13,04	5	90,45	7,62	265,39	-0,78	313,11	-0,15	53,93	-2,2	446,15	2,15		197,01	1,94
Maurício	MUS	5,16		29,10	3,01	77,64	3,28	147,17	3,99	2 021,93	4,11	330,21	3,55	0,5	435,20	3,59
Namíbia	NAM			0,02		-59,75	-2,16	177,36	0,37	262,34	3,07	-21,68	3,5	13,4	71,66	1,20
África do Sul	ZAF		2,98		0,53		-0,15	2 360,59	-0,65	6 551,41	2,33	4 979,83	0,98	17,7	4 630,61	1,00
Belize	BLZ	8,94	2,22	10,74	4,55	22,87	2,81	42,35	3,03	28,50	2,11	26,03	0,67		23,24	2,57
Costa Rica	CRI	15,30	2,47	59,03	3,64	230,09	-0,34	307,65	2,39	424,67	2,62	473,71	2,73	1,53	251,74	2,25
Cuba	CUB	13,13		92,16	4,12	6,26	3,36	16,26	-2,55	55,63	5,42	131,16	2,53		52,43	2,58
Dominica	DMA			5,34	-4,33	26,21	6,81	32,36	2,48	50,38	2,32	48,58	-0,34		32,57	1,39
República Dominicana	DOM	40,69	1,57	51,23	5,41	185,42	1,57	308,08	3,12	501,24	2,78	1 148,32	4,31	2,47	372,50	3,13
Granada	GRD			2,33	6,43	16,98	3,23	11,31	2,99	33,33	2,2	8,83	2,13		14,56	3,40
Jamaica	JAM	33,19	3,06	84,23	-0,22	279,80	0,51	332,25	1,24	-38,56	0,3	366,28	-0,11		176,20	0,80
México	MEX	131,17	3,59	1 380,59	3,34	3 588,12	0,14	7 656,41	1,86	11 063,85	0,06	21 437,51	1,84	3,9	7 542,94	1,81
Panamá	PAN	47,21	4,96	385,87	2	1 537,69	-0,2	2 685,04	3,61	3 265,10	3,67	630,79	5,58	3,33	1 425,28	3,27
Santa Lúcia	LCA			5,64	5,45	13,70	5,11	29,21	2,02	48,95	1,24	52,45	0,13		29,99	2,79
São Vicente e Granadinas	VCT		-0,41	4,10	3,77	10,35	4,04	30,63	3,33	78,49	3,34	-27,43	0,34		19,23	2,40
Argentina	ARG	53,21	2,56	574,68	1,3	1 635,36	-2,23	7 899,07	3,2	907,11	1,49	2 926,83	1,89	0,86	2 332,71	1,37
Brasil	BRA	262,12	2,98	2 875,77	5,88	4 234,08	0,8	8 358,18	0,22	15 783,55	2,13	42 525,17	1,3	3,7	12 339,81	2,22
Colômbia	COL	108,18	2,03	274,49	3,38	656,49	1,2	1 421,70	1,13	2 725,41	2,78	4 975,66	3,45	5,95	1 693,65	2,33
Equador	ECU	23,51	0,75	158,35	4,36	406,41	0,1	384,40	0,11	389,21	2,15	1 064,06	2,68	4	404,32	1,69
Guiana	GUY	10,12	1,44	31,25	0,57	44,06	-2,41	123,53	4,64	153,65	2,12	177,76	3,91		90,06	1,71
Paraguai	PRY	13,28	2,34	46,42	5,65	116,70	2	136,88	0,68	111,33	0,33	302,70	4,91	3,32	121,22	2,65
Peru	PER	40,70	2,57	358,19	0,76	442,16	-1,92	1 625,32	1,37	1 745,76	3,73	2 279,21	4,01	4,5	1 081,89	1,75
Suriname	SUR	11,72		60,60	2,06	36,30	-2,35	73,86	-0,87	55,65	3,34	140,44	1,35		63,10	0,71
Venezuela	VEN	66,53	1,13	327,82	1,05	750,89	-2,74	1 078,52	0,28	2 180,26	2,19	2 381,25	-0,31		1 130,88	0,27
China	CHN		1,23	128,93	5,33	2 531,04	8,17	8 982,09	8,76	12 916,01	9,68	42 164,82	7,8	4,93	13 344,58	6,83
Malásia	MYS	36,85	3,55	260,66	5,55	751,78	3,11	2 437,39	4,53	3 186,67	2,74	7 526,26	3,79	0,03	2 366,60	3,88
Tailândia	THA	70,99	4,65	291,67	4,76	1 146,81	5,34	5 843,72	4,05	1 724,30	3,58	6 637,68	3,26	0,03	2 619,19	4,27
Azerbaijão	AZE							270,04	-7,04	1 443,47	14,6	1 170,03	1,39		961,18	2,98
Cazaquistão	KAZ							664,52	-3,83	2 698,63	7,79	2 650,82	3,65	0,02	2 004,66	2,54
Maldívas	MDV	0,43		3,45		19,12		27,78	5,43	75,60	2,34	55,74	2,98		30,35	3,58
Turcomenistão	TKM						0,78	209,29	-1	-55,18	6,19	760,83	8,41		304,98	3,60
Irão	IRN	120,40	9,06	532,58	1,13	-75,31	-4,99	686,25	2,17	1 772,03	3,17	-1 162,32	-0,55	0,15	312,27	1,67
Iraque	IRQ	11,29	-0,26	78,31	6,85	552,98	-0,03	-94,00	11,4	4 845,66	1,79	3 313,60	3,52	2,5	1 451,31	3,88
Líbano	LBN	9,75		91,17		192,51	-42,62	296,11	7,88	523,19	2,31	708,67	-2,71	0	303,57	-8,79
Fiji	FJI	5,23	1,44	29,84	4,36	54,09	-0,71	49,82	2,07	59,12	0,57	174,06	2,75	1,4	62,03	1,75
Ilhas Marshall	MHL						2,49	51,77	-0,5	1 499,93	1,84	1 170,48	1,92		907,39	1,44
Nauru	NRU			1,66		5,49		2,16		39,63	21,92	30,63	13,58		15,91	17,75
Samoa	WSM	0,40		12,09		25,22	1,57	45,02	0,64	52,86	2,96	117,87	0,47		42,24	1,41
Tonga	TON	0,48		5,59		18,72	2,13	12,57	2,07	28,60	0,81	77,65	1,21		23,94	1,56
Tuvalu	TUV			2,46		8,01		6,15	3,32	13,43	0,1	31,45	1,78	3,3	12,30	1,73
Média Total		54,20		267,32		530,67		1 205,12		1 886,67		3 379,24		3,09	1 220,54	

A Gestão do Financiamento para o Desenvolvimento- O caso da Agenda 2030

Países rendimento alto		Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Ajuda	PIB	Pobreza	Ajuda	PIB
Chipre	CYP	10,97		44,38	13,51	118,48	4,83	273,01	2,68		1,83		-1,92	0	111,71	4,19
Gibraltar	GIB	1,10		8,74		38,18		67,78								
Malta	MLT	15,87		38,87	9,88	70,94	2,85	314,09	4,21	290,44	1,75		3,65	0,1	146,04	4,47
Eslovênia	SVN							353,02	4,39	1 310,34	2,74		0,36	0	831,68	2,50
Seychelles	SYC	1,30	1,89	14,47	7,24	24,36	1,12	46,45	3,31	47,41	0,88	-77,45	3,94	1,1	9,42	3,06
Antígua e Barbuda	ATG			0,49	5,76	16,62	7,42	49,16	1,34	-23,57	1,71	36,48	-0,54		15,84	3,14
Aruba	ABW					25,64		30,37	1,23		-1,99				28,01	-0,38
Bahamas	BHS	22,97	5,01	321,36	0,02	604,89	1,97	-4,21	0,1		-0,9		-0,49		236,25	0,95
Barbados	BRB	1,10		10,88	3,23	26,56	1,43	366,04	0,2	810,92	0,84	2 312,30	0,03		587,97	1,15
Bermudas	BMU	6,36	4,3	409,53	3,64	728,99	1,13	2 592,69	1,47		2		-2,95		934,39	1,60
Ilhas Virgens Britânicas	VGB	2,55		2,13		22,29		1 312,81								
Ilhas Cayman	CYM			130,99		570,32		2 158,84	0,37						953,38	0,37
São Cristóvão e Nevis	KNA			2,01	6,52	7,04	6,71	9,97	3,1	-47,40	1,94	41,60	1,52		2,64	3,96
Trinidade e Tobago	TTO	9,88	3,8	25,38	3,28	20,00	-3,81	173,35	3,59	955,09	5,99	704,39	0,61		314,68	2,24
Ilhas Turks e Caicos	TCA			2,04		5,51		15,14		49,77						
Chile	CHL	142,70	2,31	44,13	0,8	625,22	1,92	2 301,98	4,56	2 986,65	3,06	7 231,22	3,3	1,27	2 221,98	2,66
Uruguai	URY	9,97	0,23	29,68	2,33	134,26	0,06	152,96	2,98	647,02	2,02	1 054,50	3,77	0,17	338,06	1,90
Brunei Darussalam	BRN	0,30		12,59	7,97	-1,60	-5,21	43,87	-0,54		-0,23		-1,03		13,79	0,19
Hong Kong, China	HKG	18,22	6,23	324,74	6,39	1 168,75	5,9	4 391,23	2,09		3,65		2,82		1 475,74	4,51
Coreia do Sul	KOR	301,11	6,71	992,12	8,55	392,23	7,46	6 716,81	6,13		4,09		3	0,35	2 100,57	5,99
Macau, China	MAC	0,66		-0,09		8,33	3,34	4,83	0,66		7,19		5,04		3,43	4,06
Singapura	SGP	8,89	6,29	214,54	7,79	971,40	5,56	3 625,53	4,13		2,9		4,32		1 205,09	5,17
Taiwan	TWN	97,55		210,87		78,90		57,72								
Bahrain	BHR	2,48		95,48		238,18	-1,8	282,83	2,61	1 087,93	-0,89		1,29		341,38	0,30
Israel	ISR	137,97	5,43	846,31	2,45	2 326,11	1,42	3 437,40	2,6		1,27		1,8	0,35	1 686,95	2,50
Kuwait	KWT	11,01	-2,94	17,95	-3,95	-16,66	-5,37	399,89	-3,56		1,85		-2,88		103,05	-2,81
Omã	OMN	0,92	40,66	177,05	2,22	124,04	4,8	273,90	1,43	850,34	0,89	1 246,70	-2,18		445,49	7,97
Qatar	QAT	-0,04		60,55		-47,55		824,43			0,96		0,44		209,35	0,70
Arábia Saudita	SAU	-0,43	2,02	138,49	10,95	99,19	-7,17	758,36	1,03	2 030,18	0,73		2,24		605,16	1,63
Emirados Árabes Unidos	ARE	2,56		183,07	-0,13	-40,10	-4,54	-263,66	0		-4,47		1,59		-29,53	-1,51
Polinésia Francesa	PYF	16,32	0,83	67,66	2,06	247,72	2,72	383,60	0,34		2,11				178,83	1,61
Nova Caledônia	NCL	15,35	4,18	80,26	1,89	214,62	3,02	411,30	-0,45		0,18				180,38	1,76
Ilhas Marianas do Norte	MNP	17,97		77,88		194,26		83,45			-5,43		0,94		93,39	-2,25
Palau	PLW					0,21		79,44		34,16	-0,22	32,17	2,67		36,50	1,23
Média Total		31,69		147,89		272,65		933,0697486		787,81		1397,99		0,4175	595,18	

Fonte: Elaboração própria, como base nos dados estatísticos da OCDE (2018) e BM (2018)

Anexo B- Distribuição dos países por níveis de ajuda e crescimento económico, 1960-2015

Crescimento Negativo				Crescimento Positivo									
Ajuda abaixo da média	CAF	BLR		BEN	TGO	CIV	BOL	LKA	SRB	CUB	SUR	TUV	
	COM	LBN		BFA	ZWE	LSO	KHM	UZB	DZA	DMA	AZE	CYP	
	MGD	TWN		BDI	HTI	MRT	LAO	SYR	LBY	DOM	MDV	MLT	
	NER	KWT		TCD	NPL	STP	MNG	FSM	BWA	GRD	TKM	SYC	
	SLE	ARE		ERI	MDA	SDN	TLS	PNG	GNQ	JAM	IRN	ATG	
	SOM	MNP		GMB	TUN	ZMB	ARM	SLB	GAB	LCA	FJI	BHS	
	TJK			GIN	AGO	SLV	BTN	ALB	MUS	VCT	MHL	BRB	
	YEM			GNB	CPV	GTM	GEO	BIH	NAM	ECU	NRU	KNA	
	KIR			MWI	CMR	HND	KGZ	MKD	BLZ	GUY	WSM	TTO	
	VUT			RWA	COG	NIC	MMR	MNE	CRI	PRY	TON	URY	
Ajuda acima da média	ZAR			ETH	GHA	PSE	VEN	CHL					
	LBR			MLI	KEN	HRV	CHN	HKG					
				MOZ	NGA	TUR	MYS	KOR					
				SEN	IDN	ZAF	THA	SGP					
				TZA	PHL	MEX	KAZ	ISR					
				UGA	VNM	PAN	IRQ	SAU					
				AFG	BGD	ARG	SVN						
				UKR	IND	BRA	ABW						
				EGY	PAK	COL	BMU						
				MAR	JOR	PER	CYM						

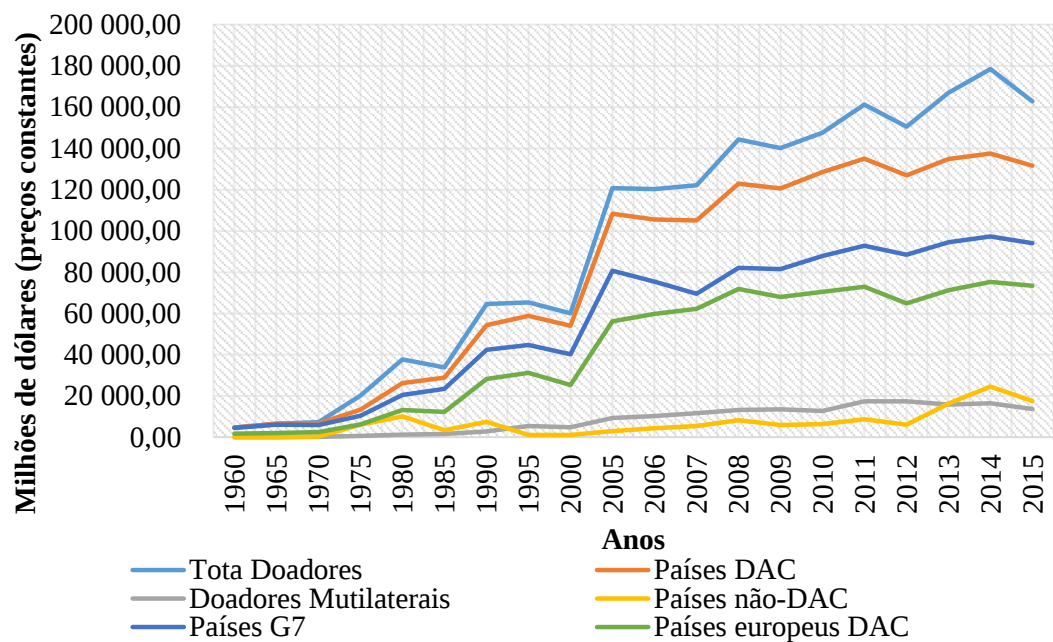
Legenda	
	Países de rendimento baixo
	Países de rendimento médio-baixo
	Países de rendimento médio-alto
	Países de rendimento alto

Legenda	
	Países de rendimento baixo
	Países de rendimento médio-baixo
	Países de rendimento médio-alto
	Países de rendimento alto

* Distribuição dos países em relação às médias finais dos níveis de ajuda e de PIB de cada país apresentadas no anexo anterior

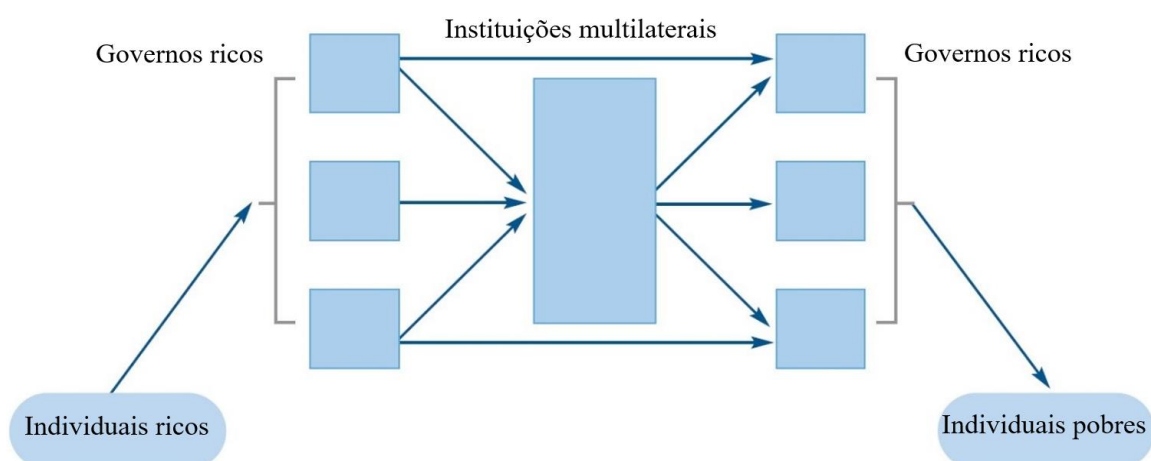
Fonte: Elaboração própria, com base nos valores apresentados no anexo anterior

Anexo C- Fluxos APD por doador, 1960-2015

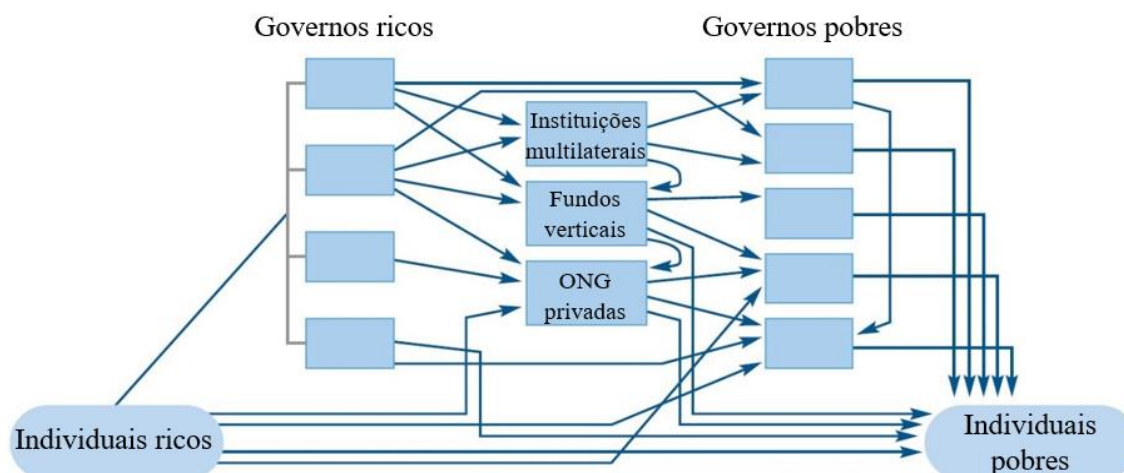


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da OCDE

Anexo D- Sistema tradicional de alocação de ajuda



Fonte: Fengler and Kharas (2011)

Anexo E- O novo sistema de alocação de ajuda

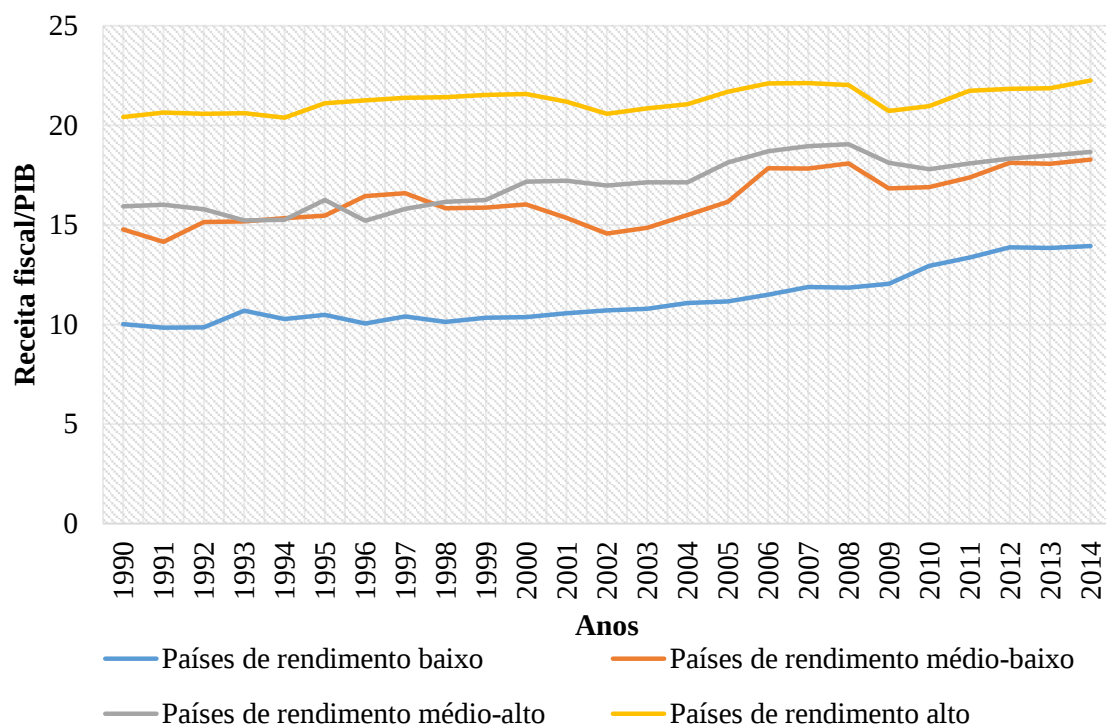
Fonte: Fengler and Kharas (2011)

Anexo F- Principais características da cooperação para o desenvolvimento, 1940-2015

Décadas	Contexto	Atores	Objetivos	Instrumentos e políticas	Paradigma dominante
1940-1950	-Pós-II Guerra Mundial -Guerra Fria	-Plano Marshall -EUA e a URSS -ONU	-Reconstrução -Crescimento PIB	-Ajuda programa -Ajuda projeto -Ajuda alimentar -Industrialização	-Desenvolvimento = PIB
1960	- Independências - Guerra Fria	-PD vs PED	-Crescimento PIB -Estratégicos, políticos e económicos	-Ajuda técnica -Ajuda projetos -Ajuda ao orçamento	-Desenvolvimento = PIB -Dicotomia Norte-Sul
1970	-Crises petrolíferas -Guerra Fria	-Agências multilaterais -CSS -OPEP	-Crescimento PIB -Pobreza -Necessidades básicas -Ambiente	-Ajuda projetos -Ajuda multilateral	-Desenvolvimento integrado -Desenvolvimento socioeconómico
1980	-Atenuação da Guerra Fria -Crises da dívida externa	-FMI e BM -Consenso de Washington -ONGs	-Ajustamento -Reformas macroeconómicas	-PAE -Programas de alívio da dívida -Condicionalidade económica	-Desenvolvimento = economia de mercado e liberalismo
1990	-Fim da guerra fria -Fadiga da ajuda	-ONU -Novos recetores -Setor privado	-Redução da pobreza -Reformas políticas e institucionais	-Apoio sectorial -Condicionalidade política -PERP	-Desenvolvimento humano
2000-2015	-Declaração do Milénio -Crise económico-financeira	-ONU -Setor privado	-Erradicação da pobreza -Mobilização de FpD Coerência, eficácia e eficiência	-Ajuda humanitária e de emergência -Programas de alívio da dívida FID	-ODM

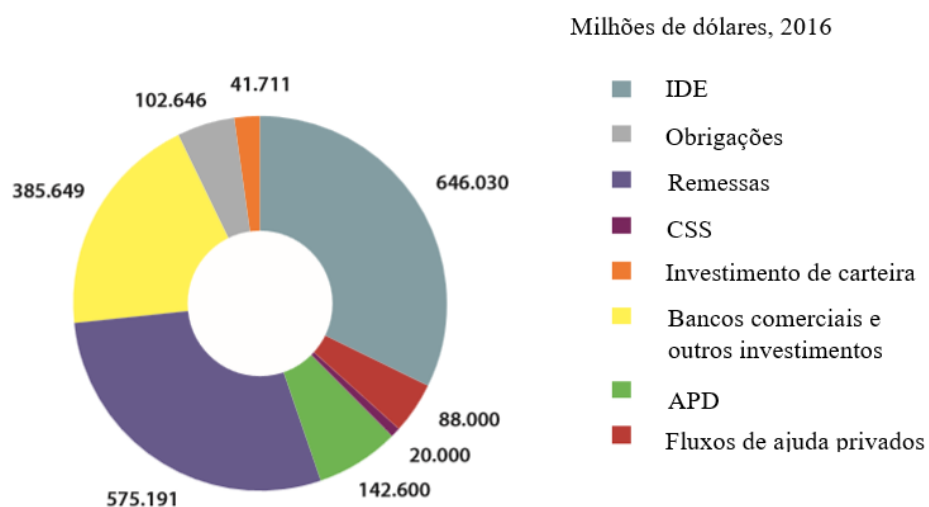
Fonte: Elaboração própria, no quadro de Afonso e Fernandes (2005)

Anexo G- Receitas fiscais em percentagem do PIB por grupo de países, 1900-2014



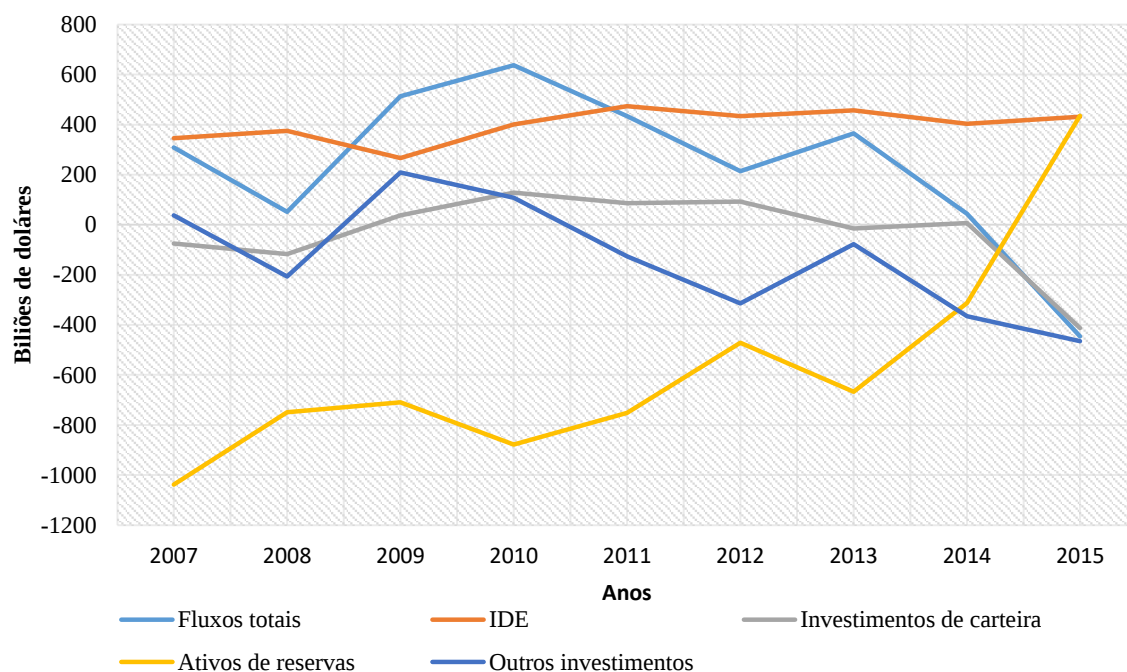
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do FMI

Anexo H- Fluxos de capitais internacionais para os PED, 2016



Fonte: PNUD (2018)

Anexo I- Fluxos privados para os PED e economias em transição, 2007-2015



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da ONU (2017)